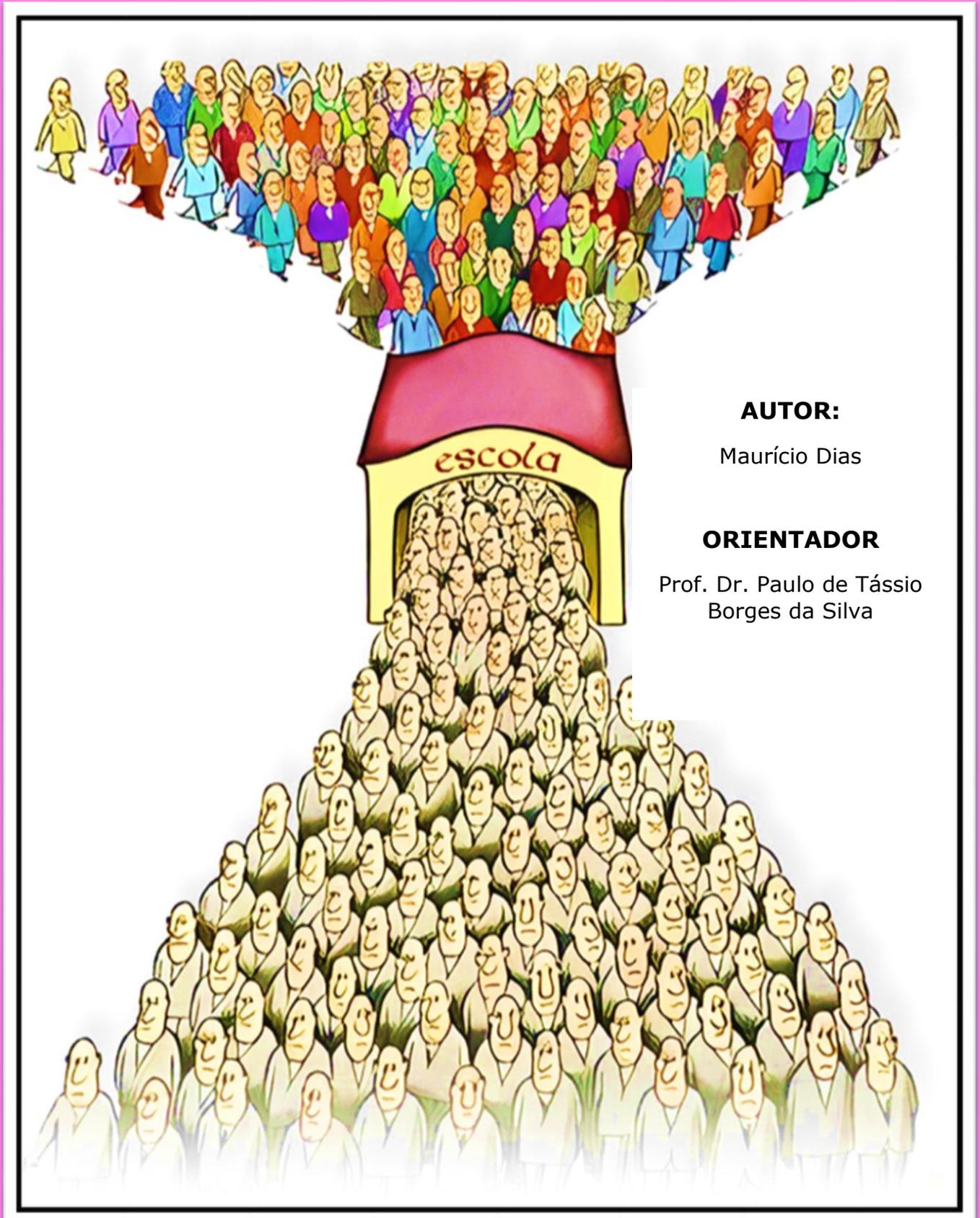


"NOVAS ROUPAS, VELHOS FIOS" -

Neoliberalismo e Neoconservadorismo frente às questões dos gêneros e Sexualidades no movimento de integralização da escola Manoel Duarte da Cunha (2007 a 2021)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS – IHAC
CAMPUS PAULO FREIRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS – PPGER
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS

MAURÍCIO DIAS DOS SANTOS

“NOVAS ROUPAS, VELHOS FIOS” –

Neoliberalismo e Neoconservadorismo frente às questões dos Gêneros e Sexualidades no movimento de integralização da escola Manoel Duarte da Cunha (2007 a 2021)

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia
Sistema de Bibliotecas

S237n Santos, Maurício Dias dos.

Novas roupas, velhos fios: neoliberalismo e neoconservadorismo frente às questões dos gêneros e sexualidades no movimento de integralização da escola Manoel Duarte da Cunha (2007 a 2021) / Maurício Dias dos Santos. Teixeira de Freitas, 2023.

167 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva.

1. Educação integral. 2. Governança. 3. Modernização conservadora.
4. Gênero e sexualidade. I. Título. II. Silva, Paulo de Tássio Borges da.

CDD – 370.112

MAURÍCIO DIAS DOS SANTOS

“NOVAS ROUPAS, VELHOS FIOS” –

Neoliberalismo e Neoconservadorismo frente às questões dos Gêneros e Sexualidades no movimento de integralização da escola Manoel Duarte da Cunha (2007 a 2021)

Dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia, com vistas a obtenção do título de mestre em Ensino e Relações Étnico-raciais, área de concentração em ensino e relações étnico-raciais nas perspectivas pós e decoloniais.

Orientador: Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva.

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

2023

MAURÍCIO DIAS DOS SANTOS

“NOVAS ROUPAS, VELHOS FIOS” –

Neoliberalismo e Neoconservadorismo frente às questões dos Gêneros e Sexualidades no movimento de integralização da escola Manoel Duarte da Cunha (2007 a 2021)

Dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia, com vistas a obtenção do título de mestre em Ensino e Relações Étnico-raciais, área de concentração em ensino e relações étnico-raciais nas perspectivas pós e decoloniais.

Orientador: Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva.

Este trabalho foi submetido a avaliação e julgado aprovado em 24 agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Paulo de Tássio Borges da Silva

Prof. Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva (UFF/ UFSB/ PPGER)
Presidente da banca



Documento assinado digitalmente
REBECA VALADAO BUSSINGER
Data: 21/10/2023 11:17:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dra. Rebeca Valadão Bussinger (UFSB / PPGER)
Membra interna

Marlon Silveira da Silva

Prof. Dr. Marlon Silveira da Silva (UERJ)
Membro externo

Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho

Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho (IFBA)
Membro externo

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos (as) aqueles (as) que direta e indiretamente contribuíram com a feitura desse trabalho, mas, sobretudo:

Agradeço primeiramente as possibilidades do divino neste universo por inspirarem em mim a força para me levantar todas as manhãs, a coragem para me lançar no desconhecido, a proteção contra as más energias, a resiliência para aprender com os solavancos da vida, a alegria para enfrentar os desafios e por manter viva em mim a chama da incoformidade que me faz querer viver o mundo de maneira voraz e ao mesmo tempo sensível.

A minha família pelo apoio incondicional e por me amparar, cuidar e acalantar quando as incertezas e o medo pesavam sobre meus ombros durante o percurso dessa pesquisa. Por ser o farol que me guia de volta para casa; para junto dos meus.

Aos meus (minhas) amigos (as) por estarem comigo quando precisei, por me ajudarem a me desligar da pesquisa quando era necessário e pela sabedoria com que acolheram minha ansiedade com o devir. Especialmente, agradeço a Ivana Brito, mulher preta, baiana arretada, lésbica e professora de Língua Portuguesa do Manoel Duarte, portanto, colega de trabalho e amiga de todas as horas, por ser um esteio seguro e afetuoso que não me deixa esquecer de onde eu vim e quem sou.

Agradeço também à amiga e parceira de trabalho na educação antirracista, a professora Aparecida Dias Terra, pelo companherismo na vida acadêmica, nos estudos e nas discussões que travamos e que agregaram à minha prática educacional e à experiência pessoal.

Um agradecimento terno e especial também a Prof. Ms. Karina Silva, amiga, parceira e irmã com quem aprendi e aprendo sobre mim mesmo todos os dias. Obrigado por me lembrar que estou em translação, que esse não é meu ponto final e pela solidariedade às minhas inconstâncias. Agradeço por você ser um solo familiar e afetuoso às minhas raízes no território capixaba, pelas discussões teóricas e indicações de leitura que enriqueceram meu conhecimento e ampliaram meus horizontes sobre essa pesquisa e sobre a importância da educação para um outro processo civilizatório. Agradeço também pelo apoio que me oferece e por ter dividido comigo as inúmeras vivências que agora compõem minha biografia pessoal.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva pelo direcionamento, por ter acolhido minhas inquietações quanto ao contexto educacional capixaba, por tê-las amadurecido e mostrado a possibilidade de transformá-las numa dissertação. Agradeço pela sabedoria com que me guiou, pelo respeito às minhas limitações e

pelo imenso aprendizado.

Um agradecimento especial às bancas avaliadoras compostas pela Prof^a. Rebeca Valadão Bussinger, pelo Dr. Luciano Mendes de Freitas Filho, pelo Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio Silva e pelo Prof. Dr. Marlon Silveira pelas contribuições importantes que deram ao processo de amadurecimento de minha dessa pesquisa.

Agradeço a comuniade escolar do CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha por ter me permitido interferir, estudar e participar do processo de construção da educação Norte-capixaba e deixado contribuir para facilitar o acesso às oportunidades que, espero, impactem positivamente para melhoria das condições de vida de meus (minhas) alunos (as). Obrigado!

E, por fim, agradeço a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB e, principalmente ao Instituto de Humanidade, Arte e Ciências – IHAC, situado em Teixeira de Freitas - BA, Campus Paulo Freire (CPF), pela minha formação humanista.

À todas (os) o meu muito obrigado... Valeu!

“O currículo que economiza a vida opera no futuro. Ele é um plano de futuro, produzido com o passado. O conjunto de sentidos selecionados de uma cultura partilhada – de um passado, portanto – é o recheio de um projeto de futuro. Um tal currículo é dependente da reificação da cultura de que ela seja vista como um repertório de sentidos que podem ser selecionados. Só que esta suposição não se sustenta se passado e futuro forem ligados, assim, de uma forma tão funcional” (MACEDO, 2017, p. 26-27).

“(…) concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem resultado casual do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo” (BUTLER, 2010, p. 24).

“A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa. Em outras palavras, a competência do trabalho é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador” (FOUCAULT, 2008, p. 308-309).

RESUMO

A pesquisa em questão faz parte de diálogos construídos junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e ao Grupo de Pesquisa Kijetxawê: currículo, diferença e formação de professores(as) – CNPq, estando também vinculada ao projeto de pesquisa do CNPq Universal – Resignificações da BNCC nos múltiplos espaço-tempos de implementação. Diante da intensa desmoralização do governo estadual do Espírito Santo, provocado, sobretudo por denúncias de corrupção envolvendo agentes públicos e privados, o campo político capixaba se viu impelido a traçar um amplo pacto social baseado num discurso de “destino comum” que induzisse o capitalismo periférico local a novas possibilidades de desenvolvimento dito sustentável. Nesse interim, uma onda de diferentes matizes do neoliberalismo e do neoconservadorismo se espalharam pelas porosidades do Estado de bem-estar e a educação foi elevada a missão de instituir uma sociedade do conhecimento, que fosse condizente com as perspectivas desenvolvimentistas e civilizatórias idealizadas. Assim, capilarizou-se um movimento educacional multiculturalista de mercado, que, no que concerne as questões dos gêneros e sexualidades “negociou” o discurso de equidade com as vozes que brandavam a pauta moralista antigênero, antidoutrinação, em “defesa da família” e dos “valores tradicionais” em posturas que conclamavam o dialogismo, a tolerância e a harmonia social. Neste caminho, a pesquisa teve como objetivo geral: refletir sobre como as questões dos gêneros e sexualidades comparecem no processo de curricularização da escola Manoel Duarte da Cunha a partir da adoção da política de educação integral hegemônica no território da educação capixaba entre os anos 2007 a 2021. E como objetivos específicos: a) identificar algumas disputas e articulações em torno do campo político capixaba quanto à tentativa de hegemonização de um modelo curricular; b) compreender o lugar que a política de educação neoliberal multiculturalista ocupa nas projeções civilizatórias e desenvolvimentistas capixaba; e c) investigar como as questões dos gêneros e sexualidades comparecem na escola Manuel Duarte da Cunha em face da hegemonização daquele modelo curricular. A metodologia se deu a partir de cenas etnográficas, *etnopráticas* (SILVA *et al*, 2020) e de análises pós-críticas, subsidiadas em análises documentais. Fazendo uso ainda da “afetação” (FAVRET-SAADA, 2005) e da “fabulação crítica” (HARTMAN, 2020), compreendendo que nossas afetações, memórias, corpos e experiências, nada devem sobre os instrumentos tradicionais de captação dos ecos que ressoam dispersos a respeito do contexto em que estamos imersos. Podemos inferir que, guardadas as devidas correspondências com as várias faces do modelo de modernização conservadora hegemônica no Espírito Santo, o currículo da educação integral em tempo integral na escola Manoel Duarte se tornou um dos pilares de sustentação do modelo de desenvolvimento emergente, justapondo de uma só vez, ativos sociais, identitários e humanos de valor agregado que, combinados, estiveram na “esteira de formação” do indivíduo-máquina-cidadão às “exigências para o século XXI”.

Palavras-chave: Governança. Modernização conservadora. Educação Integral. Gêneros e Sexualidades.

ABSTRACT

The research in question is part of dialogues built with the Graduate Program in Teaching and Ethnic-Racial Relations (PPGER) of the Federal University of Southern Bahia (UFSB) and the Kijetxawê Research Group: curriculum, difference and teacher training (as) – CNPq, and is also linked to the CNPq Universal research project – Re-significations of the BNCC in the multiple space-times of implementation. Faced with the intense demoralization of the state government of Espírito Santo, caused mainly by accusations of corruption involving public and private agents, the capixaba political field was compelled to outline a broad social pact based on a discourse of “common destiny” that would induce peripheral capitalism local to new possibilities of so-called sustainable development. In the meantime, a wave of different shades of neoliberalism and neoconservatism spread through the porosities of the welfare state and education was elevated to the mission of establishing a knowledge society, which was consistent with the idealized developmental and civilizing perspectives. Thus, a multiculturalist market educational movement was capillarized, which, with regard to issues of gender and sexualities, “negotiated” the discourse of equity with the voices that brandished the anti-gender, anti-doctrination moralist agenda, in “defense of the family” and of the “traditional values” in postures that called for dialogism, tolerance and social harmony. In this way, the research had as general objective: to reflect on how the questions of the genders and sexualities appear in the process of curricularization of the school Manoel Duarte da Cunha from the adoption of the policy of integral education hegemonized in the territory of the education of Espírito Santo between the years 2007 to 2021. And as specific objectives: a) identify some disputes and articulations around the capixaba political field regarding the attempt to hegemonize a curricular model; b) understand the place that the multiculturalist neoliberal education policy occupies in the civilizing and developmental projections of Espírito Santo; and c) investigate how issues of gender and sexuality appear at the Manuel Duarte da Cunha school in view of the hegemony of that curricular model. The methodology was based on ethnographic scenes, *ethnoprigraphies* (SILVA *et al*, 2020) and post-critical analyses, supported by documentary analysis. Making use of “affectation” (FAVRET-SAADA, 2005) and “critical fabulation” (HARTMAN, 2020), understanding that our affectations, memories, bodies and experiences owe nothing to the traditional instruments for capturing the echoes that resonate dispersed about the context in which we are immersed. We can infer that, keeping the proper correspondence with the various faces of the hegemonized conservative modernization model in Espírito Santo, the full-time comprehensive education curriculum at the Manoel Duarte school has become one of the pillars of support for the emerging development model, juxtaposing in a at once, value-added social, identity and human assets that, combined, were on the “training mat” of the individual-machine-citizen to the “requirements for the 21st century”.

Keywords: Governance. Conservative modernization. Comprehensive Education. Genders and Sexualities.

LISTA DE SIGLAS

- ADH** - Atlas de Desenvolvimento Humano;
- AGES** - Associação de Gays do Espírito Santo;
- ALES** - Assembleia Legislativa do Espírito Santo;
- ALAH** - Associação Linharensense de Apoio a Homossexualidade;
- AMEAR** - Associação Empresarial de Aracruz e Região;
- ANTRAES** - Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo;
- ASSENOR** - Associação Empresarial do Litoral Norte do Espírito Santo;
- ASSEDIC** - Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina;
- AVE** - Artes Visuais Estudantis;
- BANESTES** - Banco do Estado do Espírito Santo;
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- BM** - Banco Mundial;
- BNCC** - Base Nacional Comum Curricular;
- CADÚNICO** - Cadastro Único;
- CA** – Conteúdo Aprendido;
- CC** – Componente Curricular;
- CEDIMES** - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo;
- CEEFMTI** - Centro de Educação de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral;
- CELGBT** - Conselho Estadual para Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais;
- CETEPES** - Centro Territorial Estadual de Educação Profissional do Extremo Sul;
- CH** - Carga Horária;
- CIEDS** - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável;
- CNA** – Conteúdo Não Aprendido;
- CORES** - Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo;
- CPI** - Comissão Parlamentar de Inquérito;
- CRAS** - Centro de Referência a Assistência Social;
- CREAS** - Centro de Referência Especializada da Assistência Social;
- DEM** - Democratas;
- DT** - Designação temporária;

EJA - Educação de Jovens e Adultos;

EaD – Educação a Distância;

FASB - Faculdade do Sul da Bahia;

FFHC - Fundação Fernando Henrique Cardozo;

FMI - Fundo Monetário Internacional;

GDE - Gênero e Diversidade da Escola;

GEPLGBT - Gerência de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero;

GOLD - Grupo Orgulho, Liberdade e Respeito;

HCM - Horto Central Marataízes;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IASES - Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo;

ICE - Instituto de Correspondência pela Educação;

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano;

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica;

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis;

JPP - Jornada de Planejamento Pedagógico;

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, *Queer*, Intersexual, Assexual ou Agênero, Panssexual, Não-binários +;

MDB - Movimento Democrático Brasileiro;

MESSSES - Movimento Empresarial dos Sul do Estado do Espírito Santo;

MEC - Ministério da Educação;

MPL - Movimento Passe Livre;

NA – Nota Atitudinal;

NEEJA - Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos;

ONG - Organização Não Governamental;

ONU - Organização das Nações Unidas;

PAEBES - Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo;

PAI - Programa de Autoavaliação Institucional;

PEPM/ES - Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo;

PEC - Projeto de Emenda Constitucional;

PCB - Partido Comunista do Brasileiro;

PCdoB - Partido Comunista do Brasil;

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais;

PD - Parte Diversificada;

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional;

PDE/ES - Plano de Desenvolvimento Estratégico do Espírito Santo;

PDT - Partido Democrático Trabalhista;

PEPM - Plano Estadual de Políticas para as Mulheres;

PEE/ES - Plano Estadual de Educação do Espírito Santo;

PH - Paulo Hartung;

PIB - Produto Interno Bruto;

PIBID - Programa de Bolsa de Iniciação à Docência;

PL - Partido Liberal;

PL – Projeto de Lei;

PMN - Partido de Mobilização Nacional;

PNE – Plano Nacional de Educação;

PP – Progressistas;

PPP – Projeto Político Pedagógico;

PPGER - Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais;

PPS - Partido Popular Socialista;

PREVES - Fundo de Previdência Complementar do Espírito Santo;

ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador;

PSB - Partido Socialista Brasileiro;

PSDC - Partido Social Democrata Cristão;

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade;

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira;

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores;

PT - Partido dos Trabalhadores;

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;

PV - Partido Verde;

RAS - Rede de Atenção a Saúde;

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica;

SED - Secretária Estadual de Desenvolvimento;

SEDH - Secretaria de Estado de Direitos Humanos;

SEDU - Secretaria de Estado da Educação;

SEGER - Secretaria de Gestão e Recursos Humanos;

SEJUS - Secretária de Estado da Justiça;

SINDIUPES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo;

SUBPM - Subsecretaria de Estado de Política para Mulheres;

SUS – Sistema Único de Saúde;

SRE - Superintendência Regional de Educação;

STF – Supremo Trinunal Federal;

TAL - Tempo de Arte Literária;

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação;

TJES - Tribunal de Justiça do Espírito Santo;

UFBA - Universidade Federal da Bahia;

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo;

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas;

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia;

UJC - União da Juventude Comunista;

UNEB - Universidade do Estado da Bahia;

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Investimentos anunciados e concluídos (Espírito Santo, 2011-2016 a 2018-2023).....	49
GRÁFICO 02 - Taxa de analfabetismo (em % 15 anos ou mais).....	49
GRÁFICO 03 - Ideb ensino fundamental II.....	49
GRÁFICO 04 - Proporção de jovens nem-nem (% 15 a 29 anos).....	49
GRÁFICO 05 - Mobilidade do espectro político referente à 16ª e 17ª legislatura na Assembleia Legislativa do Espírito Santo - ALES/ 2007-2015.....	69
GRÁFICO 06 - Mobilidade do espectro político referente à 18ª e 19ª legislatura na Assembleia Legislativa do Espírito Santo – ALES/ 2015-2023.....	69
GRÁFICO 07 - Distribuição da população ocupada nos setores de atividade econômica segundo gênero, Espírito Santo - 2000 e 2010.....	76
GRÁFICO 08 - Distribuição da população ocupada nos setores de atividade econômica segundo escolaridade, Espírito Santo - 2010.....	78
GRÁFICO 09 - Representação da taxa de menção a conceitos-referência em parâmetros educacionais manuseados pelo CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha.....	88
GRÁFICO 10 – “Oportunidades” para contituição do capital social ao modelo desenvolvimentista capixaba.....	96

- TABELAS

TABELA 01 - Indicadores educacionais do CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha (2011 a 2021).....	50
TABELA 02 - Distribuição dos investimentos público-privados em relação às oportunidades de negócio e governança educacional/ES.....	63
TABELA 03 - Membros da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) entre os anos de 2007 a 2023 referente da 16ª a 19ª legislatura.....	115
TABELA 04 - Linha do tempo das conquistas do Movimento LGBTQIAPN+ e de Mulheres no Espírito Santo.....	121

- FIGURAS

FIGURA 01 - Evolução da rede empresarial do Espírito Santo.....	56
FIGURA 02 - Interlocutores e instrumentos de cooptação da entidade empresarial ES em Ação.....	56
FIGURA 03 - Planos de desenvolvimento estratégico do Espírito Santo: PDE/ES 2006-27; PDE/ES 2013-30; e PDE/ES 2019-2022.....	63
FIGURA 04 - Transformações no espaço físico e simbólico da escola CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha (2015 A 2019).....	73
FIGURA 05 – Organização dos “instrumentos” de monitoramento do desenvolvimento cognitivo e socioemocional elaborado pela gestão pedagógica da Escola Manoel Duarte da Cunha.....	92
FIGURA 06 - Distribuição das unidades de ensino integral em relação às associações empresariais (2020).....	105
FIGURA 07 - Votação na ALES do projeto que proíbe a “ideologia de gênero” no currículo da educação estadual (2019).....	113
FIGURA 08 - Comissão parlamentar de inquérito (CPI) online é montada para investigar professor por denúncia de “doutrinação” (2020).....	113
FIGURA 09 - Interações entre entidades religiosas e a arena política estadual.....	119
FIGURA 10 - Subjetivação do “currículo para o séc. XXI”.....	126
FIGURA 11 – Rendimento da escola Manoel Duarte da Cunha por Sexo.....	129
FIGURA 12 – Banner de divulgação da eletiva na escola manoel duarte da cunha (2022).....	150
FIGURA 13 – Coletivo urbano “Afrobapho”, salvador – BA.....	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
-----------------	----

Capítulo I

“O RIO NO QUAL ME BANHO” - MEMORIAL.....	28
1.1. Da terra ao asfalto: o que me pertence?.....	29
1.2. Caminhando por mim mesmo.....	36

Capítulo II

“ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO”: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E HEGEMONIA.....	46
2.1. Desenvolvimento estadual e política de educação por resultados no Espírito Santo.....	47
2.2. Hegemonia e modernização conservadora no cenário da política capixaba.....	53
2.3. Democracia sob ataque: retórica reformista e autoritária da pauta ultraconservadora.....	64

Capítulo III

NEOLIBERALISMO ESCOLAR E MULTICULTURALISMO COMO PILARES DO PROJETO CIVILIZATÓRIO CAPIXABA.....	71
3.1. Mapeamento e gestão das estruturas do atraso no capitalismo periférico estadual.....	72
3.2. Democracia mimética ou os escombros do liberalismo progressista no realismo capitalista.....	79
3.3. Política educacional multiculturalista na produção de capital humano de alta <i>performance</i>	86

Capítulo IV

GÊNEROS E SEXUALIDADES NO PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DO CEEFMTI MANUEL DUARTE DA CUNHA.....	98
--	-----------

4.1. Educação como missão civilizatória: imaginários de uma política de Sul nos termos do Norte.....	99
4.2. Políticas públicas de gêneros e sexualidades e a contraofensiva neoconservadora.....	108
4.3. Entre o azul turquesa e o azul anil: indivíduos empreendedores(as) devem ter gênero e sexualidade?.....	124
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	131
REFERÊNCIAS.....	134
<i>APÊNDICE I: PESQUISA-IMERSÃO - RELATO DE EXPERIÊNCIA DE CAMPO SOBRE GÊNEROS, SEXUALIDADES E EDUCAÇÃO NO CEEFMTI MANOEL DUARTE DA CUNHA.....</i>	<i>149</i>
ÁLBUM DE REGISTROS.....	153
PLANO DIRIGIDO PEDAGÓGICO EM GÊNEROS, SEXUALIDADES E RAÇA.....	154
SUGESTÃO DE OFICINA 1 – UMA CONVERSA SOBRE GÊNEROS.....	155
SUGESTÃO DE OFICINA 2 – UMA CONVERSA SOBRE SEXUALIDADES.....	155
SUGESTÃO DE OFICINA 3 – CONHECENDO PERSONALIDADES NEGRAS NO/DO BRASIL.....	156
SUGESTÃO DE OFICINA 4 – CONHECENDO PERSONALIDADES NEGRAS NO/DO BRASIL.....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA INTERVENÇÃO.....	158
ANEXOS.....	159

INTRODUÇÃO

Serendipidade. Esse verbete dá sentido a situação em que na busca por um objeto de conhecimento acabamos por encontrar outro que não estávamos esperando, mas para o qual devíamos estar prontos (GONÇALVES, 2017, p. 09). Trata-se, portanto, de uma feliz contrariedade intuitivo-dedutiva da realidade na qual estamos imersos. Assim é que percebo a forma como fui encontrado pelo objeto que se “interjeitou” a mim para investigação. Aliás, diga-se de passagem, uma feliz, mas nem por isso menos desafiadora problemática para se pensar do ponto de vista epistemológico. E digo isso com a propriedade que me confere a aventura da experiência do “pensar em nível industrial” e em contrariedade ao meu próprio tempo, estando localizado na periferia da Ágora, num mundo do trabalho educacional e do trabalho intelectual; atravessado pelos princípios pós-fordistas que, de mim, exigem também alta *performance*, resultado e produtividade.

E digo também porque o contexto brasileiro em que se insere essa investigação refere-se a uma conjuntura de transformações relativa a processos que ainda perduram em nossa subjetividade, mesmo aqueles que se supõem temporalmente distantes ou resolutamente alheios. Processos tais como a guinada ao modelo pós-industrial (FISCHER, 2020), os fluxos e refluxos da social-democracia (BROWN, 2019), o recrudescimento de projetos reacionários e neoconservadores associado às “investidas” da “utopia” neoliberal na vida pública nacional (JUNQUEIRA *et al*, 2020), a globalização multiculturalista (MCLAREN, 1997), a luta pelo direito a educação (MACEDO, 2017), os movimentos identitários e suas demandas por liberdades civis atreladas, por exemplo, as questões dos gêneros e sexualidades (MACRAE, 2018), enfim, para situarmos apenas alguns, atravessaram o limiar do séc. XX e se fazem mais presentes do que nunca, aliás, ditam um ritmo e dinâmica diferente daquela que encadeia os países acima da linha do equador (SANTOS, 2011).

Abaixo dessa linha se localiza o Espírito Santo, especificamente, tanto Paulo Hartung do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) quanto seu adversário e sucessor ao governo estadual: Renato Casagrande, do partido Socialista Brasileiro (PSB), respectivamente, entre os anos de 2007 e 2021, assumiram incisivamente o modelo de educação integral em tempo integral como uma das bases de sustentação de suas plataformas políticas. Partindo de experiências em outros estados, o modelo de educação integral foi implantado no estado e esforços de ambos os candidatos e seus grupos políticos concorreram para transformá-lo num dos pilares do desenvolvimento sustentável ambicionado pelas elites

locais.

Através do projeto escola integral, de parcerias público-privadas, da formação interdimensional e do metacognitivismo: centrado na geração de capital humano de **alta performance**, esse modelo passou a figurar como política pública de educação e, especialmente, como meta a ser perseguida no Plano Estadual de Educação Espírito-santense (PEE-ES)¹. Para Foucault (2008, p. 313)

esse capital humano é composto de que? Pois bem, ele é composto, dizem eles, de elementos que são elementos inatos e de outros que são elementos adquiridos (...). Há os que podem ser chamados de hereditários e outros que são simplesmente inatos (...). De fato, nas análises, eu ia dizendo clássicas, desses neoliberais, nas análises de schultz ou de Becker, por exemplo, diz-se claramente que a constituição do capital humano não tem interesse e só se torna pertinente para os economistas na medida em que esses capital se constitui graças à utilização de recursos raros, recursos raros esses cujo uso seria alternativo para um fim dado.

Contudo, apesar das pretensões desenvolvimentistas e modernizadoras, o modelo que se estabeleceu como a renovação do processo educacional capixaba parece traduzir-se numa hegemonização de diversos interesses de classes (MENDONÇA, 2007), negociando e ao mesmo tempo nutrindo-se de estruturas que reproduzem a estrutura social, tais como a cisheteronormatividade (MCLAREN, 1997).

Retrospectivamente, enquanto o FMI, o Banco Mundial e as economias globalizadas discutiam o papel da educação em relação à necessidade de progresso social e da “criação das condições necessárias para acumulação de capital” (APPLE, 1989, p.31), no contexto da década de 90: auge do debate sobre o horizonte da educação no cenário global, Jacques Delors, um dos mais renomados representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao publicar a obra “A educação para o século XXI, questões e perspectivas” (2012), trouxe novas abordagens filosóficas e pedagogicamente significativas para pensar a educação numa perspectiva do neoliberalismo multiculturalista.

Em seu ângulo de visão, o autor retoma e amplia o debate sobre as dimensões ontológicas do ser e as coloca no centro de discussão sobre reforma educacional. Buscando superar os fracassos do modelo pedagógico “analítico-instrumental” (COSTA, 2008) em vigor e inaugurar possibilidades educacionais que assegurassem novas formas de aprender e a

¹ Instituído pela lei Complementar estadual nº 799/2015, o projeto Escola viva foi idealizado para ampliar a oferta de escolas na modalidade de ensino integral em jornada estendida visando cumprir as metas traçadas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação Espírito-santense (PEE-ES).

interdimensionalidade na educação, através das ideias de “formação para vida”, “protagonismo”, “projeto de vida” etc. Esses atravessamentos assumiram lugar de destaque entre as projeções de formação humana integral (DELORS, 2012) (GOULAR; CÁSSIO, 2021).

Atualmente, sobretudo após a instauração do Plano Nacional de Educação (PNE), novas projeções sobre um modelo educacional que seja adequado às necessidades sócio-políticas, econômicas e cidadãs têm emergido no cenário nacional como, por exemplo, a política de integralidade e interdimensionalidade, adotada por alguns estados da federação, tal como, a propósito dessa pesquisa, o Espírito Santo.

Sobre ela, segundo a Secretaria de Estado da Educação² (SEDU), essa política procura ao mesmo tempo atender a uma demanda do estado e de seus municípios no que se refere à melhoria da educação. Mas será que ela rompe com aquela visão instrumental de educação? Será que tem conseguido, como se propôs a fazer, agregar uma formação “mais integral” à experiência educacional de crianças e jovens? E o que seria isso? As questões de sexualidades e gêneros fazem parte dessa projeção de integralidade e interdimensionalidade? Em linhas gerais, o modelo proposto acima define três eixos por meio do qual a prática pedagógica se realiza, são eles 1) formação acadêmica de excelência, 2) formação para vida e 3) formação de competências para o século XXI. A respeito dessas tendências, Laval (2019) afirma que

as mudanças que começaram a ser implantadas na “gestão” das escolas, a criação de mercados locais de educação, a aplicação de lógicas econômicas à pedagogia etc., eram características de uma forma escolar nova, a escola neoliberal.

(...) falar de uma nova ordem educacional mundial não quer dizer que estamos lidando com um sistema educacional mundial perfeitamente homogêneo, mas que as transformações dos sistemas nacionais seguem todas na mesma direção, ainda que as condições iniciais não sejam as mesmas” (p. 11-12).

No Espírito Santo, a modalidade de formação integral foi adotada como política de governo e meta do Plano Estadual de Educação espiritosantense (PEE-ES) a ser atingida, tanto pelo governo Paulo Hartung (PMDB) quanto pelo seu sucessor: o governo Casagrande (PSB). Nota-se, contudo, diferenças importantes quanto à condução dessa política. Paralelamente, a SEDU passou a expandir essa política ao contexto das escolas de tempo parcial, tentando inserir nesse modelo de ensino aquelas três dimensões supracitadas, tidas

² Essa instituição estadual tem por finalidade a formulação e implementação das políticas públicas estaduais que garantam ao cidadão o direito à educação; a promoção dos diversos níveis, etapas e modalidades de educação ao seu nível de competência.

como pilares para o modelo de sociedade que se espera para o futuro/desenvolvimento/progresso espiritossantense.

Ademais, na segunda metade do séc. XX, o surgimento de novos métodos contraceptivos, da revolução sexual feminina, do divórcio, da liberação do corpo e da busca por satisfação sexual induziram também o aparecimento de uma sexualidade plástica que impactou na percepção afetivo-sexual do brasileiro (DEL PRIORE, 2011) (GIDDENS, 1993). Cabendo aos movimentos sociais e aos estudos acadêmicos a tarefa de tencionarem esse debate e questionarem a “ordem compulsória do sistema sexo/gênero” (BUTLER, 2010) e o mito que sustentava a heterossexualidade como único caminho possível, sadio e correto (LOURO, 2000a). Até então, a sexualidade e as diferenças entre os papéis de gênero “masculino” e “feminino” estavam assentadas nas categorias de “macho” e “fêmea”, portanto, no corpo biológico (SCOTT, 1989).

Segundo Guimarães (1995) essas e outras mudanças indicavam que a educação sexual poderia ter um lugar nos parâmetros curriculares nacionais de educação e foi exatamente isso que se corroborou quando uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 1993 mostrou que 83% das pessoas ouvidas eram favoráveis a inclusão do tema “Orientação Sexual” nos currículos escolares (BRASIL, 1998).

Hoje, pouco mais de 20 anos desde aquelas projeções internacionais e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é possível perceber uma convergência destas discussões no currículo do modelo integral. Porém, mesmo suscetível legalmente ao metabolismo frente ao conjunto de tais transformações, o modelo de formação integral implantado no Centro Educacional de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral Manoel Duarte da Cunha (CEEFMTI), aparentemente, mantém-se ainda alheio ou, no mínimo, “seletivo” quanto às ações educacionais que incidem sobre as “urgências educacionais para o século XXI” ambicionadas; principalmente quando estas trazem abertura para novas abordagens e temáticas “incômodas” como, por exemplo, a educação sexual e suas imbricações de gêneros e sexualidades que interrogam a “norma” e as “dissidências” que ela produz (LOURO, 2003).

Frente a isso

A perspectiva liberal ou humanista enfatiza um currículo multiculturalista baseado nas idéias de tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre as culturas. Da perspectiva mais crítica, entretanto, essas noções deixariam intactas as relações de poder que estão na base da produção da diferença. Apesar de seu impulso

aparentemente generoso, a idéia de tolerância, por exemplo, implica em certa superioridade por parte de quem mostra tolerância. Por outro lado, a noção de respeito implica um certo essencialismo cultural, pelo qual as diferenças culturais são vistas como fixas, como já definitivamente estabelecidas, restando apenas “respeitá-las”. (SILVA, 2007, p. 88).

De outro modo, atuando como educador no território da SEDU e, portanto, dentro das modalidades educacionais oferecidos pelo sistema educacional Norte-capixaba, foi possível notar o estrangeirismo de grande parte dos profissionais da educação, a negação/invisibilidade do regime cisheteronormativo compulsório (MISKOLCI, 2015) (LOURO, 2003) no contexto escolar, sua profunda “simbiose” com a comunidade circundante e, sobretudo, o que significava a maneira como diversas correntes pedagógicas foram selecionadas e conjugadas com o propósito de conformar um projeto-político-pedagógico (PPP) “moderno” e que se adequasse às “exigências educacionais para o séc. XXI”.

Nesse contexto, as ambições educacionais do modelo Escola Viva e o percurso pedagógico e curricular adotado apontam contradições fulcrais. Por exemplo, se por um lado o Estado através do CEEFMTI almeja um modelo de sociedade com base na modernização do sistema educativo e centrado num processo formativo interdimensional como percurso à geração do capital humano, por outro, negligencia o corpo e as alteridades construídas em torno dele como parte do processo de ensino-aprendizagem (SANTO, 2016) (LEMOS; MACEDO, 2019). Ora, um modelo educacional que interage com as urgências sociopolíticas do séc. XXI pode se isentar de pensar uma formação integral que questione os mecanismos de produção de saber/poder que constituem o sistema cultural e educacional e performatizam a experiência identitária dos sujeitos no processo de escolarização (FOUCAULT, 1988) (APPLE, 1989)?

Daí a relevância dessa investigação. Primeiro por trazer novas abordagens e tensionamentos envolvendo os itinerários pedagógicos e as dimensões de corpo, sexualidades e gêneros à área das Ciências Humanas. Depois por permitir o repensar do fazer pedagógico dos(as) profissionais da educação quanto a seleção dos conteúdos, a metodologia e o desenvolvimento de projetos, eventos e outros percursos formativos e, por último, tais reflexões podem orientar a rotina do trabalho educacional, constituindo-se num processo educativo orgânico onde as medidas disciplinares e pedagógicas sejam compartilhadas pelos sujeitos numa “comunidade de aprendizagem” (HOOKS, 2017).

Do ponto de vista sociopolítico, essa pesquisa é relevante sob vários aspectos. Afinal, a nível educacional, salvo medidas mais eficazes e promissoras, o “flerte moral seletivo” do

Estado como, por exemplo, através do projeto de lei “Escola sem Doutrinação” nº 001/2019 proposto na Câmara Legislativa não tem sido a melhor estratégia ao enfretamento dos índices de violência sexual, gravidez/paternidade na adolescência, abandono psicoemocional de crianças e adolescentes, do feminicídio e da LGBTfobia.

Também é sintomático o fato de que no estado o primeiro Conselho Estadual para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT só foi criado em 2017 (SEDH, 2020). Em se tratando de política pública, sobretudo no contexto atual, a postergação com que ainda são tratadas as questões de gêneros e sexualidades; os índices de violência e discriminação motivados por identidade de gênero e/ou orientação sexual; a ausência de centros de apoio, delegacias especializadas ou mesmo a morosidade na tipificação da homofobia como crime refletem o quanto esses(as) sujeitos(as) ainda são tratados(as) como cidadãos(ãs) de segunda categoria e o quanto o tensionamento dos regimes de cisheteronormatividade no campo educacional capixaba e, especificamente, no processo de curricularização da escola Manoel Duarte pode ser significativo diante dos desafios apontados e, portanto, na conformação de uma “comunidade política” (SCHWARCZ, 2015) ampla, amparada no exercício pleno da cidadania.

Diante disso, nesta investigação, buscamos cerzir os elementos elencados acima objetivando refletir sobre como as questões dos gêneros e sexualidades comparecem no processo de curricularização da escola Manoel Duarte da Cunha a partir da adoção da política de educação integral hegemônica no território da educação capixaba entre os anos 2007 a 2021. Para isso, em primeiro lugar, tentamos identificar algumas disputas e articulações em torno do campo político capixaba quanto à tentativa de hegemonização de um modelo curricular. Em segundo lugar, propomos compreender o lugar que a política de educação neoliberal multiculturalista ocupa nas projeções civilizatórias e desenvolvimentistas capixaba e, complementarmente, buscamos também investigar como as questões dos gêneros e sexualidades comparecem na escola Manuel Duarte da Cunha em face da hegemonização daquele modelo curricular.

Metodologicamente, nos permitimos deixar ser levados pelos (des)caminhos que a pesquisa nos ofereceu e pela liberdade que as fontes nos apresentou. Em verdade, a cada passo que dávamos novos desafios se impunham e essa flexibilidade epistemológica contribuiu para que as decisões fossem pautadas pela natureza da própria pesquisa. Porém, a rigor, a partir de cenas etnográficas e de análises pós-críticas, firmamos algumas bases preliminares para que as forças inquietantes e desestabilizadoras que se interjeitavam na

investigação pudessem ter um tratamento articulado e dialogassem entre si.

Desse modo, no percurso investigativo, foi assumida a postura da própria do campo dos Estudos Culturais de fazer as escolhas metodológicas de acordo com as demandas postas pelo problema de pesquisa, sem nenhuma filiação disciplinar rígida, determinada a priori.

A etnografia educacional surge nos anos 1950, em uma aproximação entre a Antropologia e educação, a qual possibilitou a emergência das pesquisas de caráter etnográfico nas escolas. A imersão no campo de investigação, por meio da etnografia, provoca uma ruptura com as formas tradicionais de fazer pesquisa e leva a considerar o/a investigador/a como participante do contexto da pesquisa. Essa posição disponibiliza inúmeras possibilidades em campo, pois a posição do pesquisador que participa, de alguma forma, das atividades do campo de estudo, o torna consciente de que o campo tem um movimento complexo e de que não é um experimento em que se possa controlar variáveis (SALES, 2012, p. 113-114).

É coerente com o labor desenvolvido nessa investigação, portanto, a defesa de uma composição teórico-metodológica que nos propiciasse misturar os procedimentos rígidos da pesquisa científica na educação com os conhecimentos gerados a partir das afetações que provém de nós enquanto sujeitos(as) do processo (FAVRET-SAADA, 2005). Desta forma, a articulação entre as experiências acumuladas no território da educação capixaba desde que cheguei a 07 anos atrás, as observações realizadas no espaço institucional da escola Manoel Duarte da Cunha enquanto professor regente da disciplina de História, as sensações e pensamentos registrados no caderno de campo ou os áudios autorreflexivos gravados no *Whatsaap*, as fotografias, documentos institucionais e a performatização das identidades no ambiente escolar nos ofereceu potentes possibilidades de compreensão, autoentendimento e ampliação do horizonte de leitura na pesquisa.

Ademais, outra ferramenta importante na análise de informações foi netnografia, noutros termos, “etnografia digital”, “netnografia” ou “ciberetnografia”, ou seja, trata-se de uma metodologia que interage com os ambientes virtuais. Destaque para uma forma específica de etnografia, a *etnopritgrafia*. Este procedimento nos munuiu empiricamente para compreender as minúcias da pesquisa através do cruzamento dos dados disponíveis em jornais virtuais, sites institucionais ligados ao governo do estado, documentos oficiais *online*, páginas da internet como, por exemplo, o da ES em Ação. Também redes sociais como o *instagram*, o *facebook* e outras. Para Silva *et al* (2020, p. 104) essa ferramenta “consiste numa metodologia de registros dos procedimentos ciber culturais, atuando na composição de paisagens híbridas ciber culturais em diferentes ciberespaços”. Defende, por fim, que a

“*etnoprinfografia* poder ser útil no registro de textos virtuais (escritos e imagéticos) até vídeos com performances, *challenger*, *GIFs*, entre outros”.

Chamamos a atenção para o uso da 1ª pessoa do plural e, em muitas ocasiões, também a 1ª pessoa do singular na composição desta narrativa. Isso tem um porquê e se localiza fundamentalmente como base para as discussões que tecemos aqui. Acreditamos que os processos sociopolíticos, econômicos e históricos quando analisados a distância de seu órgão vital: os sujeitos-de-ação, não nos cabia, sobretudo, devido ao problema que buscávamos compreender. Percebemos que para dimensionar os impactos da políticas neoliberal e neoconservadora na dinâmica escolar em face as questões dos gêneros e sexualidades deveríamos ir na contramão das possibilidades que mercadorizavam, desumanizavam e invalidavam determinadas experiências e formas de conhecimento no currículo na produção discursiva, ou seja, o “Outro” (LOURO, 2003).

Por isso me/nos colocar como agentes da ação e/ou de reflexão do/no processo é uma questão potencializadora de uma análise, que, está sendo construída às várias mãos. A bem da verdade, nesses pouco mais de dois anos de estudo, enquanto caminhava, não o fiz sozinho. Por exemplo, quem me ajudou a compor esse emaranhado em que me percebe linha e ao mesmo tempo tecelão é, sem dúvida, Saidiya Hartman (2023) com sua percepção sobre a “fabulação crítica”. Segundo ela,

historiadores disciplinares são devotos do policiamento das fronteiras da história, como ela deve ser escrita e quem pode escrever. Fabulação crítica seria simplesmente escovar a história a contrapelo das narrativas de progresso. Uma rejeição comum: “Ah, todo historiador sabe que ele tem que interpretar o arquivo. Não tem nada de novo nisso”. Mas não é isso que estou dizendo. Eu estou dizendo: o que significa pensar sobre o arquivo nos moldes de Michel-Rolph Trouillot e Michel Foucault como tendo sido produzido por relações de poder, como tendo sido constituído pela violência? (...). A fabulação crítica abarca essas formas de violência e dominação que produzem o campo de conhecimento e o modo como práticas disciplinares reproduzem essa ordem.

É uma abordagem decolonial, é uma forma de pensar a partir da posição do [sujeito]. Isso exige de nós o seguinte questionamento: em que termos podemos sequer entender o passado e a nossa fidelidade a formas rotinizadas de práticas disciplinares? Vamos continuar reproduzindo a hierarquia de conhecimento? (...). Eu acredito que isso é algo mais difícil do que as pessoas admitirem – porque ninguém quer dizer claramente –: “Estou comprometido com as coisas como são”. Um grande número de acadêmicos permanece investido no status científico de seus esforços intelectuais e disciplinares ou em prontamente “desprezar” interpretações que não neguem a dimensão especulativa das coisas e abordem a produção do fato. Toda

interpretação é especulação (SOUZA, 2023, p. 11-12).

Borrar as fronteiras entre a forma de análise tradicional e esta que manuseamos, permeada pelas minhas/nossos afetações me ajudou a captar o que se escondia por trás das narrativas oficiais e dos regimes de visibilidades que implicavam nos dispositivos de poder/saber no campo educacional e político capixaba (MISKOLCI, 2015) (FOUCAULT, 1988). Senti-me como na infância, quando vivia na zona rural: “massando” o barro com minhas mãos e pés para preencher as lacunas na parede de taipa da nossa casa. Esse, por certo, é o encantamento e a beleza da perspectiva de “fabulação crítica” que Hartman nos propõe e, ao fazer isso, atribui sentido a processos que costumeiramente se apresentam ossificados, enquanto, por outro lado, nossas afetações, memórias, corpos e experiências, nada devem sobre os instrumentos tradicionais de captação dos ecos que ressoam dispersos a respeito do contexto em que estamos imersos (HARTMAN, 2020).

A propósito desse emaranhamento em que caminhos se cruzam, categorias se movem e experiências se chocam e/ou se atravessam, oferecemos como produto³ à comunidade acadêmica da UFSB e ao território de educação em que se insere a escola Manoel Duarte da Cunha algumas propostas de análise a respeito da dinâmica que vêm sendo tecidas no campo político e educacional capixaba nas últimas décadas. A dissertação está organizada em 04 capítulos que dialogam entre si e estabelecem complementariedade às discussões produzidas em cada seção. No **CAPÍTULO I: “O rio no qual me banho” – Memorial**, operamos com a perspectiva das afetações e da fabulação crítica, respectivamente, propostos por Favret-Saada (2005) e Hartman (2020) para pensar as reciprocidades entre o problema de pesquisa levantado e o modelo de educação em que eu e minha geração fomos constituídos. Complementarmente, busco nas minhas memórias e experiências tanto na educação quanto familiares, os fragmentos que sustentam uma posição de crítica a contrapelo, como bem observou Hartman. Aqui conhecemos também mais sobre o território da educação capixaba e como perspectivas progressistas, conservadoras e neoliberais se atravessam, se confrontam, se refazem e se emulsificam no chão da escola.

O **CAPÍTULO II: “Espírito Santo em Ação”**: modernização conservadora e hegemonia, por sua vez faz um percurso retomada e historicização. Evidenciamos que há um projeto desenvolvimentista em curso no Espírito Santo; tentativas muito claras de hegemonização; e intensas disputas entre setores mais progressistas e conservadores que

³ Os produtos da pesquisa consistem na dissertação de mestrado, num projeto de intervenção realizado na Escola Manoel Duarte e num plano dirigido pedagógico em Gêneros, Sexualidades e Raça.

rondam tanto o campo político quanto o campo educacional. Apresentamos criticamente o caráter dessa onda modernizadora e, em seguida, como a perspectiva gerencialista: de eficiência e gestão, vem deslocando a compreensão de educação ao mesmo tempo como pilar do modelo desenvolvimentista e maximizador de resultados. Há ainda uma análise sobre como essa racionalidade vem redimensionando o papel do Estado, elaborando combinações que reprogramam a ideia de justiça social, democracia e do direito à educação. Por fim, interrogamos o desenho da agenda política para verificar que tipo de composição discursiva localiza a escola Manoel Duarte da Cunha e o processo de curricularização nas pretensões desenvolvimentistas.

Com o **CAPÍTULO III: O neoliberalismo escolar e multiculturalismo como pilares do projeto civilizatório capixaba**, afunilamos a discussão operando os atravessamentos entre a perspectiva da educação multiculturalista liberal, o neoliberalismo escolar e a ideia de capital humano. Nossa intenção aqui é contribuir para uma compreensão mais ampla sobre a forma que a educação capixaba está tomando e suas conexões com as “estruturas do atraso” que preocupam as elites locais. Navegamos pela mentalidade dessas elites que associam projeções civilizatórias a engenharias importadas e nacionais de melhoramento social. O empreendimento de uma sociedade do amanhã, produtiva, articulada, tecnológica e resoluta ganha ares nesta seção de dispositivos micropolíticos de controle social e individual, que se resvala da agenda educacional não somente à produção de resultados, mas sobretudo, de um indivíduo-máquina que domina e gere seus obstáculos socioemocionais e cognitivos e empreende a si próprio. Aqui, tanto a democracia quanto as forças políticas aparecem seduzidas, pressionadas e disputadas à dar respostas a quem pilota a sala de máquinas.

Por fim, chegamos ao **CAPÍTULO IV: Gênero e sexualidade no processo de curricularização do CEEFMTI Manuel Duarte da Cunha** e nele situamos o contexto em que o processo de curricularização da escola Manoel Duarte da Cunha está sendo (re)definido. Levamos em consideração as divergências pontuais entre os projetos neoconservadores e multiculturalistas nos moldes da educação integral neoliberal para apontar como as questões dos gêneros e sexualidades comparecem. Ademais, entre medos e fantasmas, a compulsão com o futuro promissor e a defesa de valores comunitários, o progresso nos moldes do capitalismo e da globalização aparecem com certeza caros para certas frações da sociedade. Operamos os contornos dos imaginários para provocar os discursos que dissimulam reformas como revoluções, autoritarismos como liberdade e relativismos fascistas com liberalismo.

CAPÍTULO I:
“O RIO NO QUAL ME BANHO” - MEMORIAL

1.1. Da terra ao asfalto: o que me pertence?

Quarta-feira, 25 de agosto de 2021, Pedro Canário – ES.

Há alguns dias eu estava pensando em como escrever esse memorial e então fui até a prateleira dos meus livros à procura de algo que pudesse me inspirar. Eu não queria que essa narrativa fosse fria e academicista, tampouco um diário de desabafos ou mesmo um monólogo-tributo “às minhas conquistas e façanhas” nesses 30 anos de vida. Pois é, um bebê. Garimpando, dei de cara com o livro *Na minha pele* (2017) do Lázaro Ramos, lembrei-me do quanto essa experiência literária foi especial, acolhedora, solidária e verdadeira para mim. Era exatamente o que eu procurava. Aquele texto estabeleceu uma conexão tão profunda comigo, com as minhas emoções e vivências; era como prostrar sentado na frente de casa no fim de tarde, um abraço afroafetuoso, o cheiro de batida de maracujá na festa junina na casa de papai, o sabor de cascorão⁴ com açúcar de manhã cedo antes de ir para escola. Eita! Olha as lembranças vindo à riba.

De outra forma, a narrativa que costura as memórias “arribadas” aqui, trata-se do processo de constituição da minha consciência e identidade, aliás, sempre inacabada, mas também contém o esforço de se inserir dentro de um panorama maior: de refletir, em interface com algumas estruturas, os meios e os momentos em que o meu “eu” se aproxima e/ou se distancia de um “nós”. Decidi não colocar fotografias, isso é para mim uma questão potencializadora da leitura. Penso que a viagem se torna mais interessante, íntima e significativa quando nos permitimos a roteirizar a narrativa compartilhada por outrem. Dito isso, vamos lá.

Sou o filho mais novo de Adail Dias dos Santos e José Vieiras dos Santos. Depois que me acolheram como filho para criação no dia 10 de agosto de 1992, na cidade de Itanhém – BA, fui morar com eles na fazenda “Boa Sorte” no vale do Manoel Antônio. Foi lá que me criei junto com mais quatro irmãos (uma menina e três meninos) e vivi uma das fases mais lindas da minha infância. Entre os períodos de penúria e de prosperidade da colheita cresci vendo meus pais fazerem tudo o que podiam para nos criar e educar conforme foram educados e criados. Eu parecia o personagem do livro *Menino de engenho* (2012): meu quintal era o mundo. Tudo que podia fazer, aquela liberdade, as experiências que tive nunca pude reproduzir em nenhum outro momento da vida.

⁴ Massa de trigo assada que se assemelha ao pastel, sem recheio e coberto de açúcar por fora.

Meus pais tinham uma terra de cinco alqueires. Morávamos num vale com mais oito famílias ligadas entre si por laços de parentesco, amizade e compadrio (que, para nós, valem tanto quanto laços de sangue). Outras gerações dessas famílias também moravam ali, e à medida em que os filhos e netos foram crescendo e constituindo família, a terra foi sendo dividida. Foi o caso de meu pai. Os pais dele moravam onde nós viemos a morar tempos depois. Nossa porção de terra era pequena em comparação a outros lavradores ou mesmo a grandes criadores de gado locais, mas era o suficiente para nós. Tínhamos cultivos de mandioca, milho, abóbora, batata-doce, feijão e outros. Além disso, criávamos cocás: ahhh como eu adorava ficar correndo atrás delas no terreiro. Meu Deus! Como eram surpreendentemente rápidas. Também tínhamos galinhas, porcos e carneiros – aliás, depois te conto um “romance” que um carneiro teve comigo.

Tudo isso foi muito importante, sobretudo, porque depois que vendíamos aqueles produtos nas feiras de Itanhém meus pais compravam comida para dentro de casa e quando sobrava um dinheirinho dava para comprar uma roupinha nova, um sapato, uma sandália ou um “conjuntinho” para vestir em dias importantes. Além disso, desde a década de 1980, boa parte dos irmãos e irmãs de meus pais foram morar em São Paulo para tentar uma vida melhor. Era um orgulho dizer que estavam “fichados” num firma boa por lá. Quando vinham durante as férias do trabalho, sempre traziam roupas e sapatos de seus filhos. Eu e meus irmãos passamos boa parte da minha infância e adolescência usando as roupas de nossos primos (as) paulistas. Quando não dava mais para usar, um passava para o outro irmão: estilo escadinha. Traziam de lá também alguns utensílios domésticos, discos de vinil etc.

Essas e outras memórias compõem parte da minha existência. Diferentemente das minhas, muitas das lembranças de família que os meus pais contam não são tão doces e divertidas assim. A vida que tivemos no campo, o apego à terra e os afetos que cultivamos através dela carregamos conosco, mas deixamos para trás algumas memórias traumáticas também. Só depois vim descobrir na escola e depois na universidade, que elas estavam conectadas a questões mais graves e importantes, que a nossa história se cruzava em vários pontos com a história de grande parte de brasileiros (as) no que se refere à luta e à permanência digna no campo.

Quando minha nos conta suas memórias seu semblante se fecha e sua voz pesa lá no fundo da garganta. Não tínhamos energia elétrica e nem acesso a serviços públicos básicos no campo. Minha mãe só conseguiu estudar, com muito custo, quanto viemos para cidade; meu pai é analfabeto até hoje e meus irmãos mais velhos conseguiram apenas cinco anos de vida

escolar. Quando terminavam a 5ª série tinham que fazer de novo e de novo porque a escola do campo não tinha Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Meu irmão mais velho teve a oportunidade de vir morar na casa de minha avó em Itanhém e continuar os estudos. Da mesma forma, nascimentos, óbitos, serviços médico-hospitalares, alimentação, questões burocráticas e outras só poderiam ser realizadas na cidade, quando podiam.

Entre os anos 1990 e 2000, um fluxo enorme de pessoas migraram da zona rural para a cidade, na Bahia e no Brasil. A falta de oportunidades, as dificuldades de sobrevivência e a ausência de políticas de permanência no campo fizeram com que milhares de brasileiros (as) migrassem. Nossa família, assim conta minha mãe, entre muitas dificuldades enfrentadas também teve de lidar com as pressões de grandes latifundiários da região para que vendessem suas terras no processo de expansão da propriedade agrícola. Entre aqueles, portanto, estávamos nós com o caminhão cheio de coisas e o coração apertado deixando o Vale do Manoel Antônio em direção à cidade de Teixeira de Freitas – BA. No dia 09 de agosto de 1997 começamos a morar no bairro Redenção, na periferia da cidade, à época pouco urbanizado. De repente meu mundo se reduziu à minha rua e o que veio depois foi “o inexplorado”.

Domingo, 29 de agosto de 2021.

Vejo agora o quanto a educação foi determinante na minha vida. Desde que migramos da zona rural de Itanhém – BA, na década de 1990, eu e minha família conseguimos aos poucos enfrentar os desnivelamentos sociais e abraçar as oportunidades que surgiram. Graças à educação e aos vínculos comunitários que forjamos em Teixeira de Freitas, extremo Sul da Bahia, pude desenvolver minhas **habilidades socioemocionais** e superar os marcos educacionais dos meus pais e de meus irmãos. Sou o filho mais novo entre quatro irmãos. Fui o primeiro a entrar na universidade. Tinha 21 anos quando conclui a graduação e 23 quando me efetivei como professor de História no estado do Espírito Santo.

Não sei muito bem quando a educação se tornou uma prioridade para mim. Talvez 70% de tudo tenha sido planejado e o restante tenha surgido por ocasião da combinação aleatória de elementos (im)possíveis (esse drible todo para não antecipar o assunto Deus/ destino/ sorte que desenvolverei logo mais). Contudo, lembro-me de ainda estar no ensino médio e de traçar uma meta para mim sobre vencer através da educação. Na verdade costumava imaginar-me ganhando superpoderes como um mutante do desenho *X-Men* (acho que me sentia assim no

fundo: um “*queer*”): ficar invisível, mudar de forma, ser quem eu quisesse ou voar sobre as pessoas e eliminar algumas com raio um vermelho saindo dos meus olhos. Eu sei, é meio bizarro, mas diria que totalmente compreensível, sendo eu ainda um adolescente sentindo as mudanças num corpo que se anunciavam antes que eu pudesse me dar conta.

No livro *Quando me descobri negra* (2015), Bianca Santana afirmou que só se descobriu negra quando já tinha 20 anos. Acho que me identifico com essa vivência, mas para mim, ter me descoberto negro aos 21 anos não foi mais difícil do que terem me descoberto gay aos dez anos de idade. Recentemente, enquanto eu estava vendo o documentário sobre o filme “Cidade de Deus”, uma lembrança solta, embaçada e meio descontextualizada veio navegando solitária no oceano da minha memória: era a de um ex-colega do ensino fundamental me dizendo que eu estava “manchando a raça” por ser viado. Na época essa frase não fez tanto sentido, a ideia da negritude era completamente esvaziada para mim. No entanto, naquele momento, ter sido extraído desse lugar por ser gay me fez odiar a mim mesmo e o curioso é que eu nem sabia exatamente o que era. A única coisa evidente era a inconformidade entre essas identidades e o limite no meu corpo ao qual eu não poderia ultrapassar.

Assustador! Foi como ter sido puxado violentamente de uma profunda letargia em relação ao meu eu; ou como uma planta brutalmente arrancada do solo com suas raízes ainda à mostra. Não que eu não soubesse que me comportava diferente dos outros garotos, mas ter sido identificado como gay: “o diferente”, com tudo que isso carregava sócio-historicamente no Brasil, foi, sem dúvida, assustador. O que veio depois não foi menos doloroso. O tempo todo tive medo, e quando não estava com medo estava “teatralizando”. Acho que amadureci 50 anos em cinco – ao estilo JK.

Comecei a povoar minha mente, e desde então nunca saí de lá. Lembro-me bem, era fim de tarde – eu sempre estudei à tarde, odiava levantar cedo – era aula de língua portuguesa, a sala estava cheia e foi um dia daqueles. Lembro-me de ter sido sugado para dentro da minha mente e pensar: “eu preciso ser alguém, eu preciso sair daqui, quando eu for alguém as coisas vão melhorar e eu serei respeitado, o estudo vai ser a minha ponte”. Fosse por inocência ou resistência, em todo caso hoje sei que isso não é totalmente verdade; está muito além disso. Cada vez mais entendo que o respeito e a aceitação vêm do reconhecimento de mim mesmo e da minha subjetividade exteriorizada no meu corpo e na relação com o mundo ao redor.

Por um bom tempo, os livros foram o meu refúgio e minha a salvação - pelo menos do triste destino socialmente prognosticado para homossexuais da minha geração. Mas, na

medida em que eu me escondia atrás deles, também me isolava de tudo e deixava de viver. Isso que divido com você aí do outro lado, leitor (a), só bem recentemente pude me dar conta numa de minhas sessões de terapia. Eu clamava por liberdade, e meu corpo e minha mente estavam férteis para serem semeados por ela. Foi assim, que aos 17 anos cheguei à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), procurando ser cultivado.

Segunda-feira, 30 de agosto de 2021.

Muitas coisas mudaram desde que entrei na universidade. Eu mais do que ninguém estava aberto a isso. Fui e continuo transformando-me nos espaços educativos pelos quais transito. No entanto, nada conseguiria, não fossem os estímulos que recebi durante minha vida acadêmica nas escolas públicas em que estudei.

Penso sinceramente que a educação, sobretudo, nos moldes de uma formação humanista e não meramente instrumental, técnica e funcional à lógica de acumulação capitalista, seja mais que apenas um caminho, ou seja, uma oportunidade concreta as capacidades individuais podem realmente ser desenvolvidas. Contudo, percebo que, desde a minha época de colegial, o mundo tem passado por rápidas transformações e correspondê-las tem exigido cada vez mais dos Estados e territórios de educação soluções desafiadoras; algumas desconexas, precarizadas e simplistas, outras, potentes (tentarei conversar mais sobre isso na última sessão).

Ter sido exposto a experiências de aprendizado e convivência diversas foi sem dúvida fundamental no meu processo de formação; me deu a bagagem necessária para fazer minhas próprias “viagens”. Aos poucos fui conhecendo melhor as minhas **habilidades intelectuais e socioemocionais** e percebi uma tendência às artes e humanidades. Cheguei a fazer algumas aulas de teatro amador enquanto estudava na Escola Geraldo Ramos, mas não fui adiante. A escola ficava no Vila Vargas, bairro próximo ao meu. Nesse período, tive experiências educacionais interessantes. O afeto de meus professores, os torneios de queimada, as gincanas, as apresentações de dança com aquelas túnicas de Igreja, a forma como usámos o teatro para apresentar trabalhos escolares: incrível! Engraçado, nunca me ocorreu naquela época em fazer teatro profissional, não sei bem o porquê. Mas, foi lá que comecei a desenvolver meu gosto pela História.

Outra ocasião é emblemática para exemplificar o que venho lhe contando até esse ponto. Durante o 3º ano, na Escola Rui Barbosa, fomos expostos à literatura moderna

brasileira e ao romance de 1930. Eu já havia sido exposto noutras séries a experiências semelhantes, mas rejeitei. Talvez a falta de maturidade ou a sobrecarga de pressões à época me desestimulou, mas agora era diferente: eu estava seduzido. Uma professora sempre me dizia isso na UNEB: a importância que o lúdico, o afeto e o mágico tinham em sala de aula. Acho que foi isso. Fui capturado pelo encanto.

Dentre algumas opções, escolhi ler *Mar morto* (1936) de Jorge Amado. Sem dúvida foi a experiência literária mais linda da minha vida; aliás, só superada por outra voraz leitura que fiz há pouco tempo. Ainda me recordo das sensações que experimentei lendo aquela obra. Anos mais tarde seria matéria-prima para o meu trabalho de conclusão do curso de História. Ali eu conheci mais da minha gente, sobre mim e sobre a minha cultura. Eu odiava ler, e, no entanto, agora, enquanto escrevo este memorial, olho para lado e não consigo ter olhos suficientes para contabilizar os livros que tenho na prateleira.

Também, através de projetos estruturantes como o Tempo de Arte Literária (TAL) e o Artes Visuais Estudantis (AVE) tive experiências educacionais significativas para o desenvolvimento da minha subjetividade. Nesses projetos, concorri em nível local e regional com outros jovens entusiastas das artes. No segundo concurso, cheguei a ganhar nas regionais com a pintura “Olhos”. Foi um barato! Enfim, foram tantas as experiências formativas e em tantos espaços/categorias de saber diferentes: dançar quadrilha na escola, organizar cinemas escolares, gincanas, torneios de queimada, peças de teatro, grupos de estudo, catequese, grupos de oração, grupo de jovens, festas de São João de rua, coletivo de teatro, apresentações coreográficas de música, feiras de ciências etc.

Ademais, percebo que a minha vida teve profunda relação com as minhas escolhas acadêmicas e profissionais. O curso de Licenciatura em História que fiz na UNEB foi um divisor de águas: reforçou minha autoestima, resistência e **capacidade de autoatualização** para perceber a minha relação comigo mesmo e com o mundo à minha volta. A partir de meus estudos das relações de gênero e sexualidade, pude polir a minha identidade como homem-negro-gay-cis-gênero e definir o tipo de educador que eu queria ser.

Minhas opções também foram se edificando à medida que eu conhecia e me reconhecia na luta de classes. No início de 2014 fui apresentado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Através da Prof^ª. Ediane Lopes e Caroline Lima, ambas professoras efetivas da UNEB, pude conhecer o programa do partido e aprender com veteranos de luta nos movimentos sociais. O partido à época era relativamente novo, reunia uma intelectualidade aguerrida, móvel, articulada, comprometida, jovem e progressista na luta por um projeto de

sociedade e modelo civilizatório alternativo ao que estava vigente. Acredito que o Psol fez uma conexão linda entre o que eu vivi na universidade, a minha subjetividade, minha sexualidade e o campo político municipal a qual eu pertencia.

A sede do partido era na Rua da Paz, bairro São Lourenço. Na mesma rua em que tia Fiinha morava. Saindo das reuniões, de vez em quando, passava na casa dela para comer requeijão com café. O partido reuniu egressos da UNEB como eu, Gabriele Balieiro, Ailton Junior (Bob), Ada Fernandes, Rose Rocha, militâncias de outras instituições como a FASB e lideranças regionais. Construimos um espaço de formação e entrenchamento à disputa não somente dos pleitos municipais, mas também das políticas públicas sobre mobilidade urbana, juventude, meio ambiente etc. Protestamos contra a presença de lideranças religiosas na aprovação do Plano Municipal de Educação, construimos o Núcleo de Trabalho sobre Mulheres e Feminismos e realizamos nossa primeira convenção municipal na Câmara de Teixeira de Freitas.

Semelhantemente, todas as escolhas que fiz se encontram pontualmente no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER). Através do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e da minha especialização em “Gênero e Sexualidade na Educação”, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pude desenvolver a minha potencialidade como educador e perceber que, se o processo de escolarização transmite os conhecimentos social e historicamente acumulados, nele também são reproduzidas e inculcadas relações de poder desiguais e hierárquicas.

Por meio do grupo de pesquisa “Mulheres e Memória: Cotidiano e Espaços Sociais” participei de discussões que me permitiram compreender que a intersecção de gênero, classe e sexualidade é fundamental para descortinar a perturbadora e perversa relação de poder estrutural e estruturante que se materializa, de forma violenta, sobre corpos e mentes. Isso eu pude constatar mais tarde, em minhas atividades no projeto social “Cozinha Solidária”, que atendia mulheres da periferia de Teixeira de Freitas em situação de vulnerabilidade e as profissionalizava em cursos de capacitação culinária para o mercado de trabalho local.

A travessia foi árdua, mas os desígnios quem há de saber? Quem vem escrevendo em linhas tortas o punhado de eventos que narrei até aqui e tantos outros que ainda estou por viver? Fui criado dentro da tradição católica, desde pequeno caminhando conforme os ensinamentos sagrados contidos nesta fé: batismo, eucaristia, crisma etc. Por um tempo, pensei que interromper a trajetória que esses dogmas me apontavam seria repactuar com a minha existência um novo sentido para a minha vida. Aliás, lidar com a forma como eu

existia foi decisivo, porque, na verdade, em determinada leitura do “sagrado” eu não poderia existir dentro da minha comunidade sendo um homem gay, e, à medida em que a minha existência era massacrada na fé e eu me aprofundava nos estudos de gênero e sexualidade, eu me distanciava de “Deus” como uma extensão da “Igreja”.

Por outro lado, também não encontrei as repostas que procurava na ciência e no racionalismo, mas me senti mais acolhido nas perguntas do conhecimento racional do que em boa parte do tempo em que estive sob os ensinamentos da fé cristã. Estudar me deu um propósito, e os estudos de gênero e sexualidade canalizaram esse propósito para um projeto de vida e militância envolvendo a educação numa perspectiva libertadora e coletiva. É claro que, olhar para fora de mim através daqueles filtros foi e continua sendo difícil.

Acho que ainda estou numa jornada interna pela (des)construção. Fazer o discurso se materializar no dia a dia sem cair nas armadilhas da demagogia, repensar a masculinidade e a feminilidade em mim, minha negritude, minha sexualidade, minha aparência, minha afetividade, a busca pelo prazer etc. Há alguns meses comprei um brinco grande; fiquei dias “namorando-o” no porta-joias do meu guarda-roupa e pensando no que os outros iriam achar, se era adequado ou exagero usá-lo. Isso estava me angustiando. Depois não me detive mais e só o usei. Fui para escola com ele hoje. Meus/minhas alunos (as) adoraram.

Percebo que cada dia que passa tenho conseguido um “bucadinho” mais atualizar a minha imagem externa em relação à minha subjetividade e vice-versa. Da mesma forma, hoje “Deus” e/ou as suas várias manifestações estão comigo em nuances tão mais sutis e harmônicas. Noutros espaços formativos por onde transitei tive contato com leituras e interpretações tão mais solidárias e verdadeiramente humanas que nunca imaginei conhecer; leituras que me aproximam de Deus através daqueles cujos corpos foram subalternizados. Penso que encontrei, enfim, o rio para onde aflui a minha tradição, a minha racionalidade e o meu espírito progressista. Convivo bem com isso hoje.

Sábado, 18 de setembro de 2021.

1.2. Caminhando por mim mesmo

Depois de eu ter finalmente concluído meus estudos, penso que uma nova etapa se iniciou na minha vida e trouxe consigo percepções, incertezas e sentimentos complexos. Em meio a sensação de liberdade e paz por ter conseguido me formar e o sentimento de vazio e

incompletude que tomava o meu cotidiano, estava a realidade de estar desempregado. Melhor dizendo, “livre para o mercado de trabalho”. Além disso, para mim estava claro que a vivência da minha sexualidade estava conectada à necessidade de sair de casa e caminhar com minhas próprias pernas. Enfim, acho que nada ocorreu como planejado, o que para mim é muito frustrante.

Morei 16 anos na mesma casa. Meu quarto tinha uma janela de madeira que dava para o beco da vizinha, com paredes de um cinza escuro, meio cor de cimento, o piso era metade revestido com uma cerâmica antiga e a outra ainda estava no concreto. O quarto não tinha porta, apenas uma cortina me dava certa privacidade. Com o tempo consegui comprar uma mesinha de computador e aproveitei as portas de um roupeiro antigo para fazer algumas prateleiras para meus livros e outros objetos pessoais. Minha cama de solteiro dividia espaço no quarto com outra cama de casal, cuja função era alocar alguma visita eventual.

As pessoas se acostumaram a me ver sempre dentro do quarto estudando. Papai tinha um costume interessante: mesmo sem “precisão”, sempre puxava a cortina para me ver ou trazer alguma coisa para mim – geralmente uma bala de canela. Mais tarde, quando saí de casa, soube que mesmo eu não estando mais lá ele ainda fazia isso: “me procurando”. Acho que a partir daí comecei a vê-lo com outros olhos e o nosso relacionamento tomou um novo rumo. O tempo passou desde que me formei. Eu continuava a ver o meu horizonte através daquela janela e isso me deixou muito angustiado. Foi como se todas as minhas conquistas até então não tivesse significado nada. Eu não via minha realidade mudando concretamente.

Eu precisava acelerar as coisas e foi o que fiz. No final de 2014 decidi morar sozinho em Eunápolis – BA, o plano era tentar trabalhar no comércio enquanto buscava fazer especialização na UNEB de lá. Mesmo enfrentando certa resistência em casa, fui assim mesmo. Comecei a trabalhar numa das lojas Avenida, no setor de sapatos. O tempo que passei lá foi crucial para mim, mas também aterrador. Eu ganhava pouco, tinha mais despesa do que receita e o curso não deu certo. Foi terrível! Eu fui me perdendo, me acomodando e emagrecendo. Cada dia que passava eu tinha mais certeza que ali não era meu lugar e que eu podia ser mais. Depois de três meses, voltei para casa dos meus pais. Eu ainda queria ter o meu espaço, mas senti que não era a hora de forçar. Bom, nada disso diminuiu minha sensação de fracasso.

Eu estava na casa dos meus pais novamente, e cheguei a pensar que estava num *loop* do eterno retorno. Tudo estava exatamente como antes. Parecia que eu havia dormido três meses e só tinha acordado naquele momento; de novo eu tinha como horizonte o que aquela

janela de madeira me oferecia e logo as cobranças, o medo e a ansiedade retornaram.

Mais tarde, quando recobrei minhas energias, tive novamente o impulso de tentar outras coisas. Cheguei a deixar currículo em escolas públicas e privadas e em lojas comerciais enquanto estudava para concursos públicos, mas nada apareceu. Acho que uma luz surgiu no fim do túnel quando um amigo, o professor e ex-orientador Jonathan Molar me chamou para trabalhar com ele como monitor de um dos projetos sociais de uma ONG que ele estava construindo. O projeto “Cozinha Solidária” foi fundamental para o meu amadurecimento de formas que eu nem consigo dimensionar. Tive ainda a oportunidade de não só monitorar, mas também de produzir e executar o meu próprio projeto: o “Clique Cidadania”. Um projeto realizado em parceria com o colegiado de informática da Pitágoras e com o Centro Territorial Estadual de Educação Profissional do Extremo Sul (CETEPES) para oferecer bolsas de estudo em informática para alunos (as) da rede pública de ensino municipal de Teixeira de Freitas.

Na ONG Movimento Exerça Cidadania eu pude colocar **minhas habilidades** em prática, desenvolver minha militância e ajudar outras pessoas em seus **projetos de vida**. No “Cozinha Solidária” pude conhecer diversas histórias de vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Acho que criamos um espaço de solidariedade e aprendizado importante, que contribuiu para ampliar a percepção daquelas mulheres sobre si mesmas atrelado ao **empreendedorismo, a estratégias de economia solidária e mercado de trabalho**. Eu ganhava 400 reais por mês, mas gerenciar esse projeto me trouxe muita realização pessoal. Eu estava feliz, mas ainda não era o bastante.

Paralelamente, nas horas vagas, eu ainda estudava para concursos. Era evidente para mim que continuar os estudos – especialização ou mestrado – estava fora de cogitação. Eu tive que fazer uma escolha: não dava para ganhar 400 reais a vida toda; as contas em casa estavam apertando e eu não queria voltar para o comércio. Assim, anulei qualquer chance de formação continuada e investi as minhas energias nos concursos. Cheguei a fazer uns três nesse meio tempo e nada: eu estava desestimulado. Por outro lado, naquele ano, a notícia do concurso no Espírito Santo para professor me deu esperança. Era a oportunidade de alcançar a liberdade tão sonhada e viver minhas escolhas.

Eu sempre me senti desenraizado, orgulhava-me disso até, mas passados três meses no Espírito Santo, a saudade do que era um incômodo na casa dos meus pais recaiu tão pesadamente sobre os meus ombros que eu não resisti. Minha família sempre foi grande, barulhenta, cheia de entes e aderentes, festeira e vibrante. Lá em Ecoporanga, no noroeste capixaba, uma cidadezinha à época com 21 mil habitantes, isso me fez muita falta. Estando lá,

no entanto, finalmente eu tinha conseguindo o que nos meus sonhos havia nutrido com tanta devoção. Eu poderia fazer daquilo um **projeto de vida** próspero e saudável, redescobrir-me nele. Sentia-me capaz e forte.

Tive responsabilidades muito cedo e acho que sou um reflexo bem nítido de alguns aspectos da criação que os meus pais tiveram. Papai sempre foi muito sério, irrepreensível, firme, orgulhoso, teimoso etc. Lembro-me que ele não precisava de muito para nos repreender. Ele tinha uma expressão corporal que imprimia a sua autoridade paterna. Dava para ver o quanto a disciplina era importante para ele; bastava ele nos olhar de “rabo de olho”, apertar os lábios, franzir a testa ou trancar os dentes, que já era o suficiente para nos botar medo; mas nunca foi de nos castigar severamente. A ameaça era mais cruel, eu acho. Mainha sempre foi mais doce, emocional, passional, generosa e acolhedora. De formas diferentes, ambos estavam sempre ali para nós, mas acho que no fundo eu nunca os entendi muito bem ou os sacrifícios que eles tiveram que fazer. Abrir mão é tão doloroso, sei disso agora.

Ser quem eles queriam que eu fosse significaria abrir mão de uma parte muito importante de mim. Por isso, o sabor amargo de decepcioná-los descia-me pela garganta sempre que imaginava contar-lhes que eu era gay. Retardei o máximo que pude. Mas agora era diferente; eu estava num estado de contemplação da minha conquista e parecia o momento propício para contar. Sem dúvida esse é um momento inescapável às pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. “Assumir-se” é complexo e envolve muitas variantes, àquela altura outras pessoas próximas a mim já sabiam. Fato é que o processo de marginalização de pessoas LGBTQIAPN+ começa dentro da família, portanto, entendo que a estabilidade financeira e a autoestima que alcancei foram um privilégio. Privilégio de que pude desfrutar com sabedoria e cuidado.

Saí da UNEB com um instinto de militância muito forte em relação às questões dos gêneros e das sexualidades. Sucedeu a isso os deslocamentos de sentido atribuídos à afetividade, à busca pelo prazer, ao corpo e ao existir na minha mentalidade. Com certeza as experiências alcançadas com esse debate foram cruciais para o meu florescimento como pessoa, intelectual, pesquisador, cidadão e professor. Aliás, florescer é exatamente a palavra, posto que exige cultivo, tempo e cuidados para isso. Enfim, não sei até que ponto as experiências pelas quais passei moldaram minha maneira de ser e existir ou redimensionaram minha sensibilidade, mas sei que elas agem em mim tão profundamente, que tudo que chega aos meus sentidos é filtrado ou metabolizado por elas. Assim foi que reestabeleci minha conexão com meus pais, que me apresentei a eles e ao mundo como homem-gay-cis-gênero e

que entrei no 9º ano no meu primeiro dia de trabalho como professor regente na escola Ecoporanga.

Domingo, 19 de setembro de 2021.

Mal podia esperar para colocar tudo o que aprendi em prática. Demorei um tempo para cair em mim e descer do pedestal em que me coloquei. Na verdade, acho que fui puxado e hoje vejo que foi a melhor coisa que me aconteceu. Os dias foram passando e percebi que ter muita bagagem teórica não fazia de mim o melhor professor, o que fez brotar em mim certa insegurança. Eu ainda tinha alguns trunfos: ter me permitido participar de vários processos formativos, ser progressista, saber me alinhar com a geração dos (as) alunos (as), dominar algumas linguagens na produção do conhecimento e acho que a militância também contribuiu. Tudo isso pode ter sido muito valioso no **mercado educacional** em que me formei, mas **pouco estratégico** para essas crianças e adolescentes da geração Alpha⁵.

Ecoporanga é uma cidade muito conservadora e isso se manifestava dentro da escola. Lidar com a forma como a educação era ofertada no Espírito Santo foi difícil. As diretrizes pedagógicas e curriculares eram extremamente centralizadas no núcleo regional. Tudo parecia extremamente calculado, burocratizado e mensurado. Eu já havia tido algumas experiências em sala de aula na Bahia e, com certeza, isso foi se estabelecendo na minha mente como um comparativo. Os diretores passam por processo seletivo, “mas sua escolha estava sujeito à expectativa do estado quanto ao perfil do cargo” e boa parte dos professores eram contratados na modalidade de Designação Temporária (DTs). Não fomos muito bem recebidos. No entanto, estávamos animados com a possibilidade de contribuir para “oxigenar a educação com sangue novo” (que pretensão a nossa). Uso o pronome “nós” porque junto comigo chegaram mais sete pessoas. Formamos um coletivo “massa”. Tínhamos uns aos outros para chorar as pitangas ou para fazer a nossa festa nos finais de semana: memoráveis “rolês” no mercadão da cidade.

Durante nossa primeira Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP) fomos

⁵ Em 2010 uma nova geração emerge em relação à geração Z. Uma geração mais flexível, conectada e maleável tanto às rápidas transformações sociais quanto às novas tecnologias. Aliás, chegando a redimensionar a forma como elas se apropriam do conhecimento e interagem com o mundo, a tecnologia é uma nova extensão da vida dos indivíduos dessa geração. No que se refere à igualdade, as crianças e jovens da geração Alpha são mais dispostas à diversidade e apresentam comportamentos menos limitados por convenções sociais e estereótipos de gênero, por exemplo. Ver DENTRO DA HISTÓRIA. **Geração Alpha:** entenda as crianças nascidas desde 2010. Disponível em <https://www.dentrodahistoria.com.br/blog/familia/desenvolvimento-infantil/geracao-alpha-caracteristicas/>. Acesso em 27 de março de 2023.

apresentados oficialmente à estrutura da educação estadual capixaba: uma série de provas internas de mensuração dos níveis de **aprendizagem**, metas, bonificações por resultados, índices de aprendizagem em gráficos e tabelas, parcerias com instituições privadas como o UNIBANCO e ITAÚ e muita, muita burocracia. Tive pena dos meus colegas de Matemática e Língua Portuguesa, massacrados por prestações de contas de uma série de exigências, portarias, regulamentos etc. Aos poucos percebemos que nem autonomia sobre o que ministrávamos em sala de aula a gente tinha. Eu cansei de ser chamado na sala do diretor para “prestar esclarecimentos” sobre o que eu falava ou fazia nas aulas. Um dos amigos do coletivo tinha se declarado ateu na escola e isso o perseguiu por um tempo.

Eu era combativo, militante e “defensor das causas impossíveis”, e isso me custou um preço. Em contrapartida tivemos uma aceitação muito interessante dos (as) alunos (as). O carinho com que nos tratavam e também as nossas ações dentro da escola nos nutriram. Além disso, atuando como educador na Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e, portanto, dentro das modalidades educacionais oferecidas pelo sistema educacional Norte-capixaba, tive a oportunidade de desenvolver em parceria com meus colegas o projeto de intervenção “Novembro negro: resistência, reflexão e mobilização”. Mais tarde, nos divertíamos no mercadão da cidade bebendo “uma gelada” e cantando os sucessos da banda “Raça Negra” e outros sambas para poder espairecer: três historiadores liberais, um geógrafo comunista e dois diferentes “mestres das letras”: um punk e outro metódico racionalista.

Em 2017 tive a oportunidade de vir para mais perto da Bahia. Consegui uma vaga na famosa escola de tempo integral conhecida como “Escola Viva” em Pedro Canário, a menina dos olhos do governo estadual. Havia seleção para poder participar do projeto. Tudo era tão diferente, o pouco investimento feito na educação com aquele modelo nos mostrava que o fantasma da “qualidade da educação” só era mesmo uma questão de vontade política. Tomei um susto, não sabia que isso existia. Verba para projetos, salas ambientadas, livros novos na biblioteca, laboratórios de ciência e informática, TVs de plasma em todas as salas de aula etc. Eu estava em núpcias com a escola. Mas, passados alguns meses, o divórcio foi inevitável. Ademais, tanto em Ecoporanga quanto em Pedro Canário era visível em nossos (as) alunos (as) os enormes desnivelamentos sociais e o novo modelo não se mostrou suficientemente capaz de dar respostas concretas a essa realidade.

Apesar da enorme carga de trabalho, de uma quantidade exorbitante de planilhas, monitoramentos e gráficos para acompanhar os resultados da aprendizagem na escola, foi possível, à medida em que eu compreendia a dinâmica do modelo, desenvolver algumas ações

interessantes. Com o apoio de alguns alunos (as), construímos o grupo de estudos de gênero e sexualidade “Metamorfose”. Atuando em paralelo à grade curricular conseguimos firmar um bom espaço de socialização de ideias. Acredito que o divórcio com o modelo se deu pelo cansaço e pela desilusão. A Escola Viva, à época, e agora o modelo integral, tinha/tem todo o suporte e as condições para erigir uma formação educacional transformadora. Porém, penso que continuamos em atropelo pela política neoliberal.

É claro que várias características tornavam-na atraente: o perfil dos (as) alunos (as): mais interessados, envolvidos nas ações escolares e abertos ao novo, a proximidade que tínhamos com eles (as), os espaços de reflexão da prática, mais tempo para finalização das ações educacionais, a relação dialógica entre professores, pais, a parte administrativa e os educandos (as). Eu vim sentir falta disso tudo quando decidi abandonar a Escola Viva e voltar para escola de tempo parcial em São Mateus: na escola Américo Silvares. De 2018 e 2019 trabalhei com turmas de ensino fundamental II e em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi uma experiência única, cheia de percalços e também desgastante.

Para mim era visível a discrepância. Havia claramente uma escola integral para a classe média e uma parcela da classe trabalhadora e outra de tempo parcial para a parte mais vulnerável da classe trabalhadora. Acho que a desigualdade no Américo Silvares saltou aos meus olhos com mais intensidade. Tínhamos alunos (as) muito pobres, muitos deles (as) nunca tinham conhecido o mar e a cidade era litorânea: o mar ficava a pouco mais de 35 minutos da escola.

Penso que sou um professor melhor depois de ter passado por lá. Aprendi a abrir mão quando necessário, lutar pelo o que é realmente importante, dialogar mais, relativizar mais as situações, a pensar mais nos porquês das coisas, mirar mais nas desigualdades como foco da aprendizagem e, sobretudo, a destronar algumas visões de mundo. Por exemplo, uma vez um aluno me disse numa daquelas aulas de abertura, quebra-gelo: “professor, eu quero ser electricista”. A turma riu, na hora eu me surpreendi, mas não deixei que ele percebesse. Fui para casa revirado com aquela fala. Refletindo depois, entendi que não existia uma fórmula para ser feliz e, se eu estava ali como professor, era para tornar possível, através da educação, o sonho de realização pessoal daqueles (as) meninos (as) independente do que fosse. Claro, aos poucos, ampliando também seus horizontes. Então comecei a pensar que o ensino institucionalizado precisava refletir mais isso, se abrir para novas experiências educacionais que se alinhassem com os projetos pessoais dos (as) alunos (as). Acho que também acabei entendendo mais a Escola Viva. Talvez eu tenha precisado descer ao vale para ver melhor a

montanha.

Também lá consegui desenvolver uma contribuição significativa, penso. Com o projeto “Ninguém solta a mão de ninguém: todos (as) pela equidade de gênero”, conseguimos articular uma série de saberes, ações e espaços de aprendizagem. Combinando as disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências e História e a realidade dos (as) nossos (as) alunos (as), falamos sobre sexualidade, gênero, raça/etnia, relações de poder, corpo, juventude, afetividade e estimulamos a leitura nos anos finais do fundamental II com o romance africano *As alegrias da maternidade* (2017).

Propomos a filtragem das trajetórias de vida dos (as) estudantes e de seus familiares envolvendo aquelas e outras categorias. Notamos o estrangeirismo dos profissionais da educação, a negação/invisibilidade do regime cisheteronormativo no contexto escolar e sua profunda “simbiose” com a comunidade circundante e agimos sobre isso, tentando contribuir de alguma forma. Através do projeto, conseguimos alugar um ônibus e levar os (as) estudantes do 9º ano e outros (as) do 8º ano para participar de outros espaços formativos em Vitória – ES. Conhecemos museus, o centro de apoio a mulheres em situação de violência e conseguimos ver a materialização das relações de poder nos patrimônios históricos da capital capixaba.

Lá eu também formei um bom coletivo. Acho que a minha sorte foi que, onde quer que eu estivesse no Espírito Santo, tinha baiano, e isso fez com que eu não me sentisse tão estrangeiro assim. Nos eventos da escola: carnaval, festa junina e outros, a gente se esbaldava. A maioria dos nossos (as) colegas era evangélico (a) e não se mostravam muito animados (as) com esses eventos, fora a apatia de alguns de participar das festividades da escola.

Na verdade, aquela era uma característica marcante das escolas onde trabalhei: todas tinham uma institucionalidade paralela à fé cristã. Quando os (as) professores achavam que os (as) estudantes estavam muito “desinibidos sexualmente”, era o pastor que chamavam para “fazer uma fala”. Nunca era encarado como natural e passível de educação e orientação, mas sempre como pecado, perversão, imoralidade e desrespeito. “Aqui não é lugar disso!”, Diziam. Lembro-me de um dos eventos na EJA em que uma confraternização ecumênica foi produzida, mas só foram convidados padres e pastores para o evento. De alguma forma, a escola se misturava com a Igreja. Eu sempre fui muito reticente a isso. Para mim era como água e óleo, não se misturavam, mas ali aqueles espaços estavam a um fio de distância um do outro. Bom, talvez eu também precisasse ser reeducado, pois, no que se refere à relação religião/escola era eu quem dizia “aqui não é lugar disso!”.

Mais uma vez eu fui puxado violentamente do pedestal em que me encontrava. Bom, acho que só aprendi o verdadeiro sentido da palavra “ressignificar” no chão da escola. Percebi que aquela atmosfera que permitia realizar o meu trabalho em muito se devia ao fato de que meus (minhas) estudantes participavam de comunidades religiosas e agiam conforme tais preceitos. Muitos (as) eram do grupo de jovens assim como eu fui um dia e, a partir disso, fui levado a pensar que se em algum momento da vida precisassem também ressignificar algo quanto à fé, caberia unicamente a eles (as) essa tarefa. Acredito que por vezes, na ânsia de querer “por tudo à prova”, nós professores – eu, sobretudo – esquecemos que o tempo exige tempo. E com isso quero dizer que não existe fórmula para a felicidade e para viver.

Alguns anos depois, quando participei de um espaço de formação sobre religião, gênero e sexualidade, revisitei aquela experiência e ela me fez perceber que a religiosidade também é uma identidade, e que respeitar o espaço e a crença dos/das meus/minhas alunos (as) não colocaria em risco o que eu ensinava; pelo contrário, se somaria àquilo. Hoje tento ver com mais cuidado essa questão e penso que o trabalho educacional na escola sem as comunidades religiosas evangélicas ou católicas nos bairros periféricos estaria muito mais precarizado. Contudo, devo ressaltar que ainda sou irredutivelmente contra o modelo de ensino religioso nas escolas públicas. Talvez devêssemos encontrar o ponto de encontro entre uma educação libertadora e os saberes secularizados. Aí está um desafio que venho tentando construir.

Assim como para mim, acredito que para milhões de outros (as) brasileiros (as) a educação tem um potencial libertador. Por isso a ideia de **salvação** aqui não pode ser entendida simplesmente como um horizonte idealizado, mas sim como uma possibilidade concreta de se realizar, de ir além e de superação de nossas angústias existenciais. Aliás, em nada essa ideia tem de simples. Seja você mulher, LGBTQIAPN+, negro (a), periférico (a), jovem, branco (a) pobre, indígena ou trabalhador do campo ou do asfalto, o fato é que - situado abaixo da linha do equador e na periferia do sistema capitalista -, todos os dias os desafios de classe, gênero, sexualidade e raça/etnia que enfrentamos colocam a prova nossas capacidades mentais, emocionais e físicas de seguirmos em frente.

É, portanto, inescapável o fato de que o sentido que se atribui à educação muda conforme o corpo e o lugar em que se habita. Agora, mais do que nunca, as águas turvas do rio do tempo em que estamos banhando tem nos instado a reexistir, a ser mais fortes do que a correnteza e a refazer um novo leito aonde possamos desaguar com esperança. Respostas exigirão tempo e a “linha de produção” tem se mostrado apenas capaz atalhá-las. Sem dúvida,

essa é uma batalha pela construção de um novo entendimento sobre o processo civilizatório e é o que buscarei refletir nos próximos capítulos deste trabalho.

**CAPÍTULO II:
“ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO”:
MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E
HEGEMONIA**

2.1. Desenvolvimento estadual e política de educação por resultados no Espírito Santo

No contexto de euforia e liberdade que experimentamos após longos anos de ditadura “civil-militar” (FICO, 2017), pode-se dizer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) **LEI Nº 9.394/1996** foi um passo a frente na consolidação de uma nova etapa do Estado democrático de direito no Brasil, e, sobretudo, dos pilares do nosso processo civilizatório. Ademais, parametrizada pela obrigatoriedade, gratuidade e universalização, a LDBEN repactua com a sociedade civil uma consciência nacional sobre o dever de educar. Em seu **ART. 02º**, no tocante aos princípios e finalidades da educação nacional, acordamos que o zelo pela educação é “dever da família e do Estado, inspirada nos principais de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando” (BRASIL, 1996).

No entanto, por mais promissores que fossem tais valores, não foram capazes de resistir às pressões das nossas elites políticas e econômicas no que se refere às exigências do capitalismo e da globalização. Estava claro que se a educação fosse o caminho para o pleno exercício da cidadania, também deveria conectar-se ao mundo do trabalho, ao ensino técnico e à educação profissional. Aliás, essa é a fórmula que prevaleceu (prevalece) atravessando as redes de ensino municipais, estaduais e da União, inclusive, mais como uma expressão ontológica do sentido da educação do que qualquer outra.

No estado do Espírito Santo⁶, afora os interesses externos de entidades, instituições econômicas e conglomerados empresariais, cabe ressaltar ainda a própria dinâmica clientelista, autoritária e patrimonialista que coopta a proposição das políticas públicas na educação. Para Appio (2006, p.136) as políticas públicas são “instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar a igualdade de oportunidade aos cidadãos”. Apesar disso, nem sempre essas políticas de interesse público são fieis ao seu propósito ou inteiramente “subsidiadas e implementadas pelo poder do Estado” (SAMPAIO E ARAÚJO JR, 2006, p. 336). Se por um lado abre espaço para que grupos sociais não-hegemônicos possam pautar suas agendas e para que organizações da sociedade civil participem do processo de formulação, fiscalização e

⁶ O estado do Espírito Santo é a 27ª unidade federativa do Brasil e ocupa a 14ª posição no que se refere à densidade demográfica, representando 1,8% da população total do país. Os indivíduos naturais desse estado são identificados com o termo Capixaba, sua capital é Vitória e seu território encontra-se situado entre a Bahia (ao Norte), Minas Gerais (a Oeste), o Rio de Janeiro (ao Sul) e o Oceano Atlântico (a leste) (GOVERNO ES, 2023).

implementação das políticas de Estado (MELLO; *et al*, 2012, p. 292), por outro, cria porosidades para que uma racionalidade neoconservadora e neoliberal se infiltre redimensionando a relação entre o papel do Estado e a formulações de tais políticas, especialmente em conjunturas de contusão a que estamos vulneráveis nas brechas do capitalismo periférico.

Nesse aspecto o contexto capixaba não é um caso à parte. Em *fins-de-siècle* a revista Isto É (1999) usou a expressão “lambança capixaba” para caracterizar o cenário político-institucional em que se encontrava o governo do estado. As acusações de corrupção no alto escalão do governo José Ignácio do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) envolvendo empréstimos ilegais no Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), financiamento de campanha e grandes construtoras alcançou proporções inesperadas, sobretudo após as várias denúncias de compra de voto e troca de favores entre agentes públicos e privados. A desmoralização em âmbito nacional e o comprometimento da funcionalidade da máquina pública atrelado às contradições estruturais e históricas resultaram numa crise generalizada que afetou todos os setores da administração pública (RYFF, 1998) (FOLHA, 2001).

Em microrregiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como o município de Pedro Canário, situado na região Norte do estado, tais contradições se fizeram sentir mais intensamente. Lá, a retração nos investimentos públicos e o arrefecimento das políticas educacionais resultaram não somente na precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação pública e da qualidade do ensino oferecido, mas também no aprofundamento das desigualdades. Entre as instituições de educação impactadas pela crise está a escola hoje denominada como Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral (CEEFMTI) “Manoel Duarte da Cunha”.

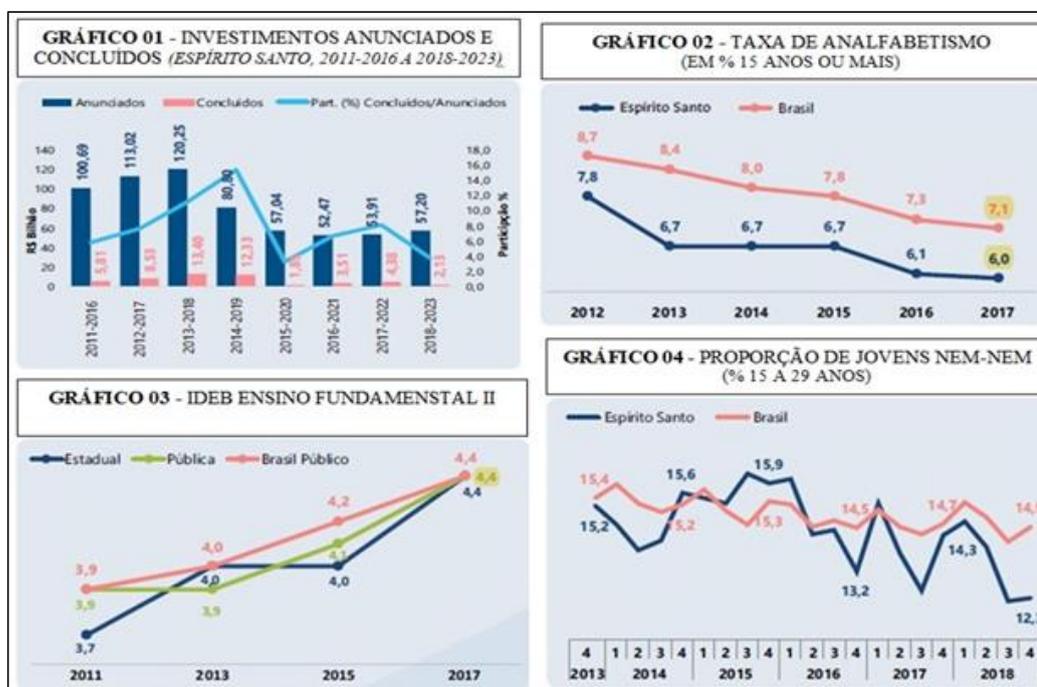
De acordo com as informações consultadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da escola,

no ano de 1977, por iniciativa do então vereador José Mirandola, a Lei Nº 1.342/77 autoriza o Poder Executivo a criar a escola de 2º Grau em Pedro Canário quando esse pertencia ao Município de Conceição da Barra. Em 27 de fevereiro de 1978 o decreto nº 242/78 cria a Escola em Pedro Canário e em 13 de julho de 1978 através do decreto 263/78, a Escola recebe a denominação de Escola de 2º grau “Manoel Duarte da Cunha” homenageando assim o cidadão e grande poeta barrense (CEEFMTI, p.12, 2021).

A escola de 2º grau Manuel Duarte da Cunha teve como primeiro diretor o pastor

Henrique Fernandes Trindade⁷. De 1978 a 1980, a escola funcionou oferecendo duas modalidades de educação, o ginásial com formação geral e o secundário técnico em contabilidade. À época da crise do PSDB ao governo do estado, a escola funcionava em três turnos e, embora tenha chegado a quase 2/3 do total, disponha de cerca de 1500 vagas para matrícula. Em 2002 a instituição muda de nomenclatura e passa a se chamar Escola Estadual de Ensino Médio, vindo a se torna posteriormente, a partir da **PORTARIA Nº 016-R**, de 20 de janeiro de 2017, a única instituição de ensino integral em tempo integral do município. Por fim, através da **PORTARIA Nº 110-R**, de 12 de Novembro de 2019 a escola passa a atender também estudantes do ensino fundamental.

De um ponto de vista jurídico, é inegável que no transcorrer deste primeiro quartel do séc. XXI as políticas públicas adotadas no Espírito Santo no âmbito educacional promoveram mudanças que afetaram drasticamente a instituição de ensino Manuel Duarte da Cunha.



FONTE: Planejamento estratégico 2019-2022. Secretaria de economia e planejamento, ES.

⁷ O pastor Henrique Fernandes está na memória viva de cidadãos pedrocanarenses e egressos da escola Manoel Duarte da Cunha. Atualmente falecido, o pastor Henrique Fernandes se destacou no debate educacional municipal durante a vigência de sua gestão à frente da escola Manoel Duarte por gravar uma discussão entre professores e membros do sindicato sobre direitos trabalhistas. Investigando informações sobre o diretor, encontrei no jornal “Posição” de 1978 a seguinte manchete: “Pastor Entreguista”. Ele havia levado um gravador na sessão para gravar e reportar para autoridades locais. Noutra parte do artigo o pastor identificado pelo jornal como “latifundiário dedoduro (sic)” ainda vociferou contra os professores: “Vocês são uns comunistas, subversivos, moleques, sem-vergonha (...)”. Embora não seja objeto de nossa pesquisa, essas informações nos ajudam a reconstituir um pouco da memória da cidade e da conjuntura em que se constituiu a escola através do perfil do gestor escolar.

E não somente, observando os resultados acima e com a divulgação do último Plano de Desenvolvimento Estratégico do Espírito Santo para os anos de 2019 a 2022 (PDE/ ES), ficou claro que a correspondência entre a média de estudo familiar, o aumento na distribuição de renda e a ampliação do IDH se tornaram sólidas estruturas de sustentação do projeto de desenvolvimento regional induzido pelas forças políticas estaduais.

Os investimentos ainda poucos anunciados e concluídos pelo poder público no último quartel do séc. XXI mostram que as políticas de Estado têm conseguido arranhar a superfície da estrutura da desigualdade e produzir bons indicadores no estado, no entanto, e, por isso, consideramos que essas políticas públicas traduzem-se apenas como reparacionistas, pois não pervertem o modelo indutor de relações de exploração, imperialistas e globalitárias implantadas regionalmente. A julgar pelos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) em 2021, o Espírito Santo está entre os 03 estados da federação com a maior nota no ensino médio: 4,5⁸ (A GAZETA, 2022). Essa escalada nos índices da qualidade da educação capixaba merece nossa atenção, especialmente quando, no caso do CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha, a comparamos com outros indicadores.

TABELA 01 - INDICADORES EDUCACIONAIS DO CEEFMTI MANOEL DUARTE DA CUNHA (2011 A 2021)							
MATRÍCULAS							
ANO	CAPACIDADE	MATR. FINAL	REPROVAÇÃO (%)	EVASÃO (%)	PAEBES ⁹ / LP (%)	PAEBES/ MAT (%)	IDEB/ ES
2011	1.440	707	28%	11%	-	-	-

⁸ Os dados levam em consideração a média total do ensino ofertado tanto em instituições públicas quanto privadas. Nesta última avaliação, o Espírito Santo obteve a 3ª melhor média nacional, ficando atrás apenas do Paraná (4,9) e de São Paulo (4,7). No entanto, o estado desbancou estados populosos como a Bahia (3,6) e Minas gerais (4,2) e outros nacionalmente reconhecidos pela qualidade educacional como, por exemplo, Pernambuco (4,4). Quanto ao Saeb os indicadores de proficiência em Matemática (283,57) e Língua Portuguesa (282,55) não foram tão positivos, mas em relação a anos anteriores, o Espírito Santo conseguiu avançar consideravelmente.

⁹ O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) trata-se de um instrumento para aferir a qualidade da educação capixaba segundo parâmetros próprios. Desde 2009 que a SEDU realiza parceria técnico-pedagógica com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) para operacionalizar a avaliação. A prova abrange as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia e Ciência e é aplicada periodicamente em três etapas: nos anos iniciais do ensino fundamental (PAEBES ALFA), nos anos finais de cada ciclo e a cada trimestre em todos os anos do ensino médio (PAEBES TRI). Os resultados são transferidos para Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica para que possam auxiliar a (re)formulação das políticas estaduais de educação e subsidiar a comunidade escolar na elaboração das estratégias de fortalecimento da aprendizagem. Em 2015 a avaliação foi institucionalizada no Plano Estadual de Educação (PEE/ES) pela **LEI Nº 10.382, DE 24 DE JUNHO 2015**.

2012	1.440	656	26%	12%	-	-	-
2013	1.440	590	35%	10%	-	-	-
2014	1.440	529	28%	12%	-	-	-
2015	1.440	589	9%	7%	-	-	3,15
2016	1.440	532	14,9%	0,7%	-	-	3,57
2017	420	321	10,3%	0%	295,3%	315,9%	4,06
2018	420	268	7%	0%	298,56%	300,43%	4,25
2019	420	232	7%	0%	303,46%	294,17%	4,9
2020 ¹⁰	-	-	-	-	-	-	-
2021	420	372	7%	-	-	-	4,5

FONTE: Tabela produzida pelo autor com base no PDI, PAI (Programa de Autoavaliação Institucional), Relatório de Jornada de Planejamento Pedagógico (JPP) do CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha e em artigos jornalísticos do periódico online “A Gazeta”.

Independentemente dos resultados acima, o esforço pela permanência dos educandos na escola, sobretudo no período pandêmico da COVID-19, é uma conquista de toda a comunidade escolar. Por um lado, no decorrer do último decênio, a estabilização nos indicadores de reprovação, a drástica redução da evasão escolar e o progressivo aumento do nível de proficiência dos estudantes tanto no PAEBES quanto no IDEB não podem ser analisados sem considerar o entrelaçamento de um conjunto de políticas educacionais implementadas através da Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Por outro, a redução das matrículas em relação ao número de vagas ofertadas, os altíssimos índices de reprovação, as medidas cínicas de “promoção escolar” - invisíveis em dados oficiais -, o desaparecimento de estudantes dos bancos escolares nas séries finais do ensino fundamental e médio e as desigualdades nos índices de proficiência por microrregião¹¹ e em relação à educação privada no Espírito Santo mostram as (inevitáveis?) contradições do modelo de desenvolvimento que se acentuou a partir dos anos 1990 no Brasil. Modelo este que tem na acumulação capitalista sua base de justificação e, na educação, sua estratégia de sobrevivência. Em todo caso, esse cenário de calamidade tem sido “um prato cheio”.

Obviamente que seria impossível determinar todas as influências que atravessam o coeficiente positivo e negativo dos indicadores levantados anteriormente, mas algumas

¹⁰ Devido à pandemia de COVID-19 os índices referentes ao período não foram coletados, sendo postergados para o ano seguinte.

¹¹ Os dados disponibilizados pelo MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre o desempenho da educação no Espírito Santo apontaram discrepâncias consideráveis entre os indicadores dos municípios capixabas, inclusive, na mesma microrregião. Cabe, portanto, um estudo para analisar detidamente esse cenário. Ver matéria no periódico online “A Gazeta”: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/ideb-2021-as-cidades-do-es-com-melhor-e-pior-desempenho-nas-escolas-publicas-0922>.

inferências podem ser apontadas. Por exemplo, 1º) a combinação estratégica entre o governo estadual e a entidade empresarial Espírito Santo em Ação nos idos de 2003, 2º) a indução de novos modelos de gestão com base em métodos de gerência empresarial na SEDU, 3º) a introdução de um amplo conjunto de tecnologias educacionais de mercado no currículo e por fim, 4º) o manuseio de reformas educacionais como pretexto à eficiência da rede de ensino público. É lícito dizer que tais práticas ganharam enorme impulso nas políticas públicas de Estado a partir do primeiro mandato do governo Paulo Hartug de 2003-07, no entanto, é possível perceber embrionariamente esse furor reformista em momentos anteriores.

Aliás, durante o governo petista de Victor Buaiz de 1995-99, o jornal A Gazeta (1996, p.18) publicou a seguinte notícia: “Sedu realiza pesquisa para a reforma”. Segundo a reportagem

uma pesquisa está sendo realizada com a finalidade de levantar o número real de professores e de alunos em cada sala de aula da rede ensino estadual. O trabalho foi iniciado (...) pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu), e (...) os dados serão utilizados para atender à política de racionalização da reforma administrativa do Governo do Estado. (...) Elzi Moraes [Secretária de educação] disse (...) que (...) há um firme propósito de se conhecer a realidade da área. Os técnicos vão levantar dados como o número de professores por escola, vínculo empregatício, carga horária e disciplina, e o número de alunos, inclusive por sala de aula. (...) Ela destacou que a pesquisa vai subsidiar para discussão sobre o planejamento do sistema de ensino, forma de gestão das escolas, a definição de uma política de ocupação de espaço e as formas de composição das turmas.

O trecho anterior é revelador sobre a capacidade da racionalidade neoliberal de metabolizar suas contradições mais profundas. De uma só vez seus ideólogos manipulam a crise e agem na responsabilização do Estado-provedor ou do que dele sobrou entre os escombros, no ataque aos dispositivos que garantem segurança jurídica aos trabalhadores da educação e no barateamento dos investimentos atrelado à “eficiência” do ensino. Eis, pois, aqui uma das formas pelas quais o neoliberalismo se apresenta: a defesa renitente da desregulamentação do Estado e de suas funções de bem-estar social para uma maior centralização no mercado e no setor privado.

Como já sinalizamos, seus contornos não se encerram nessa abordagem, aliás, mais do que uma doutrina da economia política e da economia, comungamos com Ball (2014) quando pontua que o neoliberalismo um “conjunto complexo, muita vezes incoerente, instável e até mesmo contraditório de práticas”. Associado a mecanismos, inclusive, globalitários de

produção de realidades, trata-se de processos de subjetivação do mercado sobre o real (FISCHER, 2017) como base para “universalização das relações sociais baseadas no mercado, com a correspondente penetração em quase todos os aspectos de nossas vidas” (BALL, 2014). Esse entendimento sobre o neoliberalismo coloca em relevo a mercantilização da vida social como consequência desse processo de universalização das relações sociais baseadas no mercado. Assim sendo, a educação, situada entre o direito e o mercado passa a figurar como um campo a ser explorado quando àquela antiga oposição se infiltram uma nova racionalidade que traduz o direito a partir do mercado e vice e versa (LAVAL, 2019).

2.2. Hegemonia e modernização conservadora no cenário da política capixaba

É em meio a esse controverso emaranhado que se (re)constituem as tentativas de Paulo Hartung e Renato Casagrande, respectivamente, ligados ao Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹² e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), de hegemonização de uma agenda política com vistas a modernização e desenvolvimento estadual. Analisando a noção de hegemonia no contexto da teoria do discurso, Mendonça (2007, p. 250) argumenta que “um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador. É, enfim, um discurso de unidade: unidade de diferenças”. Ou seja, esse fenômeno, antes de tudo, reflete as negociações, rupturas e (re)arranjos – sempre em deslocamento – entre diversas forças sociais e políticas dentro e fora do campo político capixaba.

Para Bourdieu (2011, p. 194-195)

(...) o campo político (...) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior de um grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social.

Assim sendo, é preciso que se diga que, dadas as condições em que tal atmosfera se conforma nenhum determinismo partidário, ideológico e de qualquer outra natureza é

¹² Após o golpe civil-parlamentarista empreendido contra o governo de Dilma Roussef (PT) em 2014, inclusive, tendo à frente figuras políticas de renome de dentro do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) como, por exemplo, o ex-vice-presidente artífice do golpe, Michel Temer, o partido se vê desgastado politicamente e busca se reinserir no imaginário social e na dinâmica política nacional recuperando sua identificação ulterior: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), quando virtualmente se classificava como oposição a Arena durante o regime militar de 1964-85.

suficientemente autoexplicativo na análise do processo de loteamento das políticas educacionais entre os anos 2007 e 2021 no Espírito Santo. No plano nacional, por exemplo, tanto Casagrande quanto PH buscou convenientemente se aproximar ou se contrapor ao governo federal na medida em que disputavam o projeto desenvolvimentista no cenário da política capixaba e, por que não dizer, cultivavam no coração e no imaginário de sua gente um acirramento dissimulado pela representatividade das “aspirações em jogo”¹³. Entre os alvos dessa disputa esteve a política de divisão dos *royalties* do petróleo adotada pelo governo federal¹⁴: importante contrapeso na dinâmica política e econômica estadual e objeto de querelas pelo poder no campo político capixaba.

Mesmo que dentro de certos limites estruturais, durante a déc. de 2010, o *superávit* alcançado nas contas públicas da União e do Espírito Santo, sobretudo em função do aumento do preço das *commodities*, impulsionou não somente as condições para um crescimento econômico em curto prazo, mas também serviu de base para atualização no cenário da política espiritosantense do discurso de superação do atraso a partir da “narrativa dos ciclos econômicos” (LEAL; LIMA, 2021). Parte desse discurso se deu através do manuseio da memória coletiva e de recursos historiográficos a respeito das “(des)aventuras” na formação da identidade capixaba.

Em 2008 vem a público uma 3ª reedição do livro “História do Estado do Espírito Santo”, escrito pelo historiador José Teixeira Oliveira. Alçado a “clássico” da literatura capixaba, a obra passa a figurar na política de governança de Paulo Hartung como um reforço ufanista à sustentação do projeto desenvolvimentista em curso, mas também nas estantes das bibliotecas das escolas públicas e nas referências bibliográficas dos manuais curriculares estaduais. No prólogo desta 3ª edição o Governador subscreve:

¹³ Eventualmente usarei esse termo para me referir aos vários grupos em âmbito social que disputam, tencionam e/ou negociam o poder na medida em que buscam hegemonizar suas agendas no campo político estadual, mas também para criticar pontualmente a astúcia das elites capixabas no manuseio conveniente dessas agendas e na tentativa de ampla coalização como fundamento à governabilidade e harmonia social.

¹⁴ O Espírito Santo integra o conjunto de estados da União produtores de petróleo e isso o beneficiou largamente, sobretudo, durante o boom das *commodities* na primeira déc. do séc. XXI. À época, a regra vigente sobre a divisão dos *royalties* concedeu ao estado somas bilionárias que impulsionaram o crescimento econômico e permitiram maiores investimentos públicos, inclusive, na educação. A defesa da participação do estado nos lucros se tornou imprescindível e lugar de exercício do ufanismo capixaba em relação à manutenção de seus interesses. Pode-se dizer que, perdê-los, colocaria em risco a própria dinâmica de hegemonia firmada no estado e, para as lideranças políticas, significaria sumariamente suicídio político, por isso a proposição de um novo acordo menos benéfico ao Espírito Santo feito no Congresso em 2012 foi lido como “perigoso”. Na ocasião Casagrande, governador do estado, classificou o **Projeto de Lei (PL) 2565/11** como “um golpe duríssimo” e complementou: “sem os recursos previstos, investimentos essenciais ao desenvolvimento [do estado] deixarão de ser realizados e haverá grande dificuldade para manter os serviços públicos no mesmo patamar de qualidade (...)” (MERIGUETTI, 2012).

a consciência de nossa caminhada de quase cinco séculos de colonização multicultural enriquece a identidade capixaba. O exercício de nossa memória só tem a nos fortalecer no início de uma nova era histórica em que muitos desafios e oportunidades se colocam no presente e no horizonte próximo.

Motiva-nos de modo especial a constituição de bases sólidas para o exercício de nossa memória neste momento em que o Espírito Santo avança em seu terceiro ciclo histórico, **com uma prática político-administrativa renovada pela devoção incondicional à ética republicana e com um paradigma econômico transformado pelo petróleo e gás e pela ampliação do agronegócio e da indústria exportadora** [grifo nosso] (OLIVEIRA, 2008p. 19).

O conjunto dessas investidas foi suficientemente útil à pauta de “eficiência, equilíbrio e desenvolvimento sustentado” situada a partir da necessidade hegemônica de reforma do Estado. É possível dizer que a correlação de forças e dos interesses em jogo no Espírito Santo entre a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1999), a classe média e a burguesia estadual estiveram no centro dessa reforma. Embora não seja objeto de nossa análise, é interessante notar que essa fórmula conciliatória (MARINGONI, 2017) empregada regionalmente - que pende mais à classe dominante - ainda prospera razoavelmente no Espírito Santo sem claros sinais de falência, apesar do *tsunami* bolsonarista¹⁵. Outra parte significativa do discurso de superação do atraso esteve ligada à atuação da entidade empresarial Espírito Santo em Ação (NASCIMENTO, 2016).

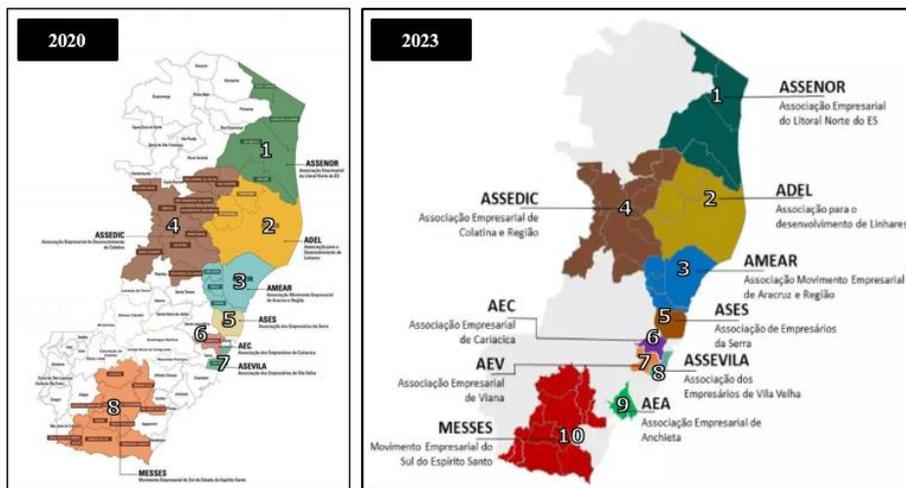
Os fundadores do ES em Ação buscavam estabilidade institucional para sustentar um projeto de desenvolvimento. Organizaram-se com forte influência do modelo pluralista, com autonomia, autodeterminação, participação voluntária e não hierárquica, tendo como instâncias internas, à época, o conselho deliberativo, o comitê estratégico e os conselhos temáticos. A primeira instância reunia os membros fundadores e decidia as principais questões, a segunda era um órgão político de articulação e as terceiras coordenavam os projetos prioritários (LEAL; LIMA, 2021, p. 183).

Desde que surgiu em 2003, a ES em Ação tem atuado em várias frentes na construção do modelo de desenvolvimento adotado no Espírito Santo, chegando, aliás, a cooptar, a propor e a gerenciar as políticas públicas de Estado. Em face à alternância de

¹⁵ As contendas político-ideológicas nacionais se projetaram dramaticamente no Espírito Santo na disputa eleitoral de 2022 entre Renato Casagrande (PSB) e Carlos Manato (PL). Nas eleições de 2018 Casagrande havia recebido 55,45% dos votos válidos e Manato 27,26%, mas em 2022 o candidato psdbista foi surpreendido ao vencer o opositor Bolsonarista no segundo turno nas eleições e ainda com uma margem pouco expressiva de 165.267 votos de diferença. Esse é um cenário que merece mais atenção, no entanto, por ora, denota algumas pistas interessantes sobre a política conciliatória vigente no estado (G1, 2022) (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018).

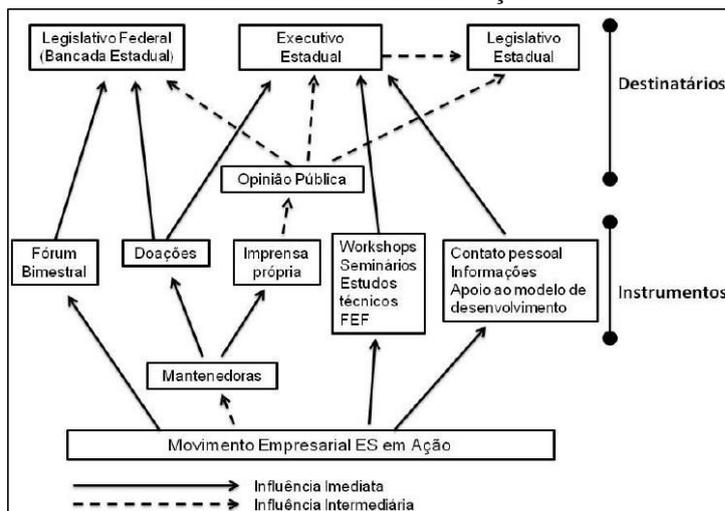
representatividade política ao governo estadual, a entidade empresarial manteve-se sólida, tornando-se um eixo poderoso e funcional quanto à legitimação dos governos frente à opinião pública, na promoção de processos formativos em modelos de gestão, na indução de pesquisas e estudos técnicos e na organização da categoria empresarial em associações benéficas àquele modelo.

FIGURA 01 - EVOLUÇÃO DA REDE EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO¹⁶



FONTE: Espírito Santo em Ação.

FIGURA 02 - INTERLOCUTORES E INSTRUMENTOS DE COOPTAÇÃO DA ENTIDADE EMPRESARIAL ES EM AÇÃO



FONTE: Representação elaborada por Rainha (2012).

¹⁶ Distribuídas conforme sua posição mesorregional temos 1) Associação Empresarial do Litoral Norte do Espírito Santo - ASSENOR, 2) Associação Empresarial de Anchieta, Associação para o Desenvolvimento de Linhares - ADEL, 3) Associação Movimento Empresarial de Aracruz e Região - AMEAR (**Região Litoral Norte**); 4) Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina - ASSEDIC (**Região Noroeste**); 5) Associação dos Empresários da Serra - ASES, 6) Associação dos Empresários de Cariacica - AEC, 7) Associação Empresarial de Viana - AEV, 8) Associação Empresarial de Vila Velha - ASSEVILA, 9) Associação Empresarial de Anchieta - AEA (**Região Central**); 10) Movimento Empresarial do Sul do Estado do Espírito Santo - MESSES (**Região Sul**).

Considerando apenas os anos em que transcorre essa pesquisa, duas novas associações foram incorporadas à rede empresarial da ES em Ação: a Associação Empresarial de Viana - AEV e Associação Empresarial de Anchieta - AEA. A ES em Ação foi capaz, inclusive, de elaborar suas próprias linhas imaginárias na construção de um espaço para novas oportunidades de negócio. Façanha cuja sustentação esteve alicerçada pela interlocução direta com o poder público em suas mais variadas instâncias (RAINHA, 2012). Deste modo, a entidade empresarial vem se consolidando cada vez mais como uma seara interdimensional do modelo de governança empreendido pelo Estado do Espírito Santo. Tanto é assim que, apesar ou em razão das condições adversas pelas quais o estado passou e da “alternância do grupo político” a frente do governo estadual, a estrutura organizacional da entidade empresarial não se alterou drasticamente.

Consultando o site do grupo encontramos a seguinte descrição de sua “razão social”:

O principal objetivo do grupo [é] se organizar e se articular para **[1] propor um novo modelo de desenvolvimento para o Espírito Santo**. E a partir [daí], então, **[2] contribuir com a construção de uma consciência cidadã, com a promoção do pluralismo político e ideológico, com a ética e a responsabilidade social**, principalmente no setor empresarial.

Juntos, [nós] empresários [desejamos] colaborar para que o Estado [retome] suas características de destaque, o que possibilitaria revigorar a economia, **[3] moralizar a política** e resgatar a autoestima dos capixabas.

[4] Com a estabilidade institucional do Estado retomada, [será] possível olhar para o futuro. Assim, o Espírito Santo em Ação [mantém] seu compromisso de pensar o desenvolvimento do Espírito Santo, organizando-se, então, baseado no Plano ES 2025 – que posteriormente se transformou no ES 2030 e está sendo revisado para o ES 2035.

[5] Reconhecida como uma entidade de capacitação diferenciada para articular com agentes públicos e privados, o trabalho do Espírito Santo em Ação está **[6] estruturado a partir dos eixos estratégicos do ES 2030: Social, através dos projetos de Educação; Econômico, por meio das ações que remetem à Gestão Pública Eficiente; e Institucional, que ganha forma através da Formação de Lideranças** [grifos e organização nossos] (ES EM AÇÃO, 2023).

Inicialmente gostaríamos de esclarecer que não houve aqui nenhuma mudança de enfoque, ao contrário. Aliás, a provocação que este trecho nos apresenta e que nos parece oportuna para que discorramos agora, menos por um sofismo retórico do que por uma análise funcional, consiste no fato de que a relação entre a ES em Ação e o Estado capixaba se faz sentir tão simbiótica e efusiva que em muitos momentos, tal como no que se enuncia no

fragmento anterior, temos a impressão de que se trocássemos o sujeito do discurso mal conseguiríamos perceber a diferença. O que nos leva a indagar sobre as consequências para o Estado e para sociedade, a curto e em longo prazo, dessa “fortuita simbiose identitária”. Afinal, o ajustamento consecutivo nas reedições dos PDEs às tendências operacionais e aos interesses da ES em Ação em matérias como infraestrutura, saúde, comércio e indústria, tecnologia, empreendedorismo, gestão pública eficiente e, sobretudo, educação demonstram um nível de alinhamento profundo entre a entidade empresarial e a Secretária Estadual de Desenvolvimento (SED) (RAINHA, 2012) (NASCIMENTO, 2016). Essa investida, às vezes capilarizada, às vezes frente a frente, reclama a reprogramação de maneira celular da estrutura do Estado de bem-estar social e da forma democrática de direito que lhe dá movimento (BROWN, 2019).

De outra forma, a polinização de novos valores tal qual a empreendedorização do indivíduo à manutenção da estabilidade político-econômica, a construção de uma civilidade assentada num pluralismo multiculturalista e a higienização político-social éticomoralmente orientada por um comunitarismo tradicionalista tem sido objeto da disputa (negociação) entre certo neoliberalismo progressista e outro de caráter ultraconservador (CASSIN, 2022). A tentativa de conversão de uma pelo outro ou de ambos para um todo está subjacente à marcha da ES em Ação, portanto, do capitalismo periférico capixaba, de operar o Estado e os indivíduos como peça estratégica - e assim é desde a ascensão burguesa (RAINHA, 2012).

A “inversão reflexiva” *times is money in everything is money* (tempo é dinheiro em tudo é dinheiro) da lógica produtivista depõe fortemente em favor da transformação dos parâmetros do mercado global. Ao pinçar a oferta do serviço público de educação no Espírito Santo veremos como que, para além das atividades agroexportadoras subvencionadas pelas associações microrregionais, um amplo mercado de produtos e políticas educacionais se consolidaram através do modelo de governança implementado pelas lideranças políticas estaduais em parceria com a ES em Ação (BALL, 2004).

Para nós, o comportamento enviesado pela pauta neoliberal e suas estratégias de atuação emcorpadas constituídas à sombra da institucionalidade do Estado configuram a ES em Ação como um dos pontos nodais que interseccionam as terminações de uma ampla rede de políticas. Ou seja,

um tipo de ‘social’ [ou sociabilidade] novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos. [Elas] constituem comunidades de políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções; [...]

‘as redes fornecem locais para soluções colaborativas’ e ‘mobilizam inovações’ [...]. Por meio delas, é dado espaço a novas vozes dentro do discurso de política. Novas narrativas sobre o que conta como uma ‘boa’ política são articuladas e validadas [...]. Participações são multifacetadas e formas de relacionamento são variadas: atores individuais podem estar envolvidos nas redes em uma variedade de diferentes formas, por exemplo, patrocínio, contratação, e assim por diante (P: 29-30).

O ‘território de influência’ sobre política é expandido [...]. Como resultado, enquanto esses novos locais dentro dos contextos de influência e de produção de texto proliferam, há um aumento concomitante na opacidade da elaboração de políticas. Política está sendo privatizada em vários sentidos (BALL, 2014, p. 29, 30, 32).

Em verdade, foi preciso mais do que uma máquina pública moralmente higienizada, uma identidade regional devidamente polida, novos parâmetros de gestação pública eficiente e uma estrutura produtiva organizada para subsidiar o “desenvolvimento sustentável” projetado pelas elites políticas e econômicas capixabas. No imaginário dessas elites, o destino de prosperidade só estaria assegurado se as estratégias de governança em rede gestadas conseguissem superar os desafios educacionais e, por meio delas, induzissem a constituição de um novo perfil de estudante à “sociedade do conhecimento” (DELORS, 2012), ou seja, um indivíduo-trabalhador autogerenciável e flexível às condições do mercado.

Em termos gerais, governança em rede refere-se ao tratamento de problemas de políticas públicas aparentemente intratáveis – questões perversas que desafiam esforços para delinear seus limites e identificar suas causas (...) por meio de respostas gerenciais, organizacionais e empresariais em torno de colaboração de parceria e de trabalho em rede. (...) Os governos estão, cada vez mais, catalisando todos os setores – público, privado e voluntário – em ação para resolver problemas de sua comunidade (BALL, 2014, p. 30-31).

Nesse sentido, a ES em Ação funcionou como uma perfeita agente de negócios, integrando um diversificado mercado de políticas, “conectando instituições que trabalham/apoiam a educação e criando sinergia de ações entre os participantes”. Reciprocamente, o intenso tráfego de políticas e instituições pulsaram “a rede empresarial, a rede pela qualificação da educação, a rede de Institutos de formação de liderança e a rede capixaba de inteligência” (ES EM AÇÃO, 2021). Como resultado, um conjunto diverso de tecnologias de gestão empresarial, de modelos pedagógicos e de soluções educacionais em rede passou a orbitar em torno da SEDU.

Segundo Laval (2019, p. 18), “a globalização da economia fortalece e altera o rumo dessa (...) tendência. A educação (...) tornou-se um ‘fator de atração’ de capitais cuja

importância vem crescendo nas estratégias ‘globais’ das empresas e nas políticas de adequação dos governos”. Portanto, a estratégia de governança hegemônica pelas lideranças capixabas é uma clara manifestação da ideologia neoliberal que açambarca o modelo de Estado de bem-estar social no Espírito Santo em face às novas disposições globalitárias de acumulação capitalista. Entre suas terminações viceja um intenso movimento de privatização da educação pública como componente imprescindível da agenda de modernização conservadora e desenvolvimento regional.

A modernização conservadora tem alcançado inquestionável êxito, pois dominou o senso comum e projetou eficientemente tendências e compromissos sociais diversos, diretamente submetidos à sua autoridade geral, sobretudo, aqueles assuntos associados à cultura, ao bem social, à economia e, mais especificamente, à educação (...). Essa ‘modernização’ é constituída pelos (neo)liberais, (neo)conservadores, ativistas religiosos autoritários e classe média profissional, que possuem história de autonomia e dinâmicas próprias, **e optaram por subordinarem-se ao movimento conservador mais abrangente para assegurar a defesa de seus interesses e sua posição como estrato componente da classe dominante** [grifo nosso] (SANTOS, 2016, p. 96).

Essa aliança, aparentemente, improvável, só pode ser compreendida a partir do processo em que interesses de diferentes segmentos conservadores: religiosos, políticos, sociais, econômicos, ambientais e outros, são combinados e sedimentados num plataforma flexível e arrojada para ampliar o seu raio de impacto e alcançar as alavancas do poder (JINKINGS et. al, 2016). Trata-se de um movimento antidemocrático, anti-cidadania e anti-vida, portanto, potencialmente fascista que se agrupa de maneira (in)consciente e odienta em torno de um discurso de inimigo em comum (HOBSBAWN, 1995).

Em suma, o que temem não é a ameaça do imbróglio psicodélico a que chamam “ideologia de gênero”, o comunismo, a corrosão dos valores nacionais ou o assalto à propriedade privada, mas sim o Estado social, em linhas gerais, as políticas de promoção de justiça social e ampliação democrática que desestabilizam os privilégios históricos acumulados por certos estratos sociais.

O neoliberalismo e o neoconservadorismo nos Estados Unidos [podem ser vistas] como duas racionalidades politicamente distintas. Embora com algumas características formais sobrepostas (...), essas racionalidades têm efeitos convergentes na geração de uma cidadania antidemocrática que não ama e não quer nem liberdade política nem igualdade social (...) não espera nem verdade nem responsabilidade

na governança e nas ações do Estado (...). Embora emanem de diferentes fontes e visem diferentes propósitos, as duas racionalidades se misturam para produzir forças obscuras desdemocratização (BROWN, 2019, p. 111-112).

Ademais, pode-se dizer que, a reciprocidade entre neoconservadores e neoliberais estão para além dos acordos firmados na ordem do dia. “Habitualmente os neoconservadores concordam com a ênfase que os neoliberais colocam na economia, no entanto a sua grande preocupação é a ‘restauração’ cultural” (APPLE, 2001, p. 06). Pois, um dos pontos de convergência natural entre essas tendências é um comunitarismo centrado no que Brawn (2019) analisa como “esfera pessoal protegida”. Ainda segundo a autora, respaldam-se nas perspectivas teóricas do liberalismo clássico que sustentam o princípio da liberdade como uma expressão atávica entre a moral tradicional e o mercado.

No entanto, é importante frisar que, a relação entre neoliberais e neoconservadores é histórica. Ou seja, nem se encerra numa mera reorientação de conduta moral justificado como é, por vezes, pelo perigo representado às famílias por “políticas que ensinem que as crianças nascem sem sexo” na educação pública, muito menos num discurso que conclama o “direito a liberdade como salvaguarda aos excessos do Estado frente às medidas de *lockdown* impetradas ao mercado durante a pandemia de COVID-19”¹⁷, por exemplo. “A arquitetura da razão que liga a moralidade tradicional ao neoliberalismo” (BROWN, 2019, p. 22) se sustenta num projeto de desenvolvimento civilizatório que tem por base a “defesa de um modo de vida”.

Sendo assim, a ordem e a competitividade estariam asseguradas comunitariamente na medida em que restituíssemos à riqueza do Estado-nação e à civilização Ocidental - não necessariamente católica. E isso significa necessariamente justapor a ordem patriarcal, o direito consuetudinário, o dogmatismo cristão, a supremacia da branquitude e a cisheteronormatividade às novas lógicas globalitárias de acumulação e exploração, quais sejam, a reprodução das hierarquias sociais, a “responsabilização” (*accountability*) dos indivíduos, a desregulamentação do mercado e a privatização da seguridade social (SANTOS, 2016).

¹⁷ O primeiro enunciado refere-se ao pronunciamento do Dep. Vandinho Leite (PSDB) na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) em 2019, na ocasião do discurso o parlamentar acusou o então governador Renato Casagrande de desmobilizar a votação do **PL 10/2019** que proibia o ensino de “ideologia de gênero” em escolas. Diante do arquivamento do PL, Vandinho Leite reiterou: “o governador Casagrande acaba de derrotar a família capixaba”. O segundo trata-se da matéria publicada pelo jornal online “A Gazeta” em 2021 onde comerciantes capixabas saem em passeata nas ruas de Cariacica, região metropolitana da grande Vitória, exigindo o fim da quarentena.

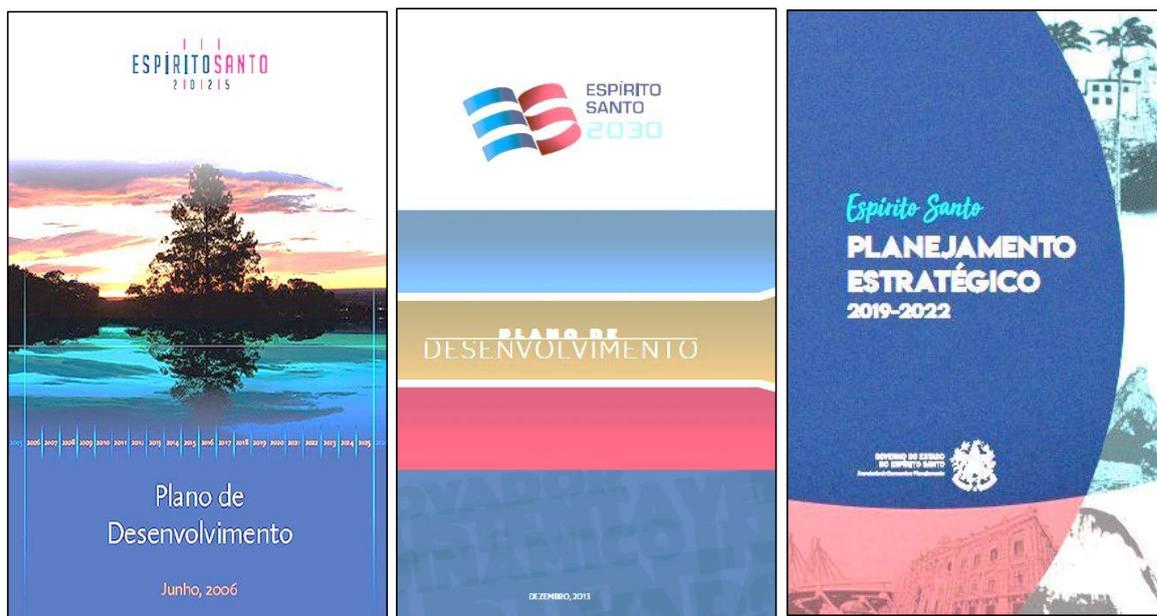
Uma das principais questões na análise desse processo está baseada em dois pontos relacionados: **a privatização e a mercantilização do setor público são crescentemente complexas e totalizadoras e formam parte de um novo acordo político global.** Os valores do mercado privado são celebrados em quase todos os Estados do ocidente, dando legitimação e impulso para certas ações e compromissos – espírito empresarial, competição e excelência –, e inibindo e deslegitimando outros – justiça social, equidade [*sic*], tolerância [grifo nosso] (BALL, 2004, p. 1105).

Evidentemente que uma aproximação muito estreita entre essas tendências e o campo político capixaba incorreria num erro crasso. Apesar de uma intensa difusão das perspectivas neoliberais e neoconservadoras em âmbito social, encabeçadas, sobretudo por entidades religiosas como a Assembleia de Deus (CARNEIRO, 2013), grupos empresariais, meios de comunicação e até mesmo por membros da institucionalidade do Estado, pode-se dizer que no decorrer da alternância política entre Paulo Hartung e Renato Casagrande nos idos de 2007 a 2021 houve uma “cuidadosa gestão” desses discursos. Seja em função das diferenças no que se refere ao perfil político-ideológico ou a conjuntura de governabilidade de cada liderança. A verdade é que a modulação da intervenção do Estado esteve em constante disputa e orbitando ao redor de vários centros de gravidade.

Mesmo que a educação pública capixaba não tenha sido efetivamente privatizada - embora haja quem a proclame -, o modelo de desenvolvimento local adotado pelas lideranças políticas no estado e endossado pela ES em Ação está rigorosamente alinhado as perspectivas globais de modernização conservadora que defendem a privatização dos serviços públicos como método para acumulação de capitais, competitividade, inovação e ampliação de investimentos. No que cabe à educação, dois tipos de privatização distinguem-se, a de sentido estrito e a de sentido amplo. “A privatização em sentido estrito compreende a oferta direta de serviços educacionais (...). Já a privatização em sentido amplo, é vista a partir [da redefinição das] fronteiras entre o público e o privado” (CASSIO, 2020, p. 02). Essa redefinição do papel do Estado ao que Ball (2004) identifica como performatividade ou pós-Estado de bem-estar vem atravessando radicalmente o “território da educação” capixaba (THIESEN, 2020).

Considerando apenas o período que compreende essa pesquisa, o governo do estado do Espírito Santo, através da SED, reeditou uma série de PDEs e em todos eles as estratégias, metas e projetos intersetorializados traçados para melhoria da qualidade da educação estão correlacionadas ao programa de concessões e privatizações hegemônico no campo político-econômico estadual.

FIGURA 03 - PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO ESPÍRITO SANTO



Da esquerda para direita: PDE/ES 2006-27; PDE/ES 2013-30; e PDE/ES 2019-2022.
FONTE: Secretaria Estadual de Desenvolvimento (SED).

Nos chama a atenção, antes de mais nada, a longevidade, a robustez e o grau de horizontalidade dos planos, chegando a atingir praticamente todas as esferas da administração pública. Isso nos dá uma dimensão do nível de capilaridade do modelo implantado. Ou seja, poder-se-ia dizer que, sobre vários aspectos, independentemente da representatividade contratualizada nas urnas, a relativa automação do projeto de modernização conservadora capixaba dissimula-se como um organismo com irrigação própria a revelia do campo político que o concebeu. Mas, sabemos muito bem o solo sob o qual essas raízes cresceram. Como resultado, as fronteiras entre a noção de mercado e não-mercado se dissipam e uma cultura de performatividade competitiva é instaurada combinando descentralização e regulação à produção bens de oportunidade (*opportunity goods*) (BALL, 2004, p. 1106-1107). A rigor, a análise da documentação institucional arrolada nos permitiu identificar 04 nichos de “oportunidade de negócio” no território da educação espiritossantense entre os anos 2007 e 2021, a de caráter curricular e pedagógico, a infraestrutural, a de serviços e a de tecnologia.

TABELA 02 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICO-PRIVADOS EM RELAÇÃO ÀS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO E GOVERNANÇA EDUCACIONAL/ES

NICHOS/MERCADOS	OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO	EMPRESAS/ONGs
Curricular e	<ul style="list-style-type: none"> - Programa entre Jovens; - Programa Jovens do Futuro; - Multicurso Matemática; - Educadores em Ação; - Programa Coordenadores de Pais; - Aceleração da Aprendizagem; 	Instituto Unibanco; Fundação Roberto Marinho; Grupo EPTV; Fundação Itaú Social; Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS); Cenpec; Fundação Volkswagen; JA Worldwide Global; Instituto Sonho

pedagógico	- Ações Junior <i>Achievement</i> ; - Programa Jovens Urbanos; - Programa Escola Viva ; - Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) ; - Programa escoLAR e outros.	Grande; Instituto Natura; Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) ; Cidadãos para um Amanhã Melhor (Viven); Senai; e Google.
Infraestrutural	- Reforma e ampliação de espaços educacionais;	BC Engenharia e Arquitetura Eireli.
Serviços	- Fundo de previdência complementar do Espírito Santo (PREVES); - Prestação de segurança e vigilância patrimonial; - Prestação de serviço de limpeza, conservação e manutenção Predial; - Prestação de serviços de preparo e distribuição de alimentação aos alunos da rede estadual de ensino; - Consultoria sobre a “otimização dos gastos” em educação; - Consultoria no plano de universalização das escolas em tempo integral; - Consultoria para seleção de diretores escolares e outros.	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE); Instituto Sonho Grande; Instituto Natura; Empresa de Consultoria Falconi; Consultoria Integration; PREVES; Brasilimp Materiais de Limpeza LTDA; Horto Central Marataízes (HCM); e Grupo SEI - Soluções Integradas em Segurança.
Tecnologia	- Implantação e distribuição do sistema de internet escolar; - Manutenção da parte elétrica e iluminação do prédio escolar; - Implantação de placas solares; - Implantação e manutenção de elevadores e outros. - Sistema <i>Google Classroom</i> ; - Sistema de agrupamento, organização e detalhamento de resultados de avaliações externas: Plataforma Foco;	Google; Tech Pignaton Telecomunicações; J.S.S Brito Inoserv; NexSolar; Instituto Itai; e Instituto Unibanco.

FONTE: Tabela produzida pelo autor com base em dados colhidos na escola Manoel Duarte da Cunha, em sites institucionais do governo do estado e da SEDU e no caderno “Educação” elaborado pela entidade empresarial ES em Ação em 2017.

No início dos anos 2000, mesmo que certos estratos da intelectualidade, contemporânea a estas transformações, não tenha se dado conta ou negado a vitalidade dessas “reformas”, uma ampla “comunidade de políticas” (BALL, 2014) recrudescer conectando a educação pública em várias partes do mundo Ocidental a interesses multilaterais de empresas, instituições financeiras, organizações filantrópicas e Estado-nações no ímpeto por novos fluxos de desenvolvimento econômico.

Para Laval (2019, p. 11) estava claro que as “mudanças que começaram a ser implantadas na ‘gestão’ das escolas, a criação de mercados locais de educação, a aplicação de lógicas econômicas à pedagogia etc., eram características de uma forma escolar nova, a escola neoliberal”. Ademais, a análise realizada como observador participante na rotina do CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha e do PDI da escola nos permite afirmar, considerando as oportunidades de negócio fomentadas no campo curricular e pedagógico do território da educação capixaba, que essa cultura de performatividade competitiva foi responsável não somente pela redefinição dos parâmetros educacionais da instituição, mas também por uma profunda transformação da cultura escolar como um todo.

2.3. Democracia sob ataque: retórica reformista e autoritária da pauta ultraconservadora

Do ponto em que estamos, em meio aos desdobramentos geopolíticos e econômicos do

pós-segunda guerra, lidamos com uma agenda global cada vez mais impositiva em relação às exigências de ampliação das possibilidades de acumulação capitalista (SANTOS, 2011). Nesse sentido, podemos sugerir que as determinações acordadas no Consenso de Washington¹⁸ em 1989 não foi um desagravo à questão, pelo contrário, cimentou, ao menos no mundo Ocidental, uma dinâmica ainda mais grosseira alinhavada que foi pela racionalidade neoliberal no que se supunha ser, à época, sua máxima extensão, ou seja, a compactação de uma vez por todas de um *ethos* identitário, jurídico, político e econômico de dependência e sujeição (SANTOS, 2016) entre “democracias de centro e de periferia”. Pois não era, ainda que certas contusões da ordem estabelecida tenham sido sentidas como se fossem.

Na década de 1990, proclamou-se que a “‘morte do Estado’ melhoraria a vida [dos indivíduos] e a **saúde das empresas, na medida em que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver. Tal neoliberalismo seria o fundamento da democracia**” [grifo nosso] (SANTOS, 2011, p. 42). E ao contrário disso, no Brasil, por exemplo, o que se processou foi uma desastrosa política econômica com terríveis implicações sociais. Aliás, num quadro geral, não significou nem maior investimento da burguesia nacional nem a indução de políticas mais sofisticadas de combate à corrupção endêmica, ao patrimonialismo e à arquitetura plutocrática na institucionalidade brasileira. Ademais, serviu de base para intesifusão da burocracia de Estado ou uma relação muito mais promiscua entre o Estado e o mercado, o que Arretche; *et al*, (2019) pontua como as “políticas da política”. De lá para cá, sob a égide das sucessivas interrupções do modelo, foi preciso redefinir os termos da racionalidade, nesse sentido um passo à frente foi dado quando não mais foi suficiente tornar aquela agência “disfuncional”, por assim dizer, mas “assaltá-la”.

Mais recentemente, o acúmulo destas históricas contradições somado à crise econômica e político-institucional de 2014 e a pandemia de COVID-19 acresceram no rescrudescimento de uma versão agudizada do neoliberalismo e na proposição de severas “soluções” para superação da crise, aliás, severas demais, sobretudo para quem estava na base da pirâmide. Por mais que alguns prosélitos “homens da ordem e do progresso” tenham vendido a ideia de que “remédio bom é remédio amargo”, com o tempo ficou claro que o discurso que

¹⁸ O Consenso de Washington, como frequentemente é reconhecido, compôs o conjunto de medidas adotadas ao final da década de 1980 pela institucionalização de um projeto de “modernização da sociedade capitalista”. O encontro realizado na cidade de Washington reuniu várias instituições internacionais como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para pensar estratégias e reformas econômicas necessárias à ampliação do desenvolvimento econômico global, mas com atenção especial aos países americanos.

conclamou a “formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas as decisões necessárias na sociedade e no Congresso Nacional” quanto a nossa “inércia e imobilidade” (PMDB, 2015, p. 02) traduziu-se numa brutal alternância de projeto político-ideológico não aprovado nas urnas, mas que se impôs verticalmente como “alternativa”. Vejamos o que diz o documento “Uma ponte para o futuro”:

Nosso propósito é **criar as condições o crescimento sustentando** da economia brasileira [...].

Para cumprir esses princípios será necessário um **grande esforço legislativo** [...]. Vamos precisar **aprovar lei e emendas constitucionais** que, **preservando as conquistas autenticamente civilizatórias** [...], aproveite os mais de 25 anos de experiência decorridos após a promulgação da Carta Magna, **para corrigir suas disfuncionalidades e reordenar com mais justiça e racionalidade** os termos dos conflitos distributivos [...].

As reformas que estamos propondo **serão capazes de produzir tanto a redução inteligente das despesas** como a **diminuição dos custos de vida** [grifo nosso] (PMDB, 2015, p. 16).

Sem substância, o fato é que por mais “drásticas” que tenham sido, as proposições e transformações que se seguiram também não insuflaram um ambiente mais democrático e, com certeza, não foram suficientemente profundas para perverter a virtualidade do contrato social em curso. Não foi essa sua índole (MARINGONI, 2017).

Feito o desmonte, “o assalto à sociedade e a justiça social” passa a ganhar os contornos de um projeto autoritário de dismantelo e depreciação do “Estado social em nome de indivíduos livres e responsabilizáveis” (BROWN, 2019, p. 39). Complementarmente, o processo eleitoral que culminou na ascensão de Jair Bolsonaro ao poder em 2018 se apoia nesse imaginário. Ademais, esse “assalto” expõe não somente o acúmulo de forças que o engatilhou a Presidência da República, mas também radiografia a pauta ultraconservadora de caráter neoliberal, reformista e moralmente reacionária de costumes subjacente, respectivamente, ao discurso de austeridade fiscal, de enxugamento da máquina pública, gestão e eficiência por resultados e a reanimação oportuna do lema “Deus, pátria e família¹⁹”.

¹⁹ Após várias manifestações públicas contra o pacto republicano e ataques frequentes as instituições democráticas Bolsonaro modula o tom de seu discurso fascista, centralizador e golpista depois da intensificação das críticas as implicações desastrosas de sua política em âmbito nacional e internacional. Na tentativa de tranquilizar a sociedade e repactuar pretextosamente com as instituições, a secretaria de comunicação do governo divulga em 9 de setembro de 2021 a nota oficial intitulada “Declaração à Nação”. Nela, Bolsonaro descata 9 pontos em desagravo ao teor de seu discurso e fala em “respeito as instituições”, no entanto, ao terminar a nota flerta novamente com o lema integralista untraconservador de 1930: “Deus, pátria e família”.

Assim, subsumido a institucionalização, a conformação da narrativa de superação de nossa “inércia e imobilidade” político-econômica se pulveriza de maneira tão hipnótica e compartimentada que chega a ultrapassar o nível do discurso e se capilariza como política pública. A construção de uma retórica oficial não é, portanto, um recurso inócuo ou sem importância; tem um papel estratégico nas políticas de Estado (SCHWARCZ, 2019). A força potencial que concentra pode paulatinamente corroer os alicerces da democracia, sobretudo quando está imbuída de forte teor reacionário frente a contextos de crise, convulsão social e desgaste da política.

Nessas últimas circunstâncias, quando em geral ocorre o empobrecimento de uma parcela significativa da nação, a desigualdade aumenta e a polarização política divide a população – previda por sentimentos de medo, insegurança e ressentimento – não são poucas às vezes em que se vai em busca de explicações longínquas para problemas que se encontram bem perto. É nesses períodos, ainda, que as pessoas tornam mais vulneráveis e propensas a acreditar que seus direitos foram vilipendiados, seus empregos, roubados e, por fim, sua própria história lhes foi subtraída (SCHWARCZ, 2019, p. 21).

Tudo se esvai pelos dedos quando até mesmo aqueles em cujo projeto apostamos como virada de chave aceitam pactuar o jogo das elites e do mercado e se veem, desta forma, distanciarem-se não só da substância de seu programa político, mas também de suas bases de sustentação social, até quando o que um dia foi uma “energia potencial” se torna uma miragem de “forças conservativas”²⁰ no horizonte. Em seu lugar fica a apatia e angústia com o devir. “O capitalismo é o que sobra quando as crenças colapsam ao nível da elaboração ritual e simbólica, e tudo o que resta é o consumidor-espectador, cambaleando trôpego entre ruínas e relíquias” (FISHER, 2020, p. 13). E, quanto a isso, nem mesmo a performatização cínica implicada na frase “as instituições estão funcionando normalmente” é suficiente para mascarar o seu complemento: “mas são muito frágeis” (DUWE, 2018).

Há 05 anos, numa palestra realizada na Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC) sobre o futuro da democracia, o cientista político Steven Levitsky sinalizou de maneira alarmista sobre o ataque renitente a estabilidade dos governos democráticos a partir da

²⁰ Ambos são conceitos utilizados na física para descrever fenômenos de transformação física de energia em relação a fontes externas. Especificamente, **Energia potencial** trata-se da capacidade de armazenagem de energia por um corpo em relação a sua posição e, sendo assim, pode executar certos trabalhos a partir daquela energia acondicionada. Já as **Forças conservativas** são aquelas que não modificam a energia mecânica do sistema, pelo contrário, atuam através dele. Oportunamente, esses conceitos serão manuseados aqui como mecanimos para filtrármos e apreciármos a relação de forças no campo político capixaba entre os atores políticos e sociais em função dos interesses em jogo.

assumpção global de movimentos e lideranças políticas autoritárias. Para Levitsky, “o enfraquecimento das democracias fornece as bases materiais para que o autoritarismo encarnado em figuras como Bolsonaro se apresente como uma alternativa viável” (FUNDAÇÃO FHC, 2018). Contudo, mesmo que não chegue à morte sumária da democracia, essa tendência por si só a coloca em perigo na medida em que limita, cerceia e/ou controla sua capacidade de ampliação, reduzindo, sua *performance* à mera existência formal - seja vilipendiando os mecanismos de participação social nos processos decisórios ou teatralizando-os pontualmente.

De uma forma ou de outra a construção da retórica sempre dissimula as batalhas pelo monopólio da verdade (SCHWARCZ, 2019). Aos que conclamam a glória de um passado mítico e ideal ou àqueles que o reconstroem, invisibilizam ou negam, o objeto fetichizado é o mesmo: o futuro. No entanto, à seletividade é inescapável ao fato de que os sujeitos estão com os pés bem fincados no presente e é dele sempre que se parte para construção do discurso hegemônico; do líder; do salvador. Levando-se em conta as aspirações em jogo, mesmo que artificialmente, é dele também que se coloca a crise/o trauma em perspectiva, remodelando-o sempre que necessário, lhe dando forma, tornando-o consumível à toda uma “comunidade política” (SCHWARCZ, 2015).

Também, diante da incapacidade das forças progressistas em formar uma coalisão propositiva de amplo consenso e na mediada em que a sociedade se vê erodida por uma profunda desorganização social tal como a que se abateu sobre o Brasil e, proporcionalmente, no Espírito Santo, um conjunto de discursos de caráter reformista e conciliatório emergem buscando metabolizar o caos e ordenar o processo através da hegemonização de agendas com vistas à superação do estado de anomia generalizada.

Esse é o enquadramento em que a dinâmica peculiar do Espírito Santo se flexiona. Em razão disso, defendemos que entre os anos 2007 e 2021 a política de governabilidade do executivo estadual esteve (e ainda está) “orientada” segundo a necessidade de conformação - e arriscamos dizer supragovernamental - de um amplo consenso no legislativo e na sociedade à manutenção do projeto de desenvolvimento econômico e progresso civilizatório ambicionado no estado (LEAL; LIMA, 2021). Seja ela clientelista, personalista e/ou centralista (SALETTI, 2018), a questão que nos cabe aqui persiste ainda sendo que tal furor pela superação da “inércia e imobilidade” capixaba não prescindiu de negociação, ranger de dentes e cooptação em se tratando do processo decisório sobre as políticas de Estado, muito menos da atuação de lobistas plutocráticos da ES em Ação, da sociedade civil organizada, de

lideranças religiosas amparadas pela matriz moral neoconservadora e apologistas da “moderação” na política (CARNEIRO, 2013) (BROWN, 2019).

Recentemente tivemos acesso a uma pesquisa²¹ interessante sobre a dinâmica político-ideológica dos partidos no Brasil. Esse estudo realizado pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi fundamentalmente importante para pensar a composição e as relações de força no campo político capixaba; com base no produto desta pesquisa conseguimos colher alguns dados dispostos no arquivo digital da ALES e organizá-los conforme desmonstramos nos infográficos abaixo.

GRÁFICO 05 - MOBILIDADE DO ESPECTRO POLÍTICO REFERENTE À 16ª E 17ª LEGISLATURA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO - ALES/ 2007-2015²²

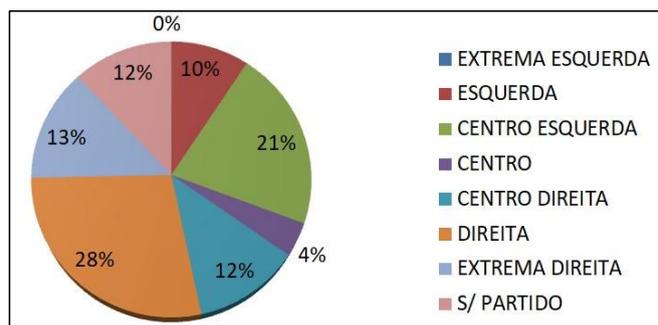
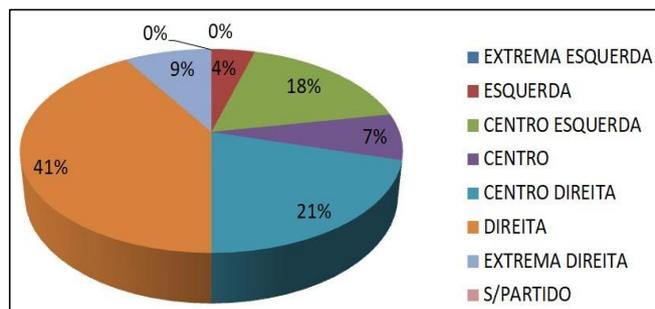


GRÁFICO 06 - MOBILIDADE DO ESPECTRO POLÍTICO REFERENTE À 18ª E 19ª LEGISLATURA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO – ALES/ 2015-2023²³



FONTE: Informações organizadas pelo autor com base no banco de dados disponibilizado pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES).

²¹ Produzido a partir da corrida eleitoral de 2018 o estudo instrumentalizou um questionário sobre o espectro político brasileiro e interrogou 516 cientistas políticos, residentes no país e no exterior, para tentar determinar uma referência a respeito da posição ideológica dos partidos políticos. “Os respondentes foram instados a classificar os partidos em uma escala de zero a dez, em que zero representava a posição mais à esquerda e dez, mais à direita” (UOL, 2020). O mapa da localização ideológica dos partidos segue na sessão **anexos**.

²² De acordo com os cientistas políticos consultados no estudo situamos, por ordem crescente e conforme sua pontuação, alguns dos partidos em relação aos seus respectivos marcadores político-ideológicos: **Extrema-esquerda** (PSTU, PCB e PSOL); **Esquerda** (PCdoB e PT); **Centro-esquerda** (PDT e PSB); **Centro** (Rede, PPS e PV); **Centro-direita** (PTB, Avante e PMN); **Direita** (MDB, PSDB, Progressistas, PL e Novo); e **Extrema-direita** (DEM).

²³ É importante ressaltar que alguns dos partidos considerados pelos cientistas no processo de classificação do espectro ideológico não tinha, à época, expressão estadual. O inverso disso também é salutar, partidos como Partido Popular Socialista (PPS) e o Partido Social Democrata Cristão (PSDC) referem-se a certos limites do jogo político travado em torno ou na região onde o Espírito Santo está inserido.

Desde a redemocratização podemos dizer que o movimento articulatório e o panorama das tendências político-ideológicas dentro da arena política capixaba não distoou substancialmente do plano nacional (PESSINE, 2013). No entanto, a rigor, a intervenção da base político-social de lideranças partidárias na proposição de pautas na ALES, a articulação política feita à revelia da formação de bancadas, a cooptação marcante do Executivo estadual nas disposições legislativas e o alinhamento fortuito e pontual com a agenda do governo federal chamou nossa atenção (CARNEIRO, 2013). De modo geral, embora a cultura política brasileira não nos deixe estabelecer uma relação muito determinista e coerente entre o programa político-partidário, o comportamento dos parlamentares e a tomada de decisões, no Espírito Santo, ao menos no plano formal, podemos inferir que no período que compreende à 16ª e 17ª legislatura, as cadeiras da ALES estiveram majoritariamente ocupadas por parlamentares de direita, o que equivale, respectivamente, a 53% e a 71% do total.

O monitoramento do arquivo digital da ALES nos permitiu identificar outros aspectos relevantes. Primeiramente, quando consideramos o período de 2007 a 2019 (16ª a 19ª legislatura) é possível verificar uma acentuação do quantitativo de parlamentares que tinham por função e/ou conexão social com o profissionalismo liberal, com o ordenamento religioso, com o empresariado e com as forças de segurança pública. Em verdade, as contusões nacionais geradas pelas “jornadas de junho de 2013”²⁴ e, sobretudo, pelas mobilizações do golpismo civil-parlamentarista-midiático de 2016 contra presidenta Dilma Rousseff balançaram o campo político estadual e catapultaram essa tendência. Em segundo lugar, a análise do quadro de parlamentares titulares da assembleia legislativa naquele período nos mostrou ainda um acúmulo de mandatos eletivos por algumas lideranças políticas estaduais. Aliás, 26,9% dos parlamentares titulares eleitos no pleito de 2007 foram reeleitos para um 2º, 3º ou 4º mandato no pleito de 2018. É o caso, por exemplo, da Deputada Janete Sá (PMN) e dos Deputados Teodorico Ferraço (DEM) e Vandinho Leite²⁵ (PSDB).

²⁴ Identificado pelo Historiador João Rocha Sobrinho como o “Outono/inverno quente brasileiro” numa clara referência à “Primavera Árabe”, esse fenômeno social brasileiro se tornou um marco e redimensionou a dinâmica política nacional. Trata-se de um conjunto de mobilizações, a princípio, motivadas pela alta do preço das passagens do transporte urbano na cidade de São Paulo em 2013. As mobilizações se corporificaram no Movimento Passe Livre (MPL) e recrudesceram à medida que se tornaram capazes de aglutinar outras demandas estruturais. Para Sobrinho (2013, p. 22-23) “o MPL estava convencido de que apenas com a população organizada (...) [se] reverteria o aumento da tarifa (...). Todavia, a indignação da população, não somente paulistana, mas de várias capitais e cidades brasileiras, contribuiu para transformar uma reação inicialmente restrita à São Paulo e ao Rio de Janeiro, em uma realidade nacional (...)”.

²⁵ Vandinho Leite iniciou sua carreira política como Vereador na cidade de Serra de 2005 a 2007 e em seu último ano foi eleito pela 1ª vez como Deputado Estadual pelo Partido Liberal (PL). Tanto no governo de Paulo Hartung

CAPÍTULO III

NEOLIBERALISMO ESCOLAR E

MULTICULTURALISMO COMO PILARES DO

PROJETO CIVILIZATÓRIO CAPIXABA

quanto no de Casagrande, Vandinho exerceu posição de destaque como Secretário de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Atualmente está em seu 4º mandato, porém, filiado ao PSDB.

3.1. Mapeamento e gestão das estruturas do atraso no capitalismo periférico estadual

A análise dos Planos de Desenvolvimento Estratégicos do Espírito Santo foi fundamental a concretização do nosso objetivo para com esse capítulo. A partir dessa documentação nos foi possível, como discutimos anteriormente, compreender alguns dos sentidos atribuídos à perspectiva de modernização. Os PDEs formalizam, por assim dizer, um contrato desenvolvimentista e, sobretudo, territorial com a sociedade capixaba. Por isso, propomos agora, que verifiquemos o desenho de algumas de suas estratégias de desenvolvimento para que possamos mapear determinadas relações quanto à intersecção entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo na racionalidade que atravessa a rede pública da educação estadual.

Sendo assim, perguntamo-nos: que lugar ocupa a cidade de Pedro Canário e a escola Manoel Duarte da Cunha nesse desenho? Que modelo pedagógico vem sendo adotado e que função cumpre nas perspectivas desenvolvimentistas? Ao fim e ao cabo, como comparecem as questões dos gêneros e sexualidades nessa cosmovisão? Para que possamos refletir sobre essas indagações de maneira assertiva necessitamos, primeiramente, mapear alguns dos aspectos que compõem a sociedade pedrocanariense em sua interface com o estado capixaba. Ou seja, fazer o caminho inverso, partir do interior, “onde a pedra ainda não sabe que é estátua”²⁶. Inclusive, buscamos nesta primeira seção priorizar essa abordagem na esperança de que nos possibilite entender e evidenciar a teia em que as questões dos gêneros e sexualidades se emaranham àquela racionalidade.

No município de Pedro Canário o percentual de famílias consideradas como extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza, respectivamente, estava em torno de 6,18%, 17,32% e 42,92% (ATLAS BR, 2010). Analisando informações do Cadastro Único (CADÚnico) do governo federal verificamos que boa parte dessas famílias tiveram seus rendimentos levemente ampliados após serem inseridos no programa Bolsa Família. Hoje, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) está na faixa de 0,654, um pouco melhor do que a marca atingida nos anos 2000 de 0,544 (IBGE, 2010). É para as famílias e estudantes deste território que o CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha tem destinado a educação pública. A instituição está localizada numa área razoavelmente grande na periferia da cidade e oferece à comunidade dois prédios educacionais com ampla área externa, quadra

²⁶ Expressão utilizada por José Saramago para se referir a maneira como procurava escrever suas obras. Ver documentário “José e Pilar” em <https://www.youtube.com/watch?v=7gtRxhfcFi0&t=4017s>. Acesso em 12 de fevereiro de 2023.

poliesportiva e vários espaços de convivência. Desde a sua construção a unidade de educação passou por várias reformas e readequações para corresponder às transformações curriculares hegemônicas no campo político estadual.

FIGURA 04 - TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÍSICO E SIMBÓLICO²⁷ DA ESCOLA CEEFMTI MANOEL DUARTE DA CUNHA (2015 A 2019)



FONTE: Álbum fotográfico proveniente do perfil institucional da escola no *Instagram* e *Facebook* e do arquivo privado de Afonso Colonna, antigo funcionário da escola.

Mas foi somente ao final do 2º semestre de 2015 que a instituição passou uma reestruturação mais intensa para receber o modelo de educação integral em tempo integral Escola Viva. A medida integrou um conjunto de metas e propostas do portfólio de investimentos públicos, à época, previstos para a pasta da Secretária de Educação (PDE, 2006). A governança local da instituição foi tripartidarizada entre o gestor escolar, a gestora financeira e de secretária e a gestora pedagógica. Abaixo dessa hierarquia atuam as coordenadoras de turno e as de áreas de conhecimento. Dados atualizados do PDI da escola situam **25 educadores-gestores** na instituição, sendo 11 profissionais efetivos e 14 em regime de Designação Temporária (DTs) (CEEFMTI, 2021, p. 70).

De acordo com as informações levantadas pelo CEEFMTI (2021), 82,2% dos estudantes são provenientes de escolas públicas primárias e secundárias do município e adjacências; áreas urbanas e rurais. Aliás, entre 2007 e 2021 o Manoel recebeu/recebe estudantes de 25 escolas da cidade para turmas de 6º a 3º ano. Ainda segundo os dados da pesquisa,

²⁷ Consideramos os investimentos realizados como de caráter também simbólico devido a maneira como se apresentaram à comunidade pedrocanarense. Haja visto que todo um processo de sublimação do projeto foi elaborado para se adequar as expectativas da comunidade, isso resultou, entendemos, num instrumento polivalente e poderoso que significou o conjunto das reformas a partir do mercado local de produção e consumo bens simbólicos (BOURDIEU, 2007). Discutiremos mais sobre a questão no capítulo 04.

considerando a soma da renda de todos que moram na residência, 27,6% dos estudantes disseram que sobrevivem com menos de 1 salário mínimo. Os estudantes fazem as três refeições na escola. O Manoel atua com o ensino integral composto por disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) acrescida pela Parte Diversificada²⁸ (PD) numa jornada de tempo integral de 9 horas, em turno único de 7h30min. às 17h00min e carga horária mínima de 1.700 horas anual (MACHADO DE PAULA; *et al*, 2021, p. 47).

Pedro Canário acompanha boa parte dos processos que transformaram como um todo a estrutura sócioeconômica do Espírito Santo. Em 1960, 71,6% da população capixaba estava adensada na área rural e, 40 anos depois, essa realidade muda vertiginosamente chegando ao ano 2000 com uma população urbana de 79,5%. A combinação desse fluxo demográfico ao quadro das históricas desigualdades no estado pode ajudar a entender algumas “urgências” na mentalidade das elites estaduais no novo milênio.

Entre 2002 e 2017 o Espírito Santo ocupou o 3º lugar no mapa do agravamento da violência (51,2%) e atingiu a 17ª posição no índice de homicídios. Se filtrarmos o tema da violência por gênero, veremos que em 2015 o estado ocupou a 2ª posição no *ranking* de mortes violentas de mulheres (DOSSIÊ FEMINICÍDIO, 2015). Os “crimes de amor” (DEL PRIORE, 2011) modernos, por exemplo, representaram mais de 1/3 das mulheres mortas. Só a região Nordeste do estado, referência geográfica para essa pesquisa, corresponde a 27%, perdendo apenas para Grande Vitória com 44% (FOLHA VITÓRIA, 2019).

Ademais, o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) de 2018 apontou que no Sudeste as chances de um LGBTQIAPN+ ser assassinado ou cometer suicídio teve como média regional 2,77 para cada milhão de habitantes. O relatório mostrou ainda que o Espírito Santo (11%) ocupou a 4ª posição em relação ao Rio de Janeiro (20%), Minas Gerais (29%) e São Paulo (40%) no que se refere ao número de mortes violentas na região Sudeste (OBSERVATÓRIO, 2022). Entre os estados da região Sudeste, o Espírito Santo é ainda a 6ª unidade federativa que

²⁸ Para além dos itinerários formativos tradicionais que compõem a BNCC e previstos na LDBEN de 1996, o currículo capixaba de educação integral em tempo integral disponibiliza como disciplinas eletivas um conjunto de componentes curriculares que integram a chamada parte diversificada, são eles, Estudo Orientado (4 CH), Eletiva (2 CH), Pensamento Científico (4 CH), Protaginismo Juvenil (4 CH), Projeto Integrador (2 CH), Projeto de Vida (4 CH) e Tutoria individual e coletiva (2 CH). Essa mudança surge no Espírito Santo através da institucionalização do modelo de escola integral em tempo integral, mas, sobretudo da “parceria” de governança firmada entre o governo estadual por meio da secretária de educação com o Instituto de Corresponsabilidade da Educação. Salvo mudanças quanto à forma como roda o currículo: a variação de Carga Horária e alternância de disciplinas no ensino fundamental e médio, essa grade disciplinar está ligada ao discurso neoliberal multiculturalista conservador de escola da escolha (*charter school*), embora não seja assim, essa racionalidade vem impactando o processo de curricularização capixaba e redefinindo a cultura escolar. Ver GOULAR; CÁSSIO. **A farsa do ensino médio self-service**. Disponível em <https://diplomatie.org.br/a-farsa-do-ensino-medio-self-service/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2023.

mais mata travestis e transsexuais. Também, de 2007 a 2017 houve uma escalada expressiva do percentual de Lesbocídios²⁹, chegando a 6% no último ano (BRAGANÇA; MARIA, 2020, p. 68).

Noutras dimensões, enquanto a média nacional referente à população carcerária no período de 2008-2016 era de 6%, a do Espírito Santo estava na casa de 14% (PDE, 2019, p. 91). Em 2015 o estado já tinha a 8ª maior população prisional do país, ou seja, 18.371 detentos (as) com idade de 18 a mais de 60 anos. Se filtrarmos esse quantitativo por raça-etnia e gênero veremos que, do total geral, 14.224 (77,5%) dos indivíduos em situação prisional haviam se autodeclarado pretos ou pardos; 17.230 (93,4%) eram homens e 1.141 (6,6%) eram mulheres. Ainda segundo os dados levantados pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e pela Secretária de Estado da Justiça (SEJUS ES) a maioria da população carcerária tinha baixa escolaridade e, na microrregião Norte do estado, haviam sido presos (as) por tráfico ou associação ao tráfico de drogas (TJES, 2015, p. 17, 18, 19, 30, 31).

Nessa conjuntura, enquanto as discussões sobre o tema da redução da maioridade penal recrudesciam no plenário federal³⁰, o periódico online capixaba ESHoje (2017) publicou a seguinte matéria: “63% dos adolescentes infratores no Espírito Santo retornam à prisão”. O jornal reflete sobre os dados divulgados por um estudo por amostragem feito entre 2013 e 2015 por duas especialistas em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) onde se verificou que, entre os 43 jovens entrevistados (as) nas unidades de internação do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES), 63% dos (as) adolescentes em conflito com a lei voltavam às prisões, 18,6% tinham idade menor ou igual a 18 anos e 4% tinham entre 19 e 22 anos. Importante pontuar que, em ambas as dimensões, os indivíduos em situação, seja prisional ou socioeducativa de privação de liberdade, tinham histórico de baixa escolaridade e estavam em idade economicamente ativa.

No mais, a formação da cidade de Pedro Canário tem conexão direta com o processo migratório que se acentuou através da exploração de madeira nativa por volta de 1940. De lá para cá, novas atividades econômicas ganharam força e se tornaram importante pilar de sustentação do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. A cidade depende basicamente da cafeicultura, da cana-de-açúcar, da bovinocultura de leite e corte, da eucaliptocultura e outros

²⁹ Lesbocídio trata-se da morte de lésbicas motivadas por lesbofobia: ódio, repulsa ou discriminação à identidade sexual lésbica (BRAGANÇA; MARIA, 2020).

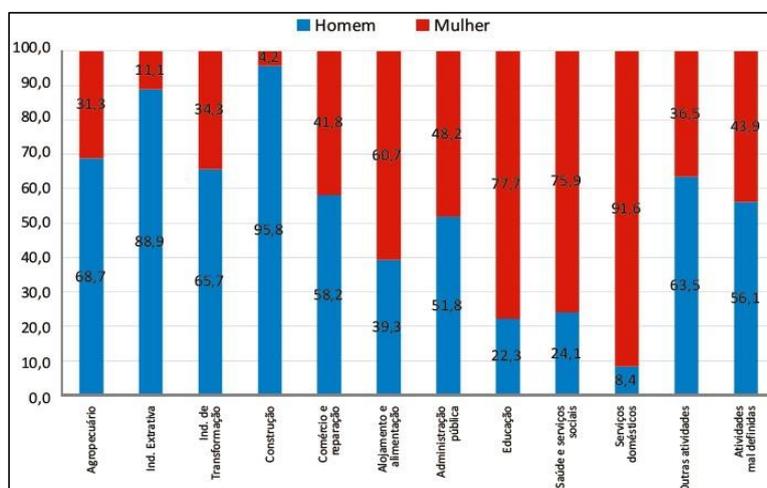
³⁰ Ver ESTADÃO. **Senado volta a analisar redução de maioridade penal de 18 para 16 anos**. Disponível em <https://www.estadao.com.br/brasil/senado-volta-a-analisar-reducao-de-maioridade-penal/>. Acesso em 03 de Junho de 2023.

(IBGE, 2010). Acresce-se a isso a participação das atividades industriais e de serviço, do funcionalismo público, de profissionais liberais e do turismo na geração de empregos diretos e indiretos dentro e fora do perímetro urbano (IJSN, 2012).

Localizada na microrregião Nordeste do Espírito Santo e a 265 km da capital capixaba, Vitória, Pedro Canário possui uma população total de 26.575 habitantes, sendo composta, em sua maioria, por homens (50,02%), negros (74,16%) e cristãos (84,95%) (IBGE, 2010). Aliás, no tocante a questão religiosa, embora a maioria da população pedrocanariense seja composta de católicos (54,10%), o contingente de autodeclarados evangélicos parece seguir a tendência nacional e vem crescendo significativamente. Em 2010 eles já representavam 33,1% do total dos domicílios recenseados e, entre esses, 16,91% eram de denominações religiosas pentecostais como, por exemplo, a Mundial do Poder de Deus, a Universal do Reino de Deus, a Assembleia de Deus e outras (ESTADOS E CIDADES, 2010).

Ainda de acordo com censo, o Espírito Santo entrou no ano 2000 com uma taxa de desocupação na área urbana de 15,15%. Paralelamente, do total de ocupados, 57,9% eram do gênero masculino. Os dados apontam que, apesar de minoria no mercado de trabalho, a população feminina foi um importante contrapeso do desenvolvimento econômico do estado, infelizmente não o suficiente para absorver a força de trabalho economicamente ativa feminina no período, o que resultou num taxa de desemprego de 9,53%, enquanto os homens ficaram com 4,99%.

GRÁFICO 07 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEGUNDO GÊNERO, ESPÍRITO SANTO - 2000 E 2010



FONTE: Microdados do Censo Demográfico de 2010 - IBGE e analisados pela Coordenação de Estudos Econômicos (CEE) do Instituto Jones dos Santos Neves, 2012.

Se analisarmos a distribuição da população ocupada nos setores da atividade econômica

do Espírito Santo a partir da perspectiva de gênero veremos que a distribuição da população ocupada nos setores da atividade econômica do Espírito Santo relacionadas à agropecuária, indústria, construção civil e Comércio ainda são predominantemente masculinas. Enquanto isso a população feminina se concentra em atividades relacionadas a alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços sociais e outros. À época do recenseamento, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 72,14% dos ocupados do recenseamento eram empregados, apenas 2,31% eram empregadores e 23,30% estavam em atividades por conta própria, os outros 3,25% somavam os trabalhadores não remunerados e de subsistência.

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH), entre 2000 e 2010 a taxa da população de 18 anos ou mais economicamente ativa era de 67,80% e 40,6% da população tinha um rendimento médio de até ½ salários mínimos. Os dados do censo de 2010 sobre a distribuição da população ocupada no estado mostrou que a agropecuária é a principal atividade empregadora (17,2%). Não obstante, 82,6% da população total concentra-se em atividades não agrícolas como, por exemplo, comércio e reparação, indústria de transformação e indústria extrativista, porém, metade dos empregos gerados por essas atividades estavam concentradas na região metropolitana³¹ (IJSN, 2012).

Os índices de informalidade também chamaram a atenção das elites capixabas, identificadas como um “gargalo urgente ao desenvolvimento estadual”. O problema se tornou uma prioridade de governo e ocupou lugar de destaque entre as planificações estratégicas. As **metas** e **objetivos** de governo traçados situavam-se na busca de “melhorar a capacidade competitiva e promover a agregação de valor e diversificação da cadeia produtiva” (PDE, p. 106, 2006). Para Ramos (2007) “o setor informal é caracterizado por gerar empregos de baixa qualidade, com menores remunerações e por gerar ineficiências e custos econômicos. Por outro lado, este tem a capacidade de absorver um contingente de mão de obra menos qualificada”.

Em 2010 o Espírito Santo (33,6%) tinha um percentual de informalidade maior do que a

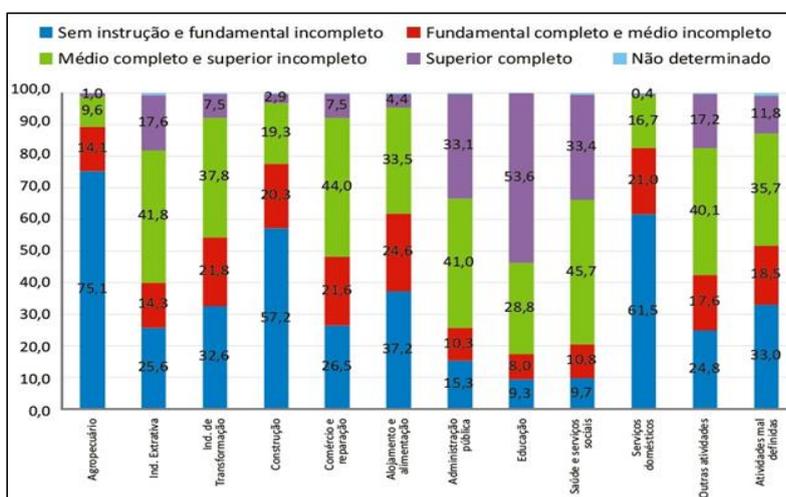
³¹ A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi institucionalizada pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 58/1995** e alterada posteriormente pelas **LEIS 159/1999 e 325/2005**. Tendo em vista o processo de planificação estratégico impulsionado no estado, a elaboração da RMGV buscou modernizar e racionalizar a operacionalização do modelo de desenvolvimento adotado no Espírito Santo. A articulação constituiu-se em longo prazo não somente numa reorganização do espaço urbano de interesse comum do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT), mas também num fundo de investimentos local para planos, programas e projetos, públicos ou privados, relativos à realização de obras, empreendimentos e atividades que tenham impacto regional através do plano de aplicação do Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (FUMDEVIT). Integram a RMGV os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

media da região Sudeste (28,4%). No mesmo período Pedro Canário tinha uma taxa de informalidade de 38,7%, ou seja, superior a São Mateus (37,3%), cidade satélite na região com um número populacional 05 vezes maior. Se filtrarmos por gênero a população capixaba como um todo, 33,8% dos trabalhadores em situação informal eram homens e 33,4% mulheres, concentrados nas extremidades das faixas etárias de 16 a 20 anos (45,4%) e mais de 60 anos (53,1%) (IJSN, 2012).

No plano educacional, a documentação analisada nos mostrou que entre 2001 e 2011 houve uma queda significativa no índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais. Além disso, no mesmo período a média de escolaridade geral do contingente com 25 anos ou mais também apontou um leve aumento de 6 para 7,3 anos de estudo (PDE, p. 33, 2013). Esse cenário favorável foi lido como uma resposta positiva em relação ao modelo de governança adotado, assim, a educação passou a compor definitivamente e oportunamente o quadro dos investimentos prioritários na agenda do Estado. Contudo, a universalidade e o fracasso escolar não eram os únicos desafios a serem enfrentados.

O sistema educacional foi impelido a dar respostas mais satisfatórias. Nos planos de desenvolvimento a educação aparece transversalizada em todas as políticas públicas traçadas no campo político estadual, contudo, ganha destaque sua relevância em relação às ambições quanto à eficiência da máquina pública, constituição de **ativos humanos** de valor agregado e ampliação de negócios. Em linhas gerais, a perda de cérebros e/ou de ativos humanos, por exemplo, é eleito como um dos responsáveis pelo influxo do capitalismo capixaba e do desperdício dos investimentos públicos (PDE, 2006).

GRÁFICO 08 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA SEGUNDO ESCOLARIDADE, ESPÍRITO SANTO - 2010



FONTE: Microdados do Censo Demográfico de 2010 - IBGE e analisados pela Coordenação de Estudos Econômicos (CEE) do Instituto Jones dos Santos Neves, 2012.

Ademais, os dados do censo do IBGE 2010 evidenciam um adensamento populacional em subempregos ou atividades não-especializadas geralmente caracterizados por baixos salários, desproteção e vulnerabilidade. O cruzamento entre a distribuição da ocupação e o nível de escolaridade nos mostra um imenso abismo social, sobretudo se somarmos as referências sobre nenhuma instrução e baixa quantidade de anos de estudo nos setores da atividade econômica. Nesse enquadramento, as categorias de trabalho mais densamente lotadas e menos letradas são os setores da agropecuária (89,2%), indu. de transformação (54,4%), construção civil (77,5%), alojamento e alimentação (61,8%), serviços domésticos (82,5%) e atividades caracterizadas no censo como “mal definidas” (51,5%).

3.2. Democracia mimética ou os escombros do liberalismo progressista no realismo capitalista

A questão primordial que devemos perseguir agora é que entre os anos 2007 e 2021 as elites capixabas estavam convencidas de que uma janela de oportunidades estava se abrindo e que as principais mudanças situadas nesse contexto, tais como o rápido crescimento demográfico global, a intensificação da globalização atrelada ao aumento dos fluxos comerciais e de serviços, a demanda por uma força de trabalho mais flexível, a emergência e convergência de novas tecnologias e o aumento da demanda por alimentos e *commodities* industriais tendiam a impactar positivamente o futuro do Espírito Santo. No entanto, acresce que,

(...) o estado [exibia] fragilidades e deficiências que [representavam] gargalos estruturais ou vulnerabilidades ao crescimento sustentado. (...) As pequenas e médias empresas [tinham] competitividade restrita; boa parte do dinamismo econômico [dependia] do desempenho de poucas e grandes empresas; os níveis de formação do capital humano [estavam] aquém das necessidades do sistema produtivo; o sistema de ciência, tecnologia e inovação [era] incipiente; [havia] deficiências na gestão e conservação de recursos hídricos; os níveis de violência e de insegurança pública [estavam] entre os mais elevados do País; [havia] baixos padrões de gestão em algumas instituições públicas estaduais; a distribuição social e espacial da renda [era] muito desigual; e a identidade estadual ainda não [era] bem marcante nacionalmente (PDE, 2006, p. 25-26.).

Esse pensamento comum acelera a corrida para fomentar os condicionantes necessários, portanto, para que o estado pudesse tomar assento no bonde do desenvolvimento.

Assim sendo, uma classe variada de discursos, corpos, identidades, bens e serviços, sobretudo, públicos, comumente não tratados como produto, foram incorporados às planificações estratégicas estaduais e se tornaram importantes **ativos de valor agregado**, ou seja, bens com valor de troca no mercado interno e externo (BALL, 2004) (FOUCAULT, 2008). Por isso aquela exaustiva, porém, justificada radiografia do panorama capixaba anteriormente esboçada se fez indispensável, para que desta forma pudéssemos aprofundar na maneira como as elites políticas e econômicas metabolizaram o conjunto dessas várias dimensões numa racionalidade acessível, polifônica e gerencialista (LEAL; LIMA, 2021).

Ou seja, uma sólida plataforma multiculturalista de mercado (MACLAREN, 1997), minimamente maleável às transições de poder político e suficientemente mimética a certas disputas sociais, é erigida. Como numa “canastra de Emília”, cabem concessões ao mercado e às políticas sociais; às políticas LGBTQIAPN+ e à agenda antigênero e antidiversidade sexual; à pauta ambientalista e de energia renovável e os superinvestimentos no setor petrolífero; à defesa da educação pública de qualidade e à privatização do setor; ao discurso de uma educação equitativa e para todos e à ideia de redistribuição da responsabilidade na educação e do protagonismo meritocrático³² (SCHWARCZ, 2019) (MARINGONI, 2017). Enfim, a pós-modernidade levou antigas antíteses ao limite da relatividade sem, contudo, desmontar a ideologia de controle e disciplinamento nos termos do capitalismo globalitário (HALL, 2006) (FOUCAULT, 1988).

Compreendemos a ideologia como

(...) formas de se entender o mundo e de se posicionar nele (...). De qualquer modo (...), nenhuma sociedade é desprovida de crença ou

³² Ao menos textualmente essa noção sugere aproximações com a resolução aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 13 de março de 1996, intitulada Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e subsequentes, segundo a qual aponta que os jovens desejam participar mais plenamente da vida em sociedade. Também nos manuais distribuídos pela ICE na Escola Manoel Duarte da Cunha há a percepção que relaciona a disciplina de Protagonismo Juvenil ao fomento de uma postura e talvez consciência social ampliada sobre a sociedade, destacando a importância do protagonismo juvenil seja no desenvolvimento de potencialidades educacionais no corpo discente, seja na transformação da realidade em seu entorno. Para o ICE (2015, p. 22) o “protagonismo possibilita ao educando o exercício de práticas e vivências de situações de aprendizagem por meio das quais se exercitará as condições essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e social (...) - marcos fundamentais do Projeto de Vida”. Contudo, se essa for uma acepção geral ela figura paralela à outra que expõe toda uma cultura de individualidade e responsabilização como justificativa para o desenvolvimento de uma nova cultura educacional e moderna onde os educandos são socializados em práticas de aperfeiçoamento sociemocional, cognitivo e de empreendedorismo individual. Aqui a educação aparece atrelada à missão de desenvolver **as potencialidades de que o ser humano é capaz de portar para o seu sucesso pessoal**. Assim, de acordo com Apple (1989, p. 31), “como aparelho do Estado as escolas exercem papéis importantes na criação das condições necessárias para acumulação de capital (elas ordenam, selecionam e certificam um corpo discente hierarquicamente organizado) e para legitimação (elas mantêm uma ideologia meritocrática imprecisa e, portanto, legitimam as formas ideológicas necessárias para criação das desigualdades)”.

valores e a ideologia é parte desse sistema de valores mais amplo (...). A ideologia é um sistema ordenado de ideias ou representações, normas e regras, que aparece como algo separado e independente das condições materiais. Mas aí está o engano promovido pela ideologia, pois nenhuma ideia existe de fato sem relação com as condições materiais de existência. [Por exemplo], faz parte da ideologia burguesa a apologia do progresso, do avanço técnico e da evolução histórica que ele traz de modo contínuo. [Contudo], na sociedade existem várias forças determinantes (inclusive a cultura (...)). Além da dominação e reprodução social, a ideologia é um campo também de resistências, em que não necessariamente os dominados aderem à ideologia hegemônica, pois também entram no jogo do dominador a partir de seus próprios interesses. (...) Há uma relação inevitável entre ideologia e poder (SILVA, 2009, p. 205-208).

Essa compreensão e o movimento de disputa pelo poder que lhe dá sentido podem nos ajudar a pensar algumas possibilidades de resposta à pergunta sobre como comparecem as questões dos gêneros e sexualidades nessa cosmovisão desenvolvimentista capixaba. Preambulamente, as transformações que emergiram na segunda metade do séc. XX permitiram que o mundo Ocidental experimentasse novos padrões de comportamento.

No Brasil isso significou alterações expressivas nas relações entre os gêneros, na forma de consumo e no aparecimento de uma sexualidade plástica, marcadamente no contexto de massificação do uso de métodos contraceptivos, da revolução sexual feminina, do divórcio, da liberação do corpo e da busca por satisfação sexual (DEL PRIORE, 2011) (GIDDENS, 1993). Além disso, os estudos acadêmicos e as novas epistemologias feministas contribuíram drasticamente para o tencionamento da categoria mulher, da “ordem compulsória do sistema sexo/gênero” (BUTLER, 2010) e do mito que sustentava a heterossexualidade como único caminho possível, sadio e correto (LOURO, 2003). Complementarmente, os últimos 40 anos foram especialmente importantes para os movimentos LGBTQIAPN+, feministas e de mulheres no Espírito Santo. Por exemplo, após o período de redemocratização, o coletivo Triângulo Rosa foi a primeira organização por direitos identitários e sexuais a se oficializar no marco temporal da chamada “terceira onda” do movimento homossexual capixaba.

À época, um dos objetivos do “Triângulo Rosa no Espírito Santo era esclarecer a população sobre o movimento homossexual e realizar palestras em parcerias com profissionais quanto a AIDS, seja o debate sobre avanços médicos seja a descriminação de homossexuais” (SOUZA, p. 56, 2018). A partir daí outros movimentos como a Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo (ANTRAES), a Associação Linharensense de Apoio a Homossexualidade (ALAH), a Associação de Gays do Espírito Santo (AGES), o grupo Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo (CORES) e o Grupo Orgulho, Liberdade e

Respeito (GOLD) atuaram incisivamente no enfrentamento da discriminação e da homofobia, chegando, inclusive, a compartilhar do processo de governança das políticas públicas estaduais e municipais³³ (SOUZA NETO; MEIRELES, 2012).

Há aqui um ponto de inflexão que merece nossa atenção e ele aflui para o que viemos discutindo até o momento. Para adentrarmos na questão precisamos colocar em evidência a forma assumida pelo Estado de Bem-estar no Brasil. Afinal, é notável que a social democracia brasileira vem sendo (re)construída a partir da abertura, digamos, de maiores canais de participação e pleito social envolvendo a tomada de decisões sobre as políticas públicas. Poder-se-ia dizer que o Partido dos Trabalhadores (PT) teve um papel importantíssimo na “condução” dessa experiência política (MARINGONI, 2017). Igualmente, é de se esperar que esse cenário seja lido como registrou Renato Casagrande nas diretrizes de seu programa de gestão³⁴ por ocasião da disputa ao governo do Espírito Santo em 2018, como uma “democracia de alta intensidade”.

É claro que o fortalecimento dos movimentos sociais e a reorganização da sociedade civil, sobretudo após o processo de redemocratização contribuíram cada vez mais para que associações, coletivos, Ongs, conselhos, conferências, ações populares, audiências públicas e outros espaços coletivos se constituíssem como importante mecanismo de controle social e compartilhamento deliberativo sobre as políticas de Estado (ARRETCHE; *et al*, 2019). Por outro lado, longe de desautorizar-lhes ou negar-lhes sua autonomia e capacidade de tensionamento frente à máquina de Estado, devemos ter em mente que essa relação entre governantes e governados esteve (e está) expressa dentro dos limites do que se poderia chamar de capitalismo tardio³⁵. A partir disso, novas vozes tem assumido o protagonismo na

³³ Em âmbito local alguns desses movimentos tiveram enorme êxito. Em 1990, por exemplo, a ASTRAES foi a primeira associação a pleitear recursos e parceria com o Estado para o combate a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/AIDS) em São Mateus; na mesma década, a ALAH teve um papel fundamental tanto na prevenção da epidemia da IST/IDS quanto na organização do I manifesto LGBT+ em Linhares; e também a GOLD que atuou fortemente na cidade de Colatina e conseguiu junto câmara legislativa municipal implementar duas leis para população LGBT+: a **LEI 5.301 e 304/2007**. Ver SOUZA, Bruno Quintão de. **Interações entre o movimento lgbti e o governo estadual do Espírito Santo**. Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/11025>. Acesso em 04 de março de 2023.

³⁴ O documento “É hora de voltar a crescer” veio à público efetivamente no segundo semestre de 2018 para apresentar à sociedade capixaba o programa de diretrizes elaboradas pelo PSB e seus partidos coligados para o processo de governança do Estado do Espírito Santo em vigência do período de mandato de 2019-2022, caso ganhasse a disputa eleitoral. O plano propõe 24 estratégias organizadas em 03 eixos de trabalho que, textualmente, se justificam por tratar-se, nas palavras de seus idealizadores, dos “compromissos políticos e administrativos, da visão de futuro e dos valores que irão orientar o debate com os capixabas”.

³⁵ Alguns neomarxistas vêm caracterizando esse momento como uma das etapas do modelo de produção capitalista. Definido e situado a partir do fim da tragédia da Segunda Guerra Mundial em 1945 até 1970. Essa etapa teria como elementos característicos a expansão das grandes corporações transnacionais, a globalização dos mercados, a flexibilização irrestrita no mundo do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais de capital. Outras características fundamentais são a expansão da capacidade produtiva atrelada ao

mesa de debates sobre políticas junto aos movimentos sociais e às forças progressistas.

Novas redes e comunidades de políticas estão sendo estabelecidas por meio das quais determinados discursos e conhecimentos fluem e ganham legitimidade e credibilidade e “esses processo estão localizados dentro de uma arquitetura global de relações políticas que não somente envolvem [agentes locais e nacionais como o Instituto Unibanco, a Fundação Itaú Social, a ES em Ação, a Fundação Lemann, o ICE], mas também OGI (IGOs – organizações intergovernamentais) [Banco Mundial, OCDE, *Corporação Financeira Internacional*, Organização Mundial do Comércio], corporações transnacionais e as ONGs. As políticas são desenvolvidas, promulgadas e avaliadas em várias redes globais de onde sua autoridade é agora parcialmente derivada” (...). Nesses novos processos de política, os Estados estão mudando, sendo alterados e, até certa medida, sendo residualizados (...) (BALL, 2014, p. 34-35).

“Buscando traduzir as ansiedades, tensões e entraves do mundo (globalitário)” em “potencialidades criativas” para a educação, mas também no meio ambiente, no âmbito social, do lazer, da habitação, do mundo do trabalho, dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico essa ajustável e, por isso mesmo, mais arrojada sociabilidade intergovernamental e transnacional tem instado a formulação de múltiplas comunidades de políticas. Por suas terminações as sinapses do neoliberalismo têm disparado mais que nunca os *insights* que aproximam a ciência, inovação, tecnologia, gestão inteligente e apaziguadora, responsabilização e mercado como estruturas estruturantes do progresso espiritual e material vislumbrado para civilização humana.

No Brasil essa perspectiva vem legitimando também a aparição de novos perfis profissionais como analistas de gestão, empreendedores sociais, consultores de questões pedagógicas, técnicos em gestão de projetos e outros no amplo mercado de políticas que se tornou o cenário do debate público educacional. Esse formato de relação parainstitucional e metagovernamental tem-se definido por uma forma híbrida ou mista de burocracia, de mercados e de redes que é formada na sombra da hierarquia do Estado (DELORS, 2012) (BALL, 2014).

Podemos condiderar, portanto, que tais espaços de participação coletiva, embora tenham

desenvolvimento tecnológico, intensa terceirização e exaustão dos recursos naturais em função da intensidade do consumo. No plano ideológico o capitalismo tardio inaugura uma concepção segundo a qual a própria noção de capitalismo contemporâneo se torna intangível e a-histórica. Nela, a função do Estado é completamente desmobilizada e transferida para o mercado. Ver SILVA, Aristóteles de Almeida. **O capitalismo tardio e sua crise:** estudo das interpretações de Ernest Mandel e a de Jürgen Habermas. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefndmkaj/https://marxismo21.org/wpcontent/uploads/2012/08/Capitalismo-tardio-Habermas-AristotelesdeAlmeida.pdf. Acesso em 04 de março de 2023.

se tornado a tradução do que se entende por “democracia de alta intensidade” e uma cultura política presente em todas as instâncias da unidade federativa, especialmente, no Espírito Santo, não é tão virtuoso como se poderia esperar. Um efeito disso recai sobre o fato de que estes espaços simbólicos e materiais de decisão se tornaram parte do jogo autoritário de poder no campo político capixaba (SALETTI, 2018) (SCHWARCZ, 2019). Como espaços de conciliação e negociação de interesses diversos contrapõem-se objetivamente àquele sentido que busca hegemonizar, quando de substância democrática essencial se transforma, por vezes, em mero contrapeso político.

Dissimulação ou utopia neoliberal³⁶; *portfólio* de investimentos ou sublimação do processo civilizatório, seja o que for, os sistemas de educação passaram a ocupar um lugar ímpar na cartografia do que se convencionou chamar de “sociedade do amanhã” (DELORS, 2012). Cada vez mais se transferem para os territórios de educação as expectativas e esperanças de diversas forças sociais, especialmente da classe burguesa, ressaltamos, de composição de um mundo estável, higiênico, racional e moderno: um verdadeiro paraíso Huxleyano³⁷. O que implica em dizer que, hoje, se diferentes realidades têm se chocado umas contra as outras na esteira dessa 7ª república brasileira³⁸, também a globalização, por seu turno, tem sido muito eficiente em inteligibilizar e dissolver as noções/experiências periféricas de democracia, cidadania e/ou participação coletiva em um realismo capitalista estruturante à certa ordem hegemônica global.

Por realismo capitalista entendemos como

(...) o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa à ele.

³⁶ A razão pela qual o neoliberalismo estadunidense se hegemonizou em relação ao europeu se explica devido a certos condicionantes sociohistóricos e também ao forte teor utópico das pretensões do pensamento neoliberal Americano. Segundo Foucault (1979, p. 301) é “Hayek, que dizia, há alguns anos: precisamos de um liberalismo que seja um pensamento vivo. O liberalismo sempre deixou por conta dos socialistas o cuidado de fabricar utopias, e foi essa atividade utópica ou utopizante que o socialismo deveu muito de seu vigor e do seu dinamismo histórico. Pois bem, o liberalismo necessita de utopia”.

³⁷ A obra ficcional *Admirável mundo novo* foi publicada pela primeira vez em 1932. Escrita por Aldous Huxley, a trama se passa num futuro longínquo, situado temporalmente no séc. VII depois de Ford (d.F.) em referência ao inventor do método de produção em série Henry Ford que revolucionou o processo fabril no séc. XX. O “mundo admirável” criado por Huxley se estrutura a partir do condicionamento dos indivíduos do momento da concepção à vida adulta a processos psicológicos, biológicos, culturais e tecnológicos. Nesta sociedade a estabilidade e a ordem são alcançadas na medida em que a coesão entre as regras disciplinares vigentes e a vida social se aprofunda. As ideias de autoritarismo e paz social se confundem e são redimensionadas num atmosfera em que as tensões de classe, aparentemente, dão lugar a um funcionalismo pós-durkeimiano baseado em processos antogenéticos de classificação social.

³⁸ Essa é uma organização estratégica e política do autor desta investigação para significar temporalmente o golpe civil-parlamentar-midiático como uma fratura da ordem estabelecida e para situar o conjunto das transformações que se seguiram a partir de então no Brasil.

O poder do realismo capitalista deriva, em parte, da maneira pela qual ele resume e consome toda a história anterior. Trata-se de um efeito de seu “sistema de equivalência geral,” capaz de transformar todos os objetos da cultura (...) em valor monetário (...). O realismo capitalista não é, portanto, um tipo particular de realismo; é o realismo em si. Não é preciso dizer que o que conta como “realista”, o que parece possível em qualquer ponto do campo social, **é definido por uma série de determinações políticas** [grifos nossos] (FISHER, 2020, p. 10, 12, 13).

Em linhas gerais, é compreensível que a (i) mobilidade dos indivíduos em relação ao que é possível ou não esteja atrelada à capacidade de permeabilidade do real pelo modelo capitalista. Afinal, há pouco mais de 05 séculos que o modelo vem vencendo as batalhas pela hegemonia no mundo Ocidental. Do ponto em que estamos: no *hall* da curta história da humanidade, o modelo parece ser aquela voz estridente gritando não há alternativa fora daqui (BROWN, 2019). E, a esse respeito, até mesmo as expressões mais críticas ou as formas de existência contestatórias ao sistema passaram a ser lidas como corruptelas próprias da lógica e, portanto, como sintomas da metabolização de tudo (FISHER, 2020). Ora, se o “tudo” é presumível, uma “pitada de anticapitalismo” não faz mal a ninguém, ao contrário, dá *reels*, visualizações, curtidas, compartilhamentos e ritualiza uma ruma sem fim de processos de “cancelamentos”³⁹ e identificação. E, de repente, é como se a realidade se estilhaçasse num multiverso e o desejo, as identidades, as afetações, as sexualidades, as sensações e os corpos nos escapasse; como se a objetividade das superestruturas escorresse pelos nossos dedos (BAUMAN, 2001).

Tudo se torna narrativa e os processos de inteligibilidade do real são embalados, etiquetados e deslizam agora por uma esteira rumo ao cidadão-consumidor. Alguns de seus efeitos podem ser observados tanto por meio da sensação corrente de saturação da experiência do tempo e da velocidade do tempo experimentado quanto pelo aprofundamento da dessensibilização nas relações sociais intra e extragrupo (FISHER, 2020). O indivíduo passa a ser pensando e a se supor como universal, e seus dramas locais são deslocados para uma parábola da aldeia global (BAUMAN, 2001) (SANTOS, 2011).

Talvez nestes aspectos situa-se a peçonha mais fatal do realismo capitalista: se pretender

³⁹ A palavra “cancelamento” foi manuseada aqui como analogia a processos de “desidentificação”, mas, sabe-se que a ideia de cancelamento, como usada atualmente, está para além disso, implica na anulação sumária nas redes sociais digitais de quaisquer pessoa que borre certa conformidade com discursos “politicamente corretos” e que ferem os direitos humanos de grupos socialmente vulneráveis. O que está por trás disso na verdade também é uma pseudo-consciência coletiva digital que não se vê refletida nos comportamentos e discursos antissociais que ela julga LGBTfóbicos, racistas e machistas nas redes digitais. Ver BESSA, Liz. **Cultura do cancelamento: o que é?** Disponível em <https://www.politize.com.br/cultura-do-cancelamento/>. Acesso em 07 de abril de 23.

universal, dissimular a coerção da superestrutura capilarizada pelo Capitalismo e promover uma versão (quase) celebrativa do processo civilizatório com base no discurso de **pluralidade**. Como última fronteira, as tecnológicas do exercício da autoridade (SCHWARCZ, 2019) e do poder disciplinar vão se atualizando frente à realidade objetiva e isso mobiliza para várias direções os dispositivos de metrificação e regulação das populações que “constituem (...) os pólos [*sic*] em torno dos quais se [desenvolve] a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 152).

3.3. Política educacional multiculturalista na produção de “capital humano de alta performance”

Não seria plausível trazer essa discussão sem que a ideia de Estado fosse revisitada. Embora muito do que se experienciou até hoje na história moderna do Brasil tenha transitado basicamente entre formas de Estado burguês: (neo)liberais e de bem-estar, legados da Idade Moderna e Contemporânea Ocidental, não há um consenso sobre a origem do Estado e sua definição. Enquanto alguns sustentam que em sociedades antigas, sobretudo naquelas densamente povoadas, o Estado funcionava como um agente estruturante da vida coletiva⁴⁰, estabelecendo-se, portanto, como principal fator na constituição do processo civilizatório, outros buscaram em sociedades tradicionais explicações para argumentar que a existência do Estado não é um ponto em comum na história da humanidade. Para Silva (2009, p. 115, 118)

o Estado [seria uma] entidade abstrata (...) composta por diversas instituições, de caráter político, que comanda um tipo complexo de organização social. Weber afirmou, no início do século XX, que o Estado Moderno [, por exemplo,] se definiu a partir de duas características: **a existência de um aparato administrativo cuja função seria prestar serviços públicos, e o monopólio legítimo da força**. [Assim,] o Estado era o único que poderia empregar a violência legalmente, **esta passando a ser um instrumento de controle da sociedade**. (...) Apesar de consideramos a repressão estatal algo negativo para sociedade, o controle social é tarefa fundamental do Estado, tarefa legitimada pela própria sociedade. É função estatal impor limites à sociedade, **limites com os quais a maioria da sociedade concorda** [grifos nossos].

⁴⁰ Seja parametrizando as relações sociais através de códigos morais de conduta quando estava ligado à religiosidade; se assenhorando da propriedade da terra; estratificando as relações de trabalho e a riqueza; e/ou regulando a produção, conservação e distribuição de mantimentos, o certo é que seria obviamente absurdo supor o Estado somente a partir da tradição Ocidental ou compreendê-lo como uma etapa evolutiva a qual as sociedades chegariam (SILVA, 2009).

A partir disso, mesmo incorrendo ao erro etnocêntrico de análise, optamos por enfatizar essa definição primeiramente porque nos interessa observar como o princípio contratualista de “monopólio legítimo da força e de controle social” é dimensionado na sociedade capixaba. Em segundo lugar, porque essa relação é completamente tangível à maneira como as questões dos gêneros e sexualidades têm emergido no debate público e se capilarizado na agenda das políticas públicas no estado do Espírito Santo. E, por fim, porque compreendemos que essa escolha consegue capturar perfeitamente a historicidade da relação entre a forma assumida por aquele Estado e o manuseio de certos dispositivos biopolíticos do exercício da autoridade e de poder disciplinar no mundo Ocidental.

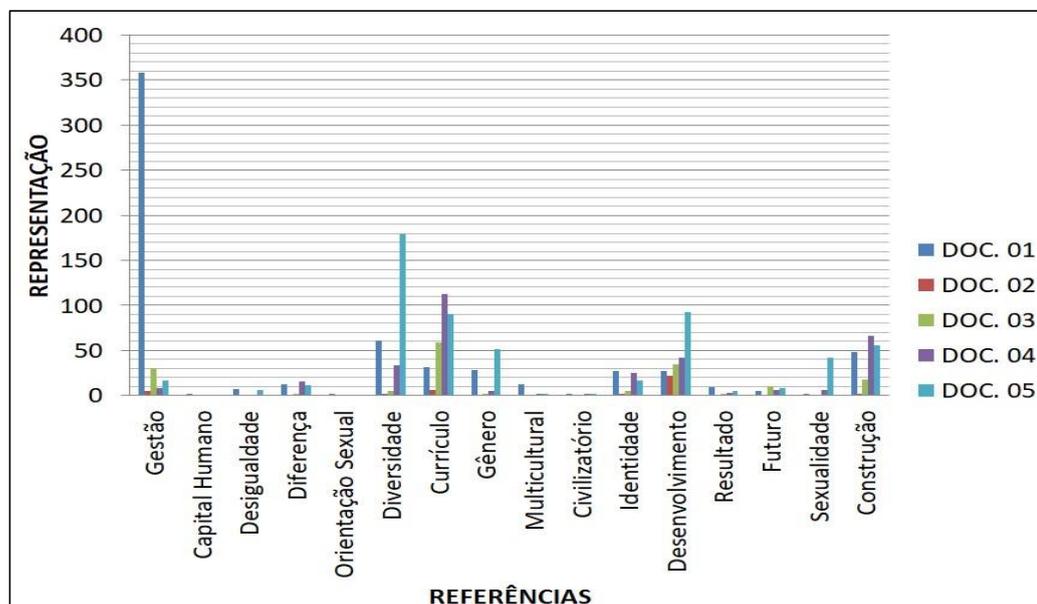
Não podemos perder de vista, além disso, que tal relação trafega numa via de mão dupla. Isto é, seja para hegemonização político-ideológica de suas respectivas agendas, seja para reprodução do *status quo*, enquanto comunidade política, da mesma forma que imprimimos legitimidade ao controle social exercido pelo Estado, também ele segue circunstanciado pelas batalhas travadas entre os grupos e/ou classes que anseiam cooptar os mecanismos de que dispõe essa entidade dita “abstrata” (ARRETCHE; *et al*, 2019). Absolutamente, uma forma de poder está implicada aqui. Uma forma específica de poder que percorre toda a estrutura do campo em que as políticas de Estado são pensadas, determinadas e alocadas (SAMPAIO E ARAÚJO JR, 2006).

Paralelamente, Mendonça (2006, p. 250-251) argumenta que a presunção das relações de forças em torno do poder hegemônico deve ser tomada considerando que “o terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição da ordem social” e que a “desigualdade de poder está constituída” e estruturada a partir de tais relações. Ainda segundo autor, a “vontade política é alcançada sempre por meio da força, da disputa, seja agônica, seja antagonica”. A rigor, o fundamental que cerca essa análise continua sendo o fato de que o Estado burguês contemporâneo vem manuseado astutamente e sem muitas restrições os recursos materiais e simbólicos disponíveis para ordenar no Espírito Santo aquela “vontade política” num projeto civilizatório hegemônico, acessível e gramaticalmente replicável, por exemplo, através dos vários parâmetros educacionais que norteiam o fazer educacional no chão das escolas públicas capixabas.

Consequimos aferir isso facilmente apenas analisando alguns dos parâmetros educacionais disponibilizados pela SEDU à instituição de ensino Manoel Duarte da Cunha durante o período de 2007 a 2021. Tomando alguns conceitos pré-selecionados como

referência porque informam sobre o problema de pesquisa que traçamos aqui, fizemos a busca sobre a quantidade de vezes e o contexto em que aparecem nesses parâmetros norteadores. O resultado foi surpreendentemente magnífico.

GRÁFICO 09 - REPRESENTAÇÃO DA TAXA DE MENÇÃO A CONCEITOS-REFERÊNCIA EM PARÂMETROS EDUCACIONAIS⁴¹ MANUSEADOS PELO CEEFMTI MANOEL DUARTE DA CUNHA



FONTE: Organização elaborada pelo autor com base nos parâmetros educacionais disponibilizados pela SEDU à instituição de ensino Manoel Duarte da Cunha como instrumento de gestão e orientação para implementação das ações curriculares tomadas pela rede no âmbito das políticas educacionais de Estado adotadas entre 2007 e 2021.

No que se refere à frequência de menções verificamos que os conceitos-referência que mais se destacaram próximo ou acima de 50 vezes nos documentos norteadores foram 1) gestão, 2) diversidade, 3) currículo, 4) gênero, 5) desenvolvimento, 6) sexualidade e 7) construção⁴². Quanto ao conteúdo dos parâmetros educacionais, entre os documentos analisados, o “Caderno de Gestão Escolar para Equidade” nos chamou a atenção. Primeiramente, precisamos dizer que não faz muito tempo que o “debate sobre equidade” envolvendo as questões etno-raciais emergiu na agenda das políticas de Estado para educação capixaba, que dirá as problematizações dos gêneros e sexualidades. Embora estivessem expressas textualmente nos parâmetros - como as encontramos em boa parte dos

⁴¹ Foram analisados 05 parâmetros educacionais referentes a políticas públicas implementadas no âmbito da rede pública de ensino do Espírito Santo: **doc. 01** - “Caderno de gestão escolar para equidade”, **doc. 02** - “Programa ensino médio inovador (ProEMI)”, **doc.03** - “Projeto pedagógico programa Escola Viva”, **doc. 04** - “Currículo básico estadual de ciências humanas (Ensino Médio)”, **doc.05** - “Currículo básico estadual de ciências humanas (Ensino Fundamental)”.

⁴² A ideia de construção aparece frequentemente no texto, sobretudo, em contextos que esboçam a expectativa de democratização do espaço educativo a partir de uma política de gestão para equidade. Quando não, manuseia a perspectiva educacional construtivista através do multiculturalismo liberal para traduzir o papel do modelo de escola integral na formação do indivíduo-máquina-cidadão às exigências do século XXI.

documentos analisados, só muito recentemente elas têm saído do papel, aparecido entre as repartições das Superintendências Regionais de Educação (SREs) e, timidamente, na práxis educacional no chão das instituições de ensino (SOUZA, 2018). Para fora dos movimentos sociais identitários, esses marcadores ainda vêm enfrentando muita resistência para conseguir se inserir em diretrizes educacionais importantes como, por exemplo, o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo (PEE/ES) (SILVA, 2017).

Sob cerco e intensa suspeita, a maneira como esse debate emerge nas escolas capixabas por si só estabelece uma miríade de contradições (re)veladas que envolve desde as concepções teórico-metodológicas que dão suporte ao debate educacional no estado, o campo político que (re)define as políticas públicas para educação e a cultura local microrregional onde tais políticas visam se infiltrar. A esse respeito, cremos que a análise de conteúdo pode nos oferecer uma amostra adequada. Por exemplo, em 192 páginas a única vez em que o conceito de “interseccionalidade” é citado no caderno formativo para equidade, ainda que sem indicação de referencial teórico, é através do revestimento da perspectiva gerencialista da desigualdade na **diversidade**. Observe:

chegamos agora a **uma das principais consequências da falta de acesso à escola, das reprovações e do abandono: o atraso escolar. Esse atraso é medido pela taxa de distorção idade-série**, que é a parcela de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação à idade ideal de frequentar a etapa de ensino. **Esse indicador** também é multicausal e, nesse sentido, **a análise do gestor** vai além dos limites da escola, **através de uma observação do contexto socioeconômico e familiar em que os alunos vivem; questões de renda e trabalho são fatores que influenciam**. Se um aluno for reprovado ou abandonar a escola e voltar em períodos seguintes, ele não terá mais a idade correta para frequentar a série.

A desigualdade entre jovens negros e brancos persiste e amplia o abismo cor/raça. **Se a discussão for interseccional, isto é, relacionar raça e gênero, as desigualdades se apresentarão de maneiras distintas para o grupo de jovens negras e jovens negros** [grifos nossos] (INSTITUTO UNIBANCO, 2021, p. 13).

Compreendemos que, em seu conjunto, tais conceitos-referência sugerem mais do que se poderia presumir. Para nós a combinação dessas noções em parâmetros educacionais norteadores da práxis educativa na rede de ensino e, portanto, nas escolas capixabas, se referem, em segunda instância, às tentativas do Estado burguês contemporâneo de metabolizar os efeitos provocados, em primeira instância, pela profunda transformação correspondente à desestabilização das identidades advindas com o furor do capitalismo pós-industrial e da efemeridade do que se convencionou chamar ao final do séc. XX de pós-modernidade

(HALL, 2006) (FISCHER, 2020).

Mais do que nunca a comunidade educacional brasileira se viu impelida a pensar novos percursos frente à realidade político-social que se delineava nos limites do novo milênio, sobretudo, em face às novas arenas de luta política (nem tão novas assim) que pautavam uma educação progressista e universalista a partir de questões ambientais, de classe, raça-etnia, gênero, sexualidade etc. Por exemplo, uma ala importante do debate teórico educacional se dedicou

descobrir e desafiar o papel que as escolas representam em nossa vida política e cultural. (...) Os teóricos educacionais críticos começaram a considerar a escolarização como um empreendimento decididamente político e cultural. Avanços (...) na sociologia do conhecimento, antropologia cultural e simbólica, marxismo cultural e semiótica levaram estes teóricos a verem as escolas não somente como locais de instrução, mas também como arenas culturais onde uma heterogeneidade de formas ideológicas colidem em uma luta incessante pelo poder. Dentro desse contexto, os teóricos críticos geralmente analisam a escola de uma maneira ambígua: como mecanismo de seleção nos quais grupos privilegiados de estudantes são favorecidos com base em sua raça, classe e gênero; e como agências para habilitação pessoal e social (MCLAREN, 1997, p. 192).

À educação foi reclamada a repensar o que era filtrado pelo portão da escola e a tensionar o sistema educacional como uma importante peça do jogo de reprodução da ordem estabelecida (MACEDO, 2017). Equacionado aos diagnósticos que brandavam o fracasso escolar e a necessidade urgente de superá-lo, a escola moderna concebida que foi como componente imprescindível à constituição do Estado-nacional e à reprodução social (PINSKY, 2001) se viu enredada por uma perspectiva utilitarista e instrumental da educação (APPLE, 1989). Apesar da “negação dos partidários das ‘reformas’ nas escolas e universidades, que enxergavam a política reformista apenas como um esforço de ‘modernização’ para melhorar a eficiência da escola” (LAVAL, 2019, p. 10), estava claro que o grande esforço pela melhoria da qualidade da educação, sobretudo da ala mais progressista do país, estava (e continua) sendo descaradamente sequestrado pelo neoliberalismo.

Independente do reconhecimento das transformações em curso no campo educacional, a escola e, preferencialmente, a oferta da educação enquanto serviço (público), seja lá em qual for a modalidade, tornou-se objeto de interesse da agenda neoliberal e passou a compor em definitivo o seu programa político e teórico (BALL, 2004). Em *lato sensu*, aquela utopia modernizadora deslocou a produção do discurso sobre a escola para novos centros de

gravidade. O território da educação capixaba, e, no centro desse cosmos, as instituições como a escola Manoel Duarte da Cunha, vem lidando contantemente com a reprogramação da cultura educacional em face às “novas exigências laborais” do processo educativo por resultados e ao currículo-sala-de-máquinas perspectivado na geração de capital humano de alta performance.

Essas concepções situam-se na esteira do neoliberalismo estadunidense que emergiu por volta de 1930-40 e, aos poucos, tornou-se uma reivindicação global. De fato, a teorização econômica articulada pelo pensamento “*yankee*” forneceu as bases epistemológicas que redefiniram a noção de mercado e novos sentidos para a relação **indivíduo-trabalho-produto-renda**. Vejamos o que diz Foucault (2008, p. 308-309) a respeito dessa lógica:

no fundo, por que é que as pessoas trabalham? Trabalham, é claro, para ter um salário. Ora, o que é um salário? Um salário é simplesmente uma renda (...). Como se pode definir uma renda? Uma renda é simplesmente o produto de um capital. E, inversamente, chamar-se-á ‘capital’ tudo que pode ser, de uma maneira ou de outra, uma fonte de renda futura. Por conseguinte, se se admite que o salário é uma renda, o salário é portanto a renda de um capital. Ora, qual é o capital de que o salário é a renda? Pois bem, é o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário (...). Decomposto do ponto de vista do trabalhador (...), o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência; como eles dizem: ‘é uma máquina’.

(...) o capital assim definido como o que torna possível uma renda futura, renda essa que é o salário, [vê-se] que se trata de um capital que é praticamente indissociável de quem o detém. E, nessa medida, não é um capital como os outros. A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode essa coisa. Em outras palavras, a competência do trabalho é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador.

Ora, se repousa nos limites do corpo do (a) trabalhador (a), melhor dizendo, no conjunto de aptidões que ele (a) emprega na produção do objeto do seu trabalho, portanto, é um capital humano. Essa compreensão pulsou a teoria econômica liberal a racionalizar o que até muito recentemente no mundo Ocidental não estava no raio de interesse do sistema capitalista e, por extensão, não era pensando como valor de mercado. Oportunamente, a educação é um notório exemplo a esse respeito, seja no que se refere a geração de novas oportunidades de negócio, como já vimos, ou na conformação de teorias curriculares que submetem o comportamento humano à racionalidade econômica e redefinem o *homo economicus* à ideia do **indivíduo empreendedor de si**: gerente e capitalizador de suas habilidades e competências. Os

educacionais⁴³ e processos formativos dos educadores; de substituição de disciplinas da grade curricular tradicional por Componentes Curriculares (CC) performatizados nas expectativas capitalistas para acumulação e consumo; por meio de avaliações diagnósticas periódicas; exaustivas rotinas de monitoramento das capacidades socioemocionais e cognitivas dos estudantes⁴⁴, feiras de profissões; simulados de medição de desempenho; rotinas autoavaliativas em todas as etapas do processo educacional etc (LEMOS; MACEDO, 2019) (GOULAR; CÁSSIO). Em outras palavras, seja através da mercantilização da educação como já discutimos (**capítulo I**) ou de processos de **mercadorização**, como exemplificaremos a seguir. Em síntese, o neoliberalismo escolar se tornou uma pedra fundamental do projeto civilizatório ambicionado pelas elites capixabas.

Aliás, de acordo com a **Resolução CEE/ES nº 3.777/2014** estabelecida pela SEDU, as unidades de ensino devem dispor de 1m20cm² por estudante, o que equivale à capacidade máxima de 40 estudantes por sala de aula. Sendo assim, teoricamente, a instituição teria capacidade de receber cerca de 480 educandos. Em 2021 foram matriculados 467, mas ao final deste período, estavam matriculados uma “clientela” de “375 alunos, organizados em 07 turmas de Ensino Fundamental e 06 turmas de Ensino Médio em Tempo Integral” (PDI, 2021, p. 21).

E isso se explica devido ao número considerável de transferências expedidas ao longo do ano. Fechamos 2021 com uma média de 08 estudantes transferidos em cada turma do Ensino Fundamental e 07 do Médio (PDI, 2021). Nas séries finais do Médio o caso é ainda mais grave, acompanhando os índices nacionais, as turmas na rede estadual de ensino têm sido menores em função da queda no número de matrículas (QEDU, 2021). O Manoel Duarte perdeu muitos estudantes no decorrer de 2021 e tem **concorrido** com instituições da própria rede pública ensino, tanto com modelos de educação parcial-regular diurno nas escolas EEEF Pedro Canário Ribeiro e EEEF Dr. Edward Abreu do Nascimento quanto com os modelos no noturno: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA), além de outros formatos.

Retomando Fisher (2020, p. 34), “ao longo dos últimos trinta anos, o realismo capitalista implantou com sucesso uma ‘antologia empresarial’, na qual é simplesmente óbvio

⁴³ Ver em anexos.

⁴⁴ No instrumento de monitoramento da aprendizagem na disciplina de Estudo Orientado o professor regente do componente precisa acompanhar o progresso dos estudantes marcando na tabela se o Conteúdo enviado pelos professores das disciplinas da base foi aprendido (CA) ou não aprendido (CNA). Caso não seja, o discente volta a fazer mais exercícios sobre o conteúdo até conseguir dominá-lo, ou seja, “CA”. O mesmo sistema também é aplicado nas disciplinas que trabalham com as questões socioemocionais e isso, ao final, se transforma num percentual que é agregado aos resultados dos discentes como Nota Atitudinal (NA) ao final do trimestre

que tudo na sociedade, incluindo saúde e educação, deve ser administrado como uma empresa”. Em voga dessas discussões há uma distorção imponderável que as elites capixabas buscaram urgentemente metabolizar e essa urgência implica aqui num robustecimento agressivo, desproporcional e simbólico das medidas de controle em que consistem os parâmetros das reformas empreendidas e a negociação situacional com as forças conservadoras no estado. Política de controle também em face das forças que já não se podem negar totalmente no chão da escola, seja porque não mais se encontram passíveis de contenção disciplinar nos limites do corpo - se é que algum dia o foi. Há, sem dúvida, um **intenso trabalho de engenharia** sociopolítico, técnico e, sobretudo, **bio-político** subjacente a essa estrutura.

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII (...). **Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece centrou-se no corpo como uma máquina, no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na integração em sistemas de controle eficazes e econômicos (...).**

O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, **centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-lo variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população.**

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em tono dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.

Do lado da disciplina as instituições como o Exército ou a escola; as reflexões sobre a tática, a aprendizagem, a educação e sobre a ordem da sociedade (...). Do lado das regulações de população a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável.

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (...) (FOUCAULT, 1988, p. 151, 152, 153).

Desta forma, a racionalidade neoliberal buscou combinar diferentes demandas a uma ideia de educação polivalente, ao mesmo tempo, flexível na gestão dos recursos, permeável aos interesses globalitárias de mercado e sublimada no multiculturalismo. A própria BNCC amparada pela **Lei 13.145/2017** passa a induzir um vasto universo de possibilidades de mercado na educação pública capixaba. Nas últimas décadas, os sistemas de ensino público e

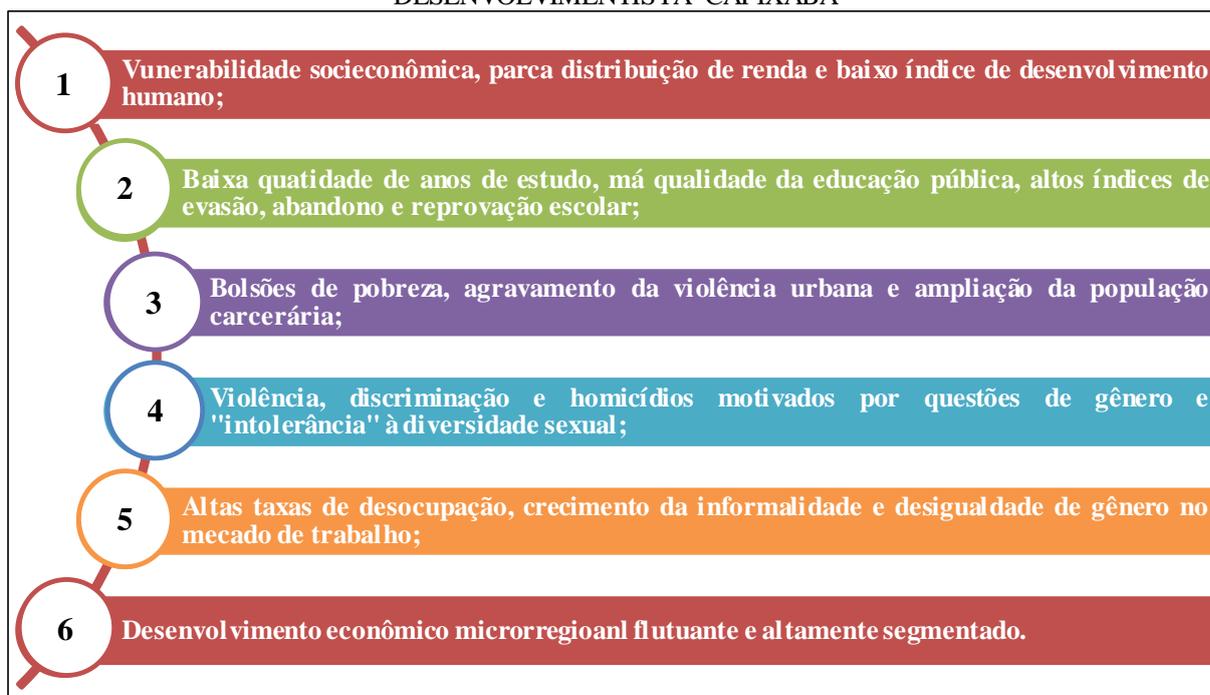
privado e suas diretrizes pedagógicas tem sido largamente endossados por perspectivas curriculares embasadas no multiculturalismo conservador ou liberal, aliás, em muitos casos chegam a importar sem muita resistência tecnologias de gestão educacional ou programas político pedagógicos como, por exemplo, a *charter school* estadunidense. No entanto, a agenda multiculturalista de currículo, que se combina tão simbioticamente às lógicas gerencialistas e de acumulação flexível em modelos de educação como a que viemos problematizando, sobretudo, quando se põe em evidência o lugar que reserva à diferença, para McLaren (1997) é fundamentalmente falaciosa e, por isso, deve ser rejeitada.

Ainda segundo autor,

o multiculturalismo conservador (...) utiliza o termo “diversidade” para encobrir a ideologia de assimilação que sustenta a sua posição. Nesse visão, os grupos (...) são reduzidos a “acréscimos” à cultura dominante, [ou seja,] você precisa primeiro adotar uma visão consensual de cultura e aprender a aceitar as normas [da cultura hegemônica pelos grupos dominante] (...). [De fato] o multiculturalismo conservador não questiona o conhecimento elitizado (...). Em outras palavras, ele também não interroga regimes dominantes de discurso e práticas culturais e sociais que estão vinculadas à dominação global e que estão inscritas em convicções racistas, classistas, sexistas e homofóbicas. [A rigor,] deseja assimilar os estudantes a uma ordem social injusta ao argumentar que todos membros [do grupo podem] colher os benefícios econômicos (...). Mas, um pré-requisito para “juntar-se à tuma” é desnudar-se (...), despir-se [do que é irrelevante para matriz hegemônica] (p. 114-115).

Complementarmente, em 2015, em meio a disputa ao governo do estado Paulo Hartung divulgou em seu plano de gestão que “as leis de mercado não são um valor absoluto, devendo coadunar-se e harmonizar-se, sob a direção do governo, com o interesse geral da sociedade” (2014, p. 06). Ora, para além de qualquer aforismo retórico, a tentativa (infrutífera) de teatralizar um imaginário que demonstrasse a vitalidade do Estado-social e que as leis de mercado não seriam um fim em si mesmo, seja para desbancar seu oponente na disputa ou para se legitimar como intérprete dos interesses capixabas, o fato é que a institucionalidade do Estado, os processos de governança bem com os serviços públicos foram traduzidos a partir da ótica globalitária do mercado e nesse interim a educação se tornou um estratégico portfólio de investimentos na cosmovisão desenvolvimentista que as elites capixabas desenharam para si. Assim sendo, a prosperidade econômica e a expectativa quanto aos rumos do processo civilizatória capixaba - evidentemente, nos moldes hegemônicos pelas elites locais - sustentava-se também na constituição de **ativos sociais** de longo prazo tais como:

GRÁFICO 10 - “OPORTUNIDADES” PARA CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL AO MODELO DESENVOLVIMENTISTA CAPIXABA



FONTE: Síntese de alguns aspectos do panorama socioeconômico, demográfico e microrregional capixaba produzido pelo autor com base nos dados apresentados pelo censo do IBGE de 2010 e organizados pelo IJSN - ES.

Ao passo em que a modernização conservadora buscava induzir políticas educacionais que capitalizassem ativos humanos e sociais ao programa desenvolvimentista neoliberal também negociava e/ou confrontava-se com a onda neoconservadora que se espraiava às porosidades da institucionalidade do Estado. Por isso não podemos perder de vista que esse jogo se (re)define a partir da “queda de braço” no campo político estadual e de suas conexões com a sociedade civil. Por exemplo, no discurso em circunstância da apreciação do **Projeto de Lei (PL) 10/2019** que versava sobre a “proibição da ideologia de gênero” no sistema educacional do Estado, o deputado Valdinho Leite (PSDB) “acusou Casagrande (PSB) de interferir na votação. Para ele, se o Executivo não tivesse ‘cooptado’ os parlamentares da base governista, a matéria teria sido aprovada” (ALES, 2019).

Diante dessas desastrosas contradições do capitalismo periférico (SANTOS, 2011) capixaba e, “dadas às hipóteses que sinalizavam para o esgotamento do modelo de escola convencional”, um novo modelo educacional se fez imperativo às elites locais. Convencionou-se, portanto, que seria preciso um currículo que equacionasse novos saberes, tempos e espaços ao processo de aprendizagem. “Em outras palavras, a premissa maior que mobilizava e jogava luz aos projetos que advogavam por outro modelo de escola e de currículo é aquela que depositava na **formação integral** todas as suas fichas” (THIESEN,

2020, p. 17). Todavia, volto a frisar que o que estava em debate não era somente uma reforma curricular e educacional formalmente mercantilizada (LAVAL, 2019), igualmente importante, cogitava-se a formulação de um astuto programa curricular em que fosse possível dosar, ao menos no discurso, certo grau de progressismo sem que se confrontasse severamente o campo político, educacional e social capixaba enfestado por próceres da (ultra)direita reacionária e “cidadãos de bem”, “guardiões da moral e dos bons costumes”, que defendiam uma pauta

antigênero e antiversidade sexual caracteriza por uma intensa mobilização discursiva em favor da reafirmação dos valores “tradicionais”, da “família” (declinada sempre no singular), das hierarquias sexuais, da primazia dos pais sobre a formação moral e sexual dos filhos, da restrição do acesso a informações sobre saúde sexual e da interdição da reflexão crítica sobre gênero e sexualidade nas escolas (JUNQUEIRA; *et al*, 2020, p. 02).

Ademais, esse cenário serviu mais do que como capital político às tramas eleitorais, conveio como uma **oportunidade** e, nesse sentido, não por acaso, traz à tona as inflexões com a cartilha hegemônica pela UNESCO através da *International Commission on Education for the 21st Century*, sob as quais as políticas educacionais capixabas foram tecidas, e, segunda a qual a educação aparece situada como uma “missão”, um **trunfo indispensável no coração do desenvolvimento do ser humano e das comunidades** (LEMOS; MACEDO, 2019). Assim sendo, perguntamo-nos: que educação está sendo ofertada aos indivíduos? Que identidade deve se sobressair em seus corpos? Que habilidades e competências precisam para superarem os obstáculos do processo produtivo na esteira da sociedade do amanhã? Qual o papel da escola, dos pais e professores nessa jornada? Em suma, que lugar ocupa as questões dos gêneros e sexualidades no projeto civilizatório situado a partir das tentativas de implementação do currículo multiculturalista de ensino integral na escola Manoel Duarte da Cunha?

Curiosamente, esse debate nos fez lembrar os estudos da teórica feminista e militante política prof^a. Elizabeth Souza-Lobo. No conjunto de ensaios publicados na obra “A Classe Operária tem Dois Gêneros” (1991) a autora radiografia as lutas sindicais e a estrutura produtiva brasileira entre 1970-80 para analisar o processo de inserção dos indivíduos partindo das categorias de gênero e classe. Embora nossa objetivo destoe um pouco desse horizonte, Souza-Lobo nos fornece algumas chaves de leitura que nos ajudou a pensar que se a cadeia produtiva já não é mais a mesma, também a classe trabalhadora não o é. Pois, sua afirmação nos propõe indagar: indivíduos empreendedores si devem ter gênero e sexualidade?

CAPÍTULO IV
GÊNEROS E SEXUALIDADES NO PROCESSO
DE CURRICULARIZAÇÃO DO CEEFMTI
MANUEL DUARTE DA CUNHA

4.1. Educação como missão civilizatória: imaginários de uma política de Sul nos termos do Norte

“Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, da liberdade e da justiça social” (DELORS, 2012, p. 11). Essa foi uma das conclusões a que chegou o relatório sobre o papel da educação promovida pela “Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI⁴⁵”. Patrocinada pela UNESCO e amparada pelo capital político de que dispunha internacionalmente, os trabalhos da comissão se realizaram de 1993 a 1996. A convite do próprio Diretor-geral Federico Mayor, Jacques Delors⁴⁶ presidiu a comissão com uma mesa diretiva composta por quatorze conselheiros extraordinários e 109 representatividades de todas as regiões do mundo⁴⁷ (ALMEIDA; ALMEIDA JUNIOR, 2018, p. 12).

Na orelha do livro publicado no Brasil com título homônimo ao da comissão, Delors classifica tanto o grupo de interesse quanto o relatório como “independente” e a partir disso situa sua preocupação (legítima) com os rumos da educação no *devir*. A ênfase dada às diferentes etapas do processo educativo e à figura do professor nesse universo - sua relação com os discentes, seu *status* e suas condições de trabalho - compreendeu parte dos debates de um projeto de educação inspirado na busca em interagir com a “fluidez e as urgências” do século XXI (DELORS, 2012).

O **método Delors** fez nascer no coração das sociedades globais capitalistas a ideia de uma educação ao longo da vida, metacognitivista e meritocrática (ALMEIDA; ALMEIDA JUNIOR, 2018). Aliada ao suporte tecnológico e científico alcançado pela civilização humana, aos Estados-nação e aos “parceiros de cooperação internacional” a educação, nesses moldes, passou a ser encarada como “um tesouro a descobrir” ou uma “utopia necessária”. Ou, “entre outros caminhos e, para além deles, como uma via que [conduziria] a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a

⁴⁵ Ao todo foram oito sessões realizadas em vários lugares do mundo. A última, registrada em janeiro de 1996 aconteceu em Nova Deli (Índia) e culminou com a aprovação do relatório final. Os encontros reuniram diferentes personalidades, intelectuais com suas expertises nas diversas áreas do saber, diplomatas, ambientalistas, sindicalistas, organizações econômicas internacionais etc. Destaque para o Banco Mundial que teve quatro representantes com participação direta (DELORS, 2012).

⁴⁶ Jacques Lucien Jean Delors, responsável pela redação final do relatório atuou como economista e político na França. Foi professor visitante na Universidade de Paris-Dauphine (1974-1979) e na Escola Nacional de Administração (França). Presidiu a Comissão sobre educação da UNESCO de 1992 a 1996, período em que foi divulgador de sua tese sobre os “quatro pilares da educação” para o séc. XXI (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PR, 2023).

⁴⁷ Embora o Brasil não tenha participado diretamente da comissão, muito do que se propôs nos encontros influenciou e determinou a elaboração das políticas públicas de educação no país e ainda hoje viceja nos textos dos marcos legais sob tutela do Ministério da Educação. Em 1998 uma edição do relatório foi publicada pela editora Cortez e recebeu o carimbo da instituição (RABELO; *et al*, 2009).

probreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras...” (DELORS, 2012, p. 11). Sem dúvida, em toda a sua circunferência, esse parece ser um projeto de educação verdadeiramente humanitário, mas seria o mesmo que dizer sobre uma educação humanística?

Mormente, menos pela sua natureza do que pelos seus efeitos, o conjunto dessas tendências tem mostrado algumas diferenças importantes e grande capacidade de adaptabilidade aos contextos globais. Para Ball (2004, p. 1106)

(...) trata-se da emergência de um novo conjunto de relações sociais de governança e “de novas distribuições funcionais e graduais/hierárquicas de responsabilidades”. Essa novidade surge das mudanças nos papéis do Estado, do capital, das instituições do setor público e dos cidadãos e nas suas relações entre si, ou do que Cerny (1990) chama de a “arquitetura mutável das políticas”.

Por um lado, é incrível ver o quanto essa ideia robusteceu um número sem fim de empolgantes possibilidades para alguns países, sobretudo, a partir do final segunda metade do séc. XX. A sanha por um fluxo de crescimento sem precedentes trouxe algumas noções qualificadas como “imperativos da nova era”. Para aqueles e, especialmente, para os grandes conglomerados empresariais situados no centro do mundo capitalista ocidental, mas com seu processo produtivo localizado na periferia deste, tais imperativos referiam-se externamente a melhores condições de produção, a novos acordos multilaterais relativos à flexibilização de taxas alfandegárias para a circulação de mercadorias e a contenção das massas humanas que abarrotavam “os portões nas fronteiras entre as sociedades metropolitanas” e os **antigos** “territórios coloniais” (SANTOS, 2009).

Internamente, significou maior investimento em infraestrutura, privatização em larga escala, adoção de lógicas mais competentes de regulação/controle da classe-que-vive-do-trabalho, desregulamentação trabalhista e previdenciária, indução de novas tecnologias e abertura de **novos mercados**.

O mesmo sistema ideológico que justifica [este] processo (...), ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade a única crise que os responsáveis desejam afastar é crise financeira e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real - econômica, social, política, moral - que caracteriza nosso tempo (SANTOS, 2011, p. 36).

Consolidados tais imperativos, o mercado financeiro passou a ser um termômetro imprescindível em relação às medidas adotadas pelo Estado. Hoje, atender a pauta do mercado não parece ser algo do qual os agentes políticos na disputa pelo poder podem abrir mão. Aliás, no Brasil, sobretudo em processos eletivos essa tem sido uma fórmula comum em que nem mesmo legendas partidárias com programas políticos – aparentemente – “socializantes” puderam rejeitar (BASTOS, 2017).

Veja, por exemplo, o Lula, candidato pelo PT nas eleições de 2002 se dirigindo à nação por meio da “Carta ao povo brasileiro”⁴⁸ para acalmar as forças conservativas sobre as intenções do “barbudão” (VALENTE, 2017). Ou Casagrande em seu discurso de posse em frente ao Palácio Anchieta em 2011, refazendo publicamente o compromisso do governo com a pauta de equilíbrio financeiro e fiscal como base de sustentação dos avanços na prestação dos serviços públicos (A GAZETA, 2011). Em ambos os casos, o plano de curso é o mesmo. O que o sistema precisa é apenas de um **operador qualificado** (SÉCULO DIÁRIO, 2014).

Por outro lado, se na Europa, depois da segunda grande guerra, a refreada do Keynesianismo se fez sentir pela adoção ostensiva de políticas neoliberais e pela transformação do Estado provedor em um de tipo regulador - ao que Ball chama de Pós-Estado da providência -, do lado de cá: ao Sul global (SANTOS, 2011), tão rápidas quanto intensas, essas tendências imiscuíram-se em produzir **complexas** ambiguidades frente à dinâmica latino-americana.

Talvez, o primeiro passo na direção de uma agenda de desenvolvimento a partir da ampliação do neoliberalismo na América Latina tenha sido dado efetivamente com o Consenso de Washington em 1989. Convocada pelo *Institute for International Economics*, a organização envolveu instituições, agências e economistas neoliberais, além de pensadores e alguns administradores latino-americanos (LAGO, 2013).

Devemos, no entanto, esclarecer que a complexidade da qual mencionamos anteriormente não se refere a qualquer mal-estar frente à agenda do encontro, tampouco à rejeição de seu “receituário” às políticas de desenvolvimento no hemisfério Sul porque, em verdade, os “formuladores latino-americanos da política adotaram com entusiasmo (...) a privatização, a desregulamentação e a liberalização do comércio” (LAGO, 2013, p. 02) como

⁴⁸ Uma análise interessante sobre os deslocamentos ideológicos e discursivos do PT e de Lula durante o período em que esteve à frente da Presidência da República pode ser acessada no texto “raízes sociais e ideológicas do lulismo” escrito por André Singer, um dos mais ilustres articuladores ideológicos do partido à época. O texto soma-se a outros trabalhos do mesmo autor como “Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador”.

programa à modernização das economias nacionais. Em seu lugar, consideramos as particularidades locais e regionais que vão de encontro ao mito da aldeia global. Destacamos a herança do colonialismo e da escravidão, dos entraves na construção dos Estados-nação no pós-independência, da delicada atmosfera política de países como o Brasil após longos e sombrios períodos ditatoriais, a ausência de cidadania plena nas democracias situadas abaixo da linha do equador etc. É em meio a tais escombros que a América Latina buscou empreender um “modelo de desenvolvimento” que lhe inserisse no *hall* desta “sedutora” narrativa desenvolvimentista.

Alinhamo-nos com Santos (2011, p. 17-21) ao contrapor o fenômeno da globalização na forma em que se apresenta, ou seja, como fábula ou perversidade, a uma perspectiva que amplie nossas possibilidades de humanização. Estritamente, o autor escancara a vertigem de aldeia global que equipara o alcance de progresso material, acúmulo técnico e científico, desenvolvimento econômico e democratização do espaço a quase como um “estado positivo” ou destino global patrocinado pela “façanha” da expansão dos mercados e do consumo, e, ao fazer isso, extrai o “globalitarismo” subjacente à matriz discursiva que a estrutura. Neste ponto, um *link* interessante é estabelecido com Ball (2014, p. 24) quando o mesmo discute sua tese sobre redes políticas e o imaginário liberal. Para ele o fenômeno da globalização

como experienciado ao longo dos últimos trinta anos ou mais tem sido globalização neoliberal (...). Temos visto um novo individualismo, com indivíduos agora sendo responsáveis pelo seu próprio “autocapitalizar” (...). Menos foco tem sido dado ao bem comum e às preocupações da proteção social, e o mercado tem sido valorizado sobre o Estado, com mercado reforçado ou envolvimento do setor privado nos trabalhos do Estado (*apud* LINGARD, 2009, p. 18).

Na mira desse discurso ziguezagueam pobres, mulheres, negros(as), indígenas, homossexuais, professores (as), trabalhadores (as) do campo, operários (as), comunidades tradicionais, estudantes e outros(as); expremidos(as) por uma interpretação globalitária de estabilidade social e progresso civilizatório. No entanto, Apple (1989, p. 20) argumenta que

à medida que um modo de produção esforça-se por reproduzir as condições de sua própria existência, “ele” cria antagonismos e contradições em outras esferas. [Assim, ao passo em que estes] grupos de pessoas [se entrincheiravam na luta] em torno de questões de gênero, raça e classe em cada uma dessas esferas, o processo social interno, incluindo a “economia”, [foi sendo] também afetado. As lutas e o terreno sobre o qual elas são produzidas [foram] remodelados.

Em 2017, o Ministro Mendonça Filho condutor da reforma do ensino médio no governo Temer veio ao estado capixaba para conhecer o programa Escola Viva e, na ocasião, disse: **“defendo que projetos como este combatem a evasão, otimizam recursos e competências. Estou maravilhado com o que vi no Espírito Santo”** (ES EM AÇÃO, 2017, p. 09). A virtualidade desse discurso é reveladora do desprezo pela educação pública. Por mais que tente, os termos que maneja não conseguem mascarar a canalhice de suas reais intenções, mas o perigo reside não propriamente no que enuncia e sim no que conforma, ou seja, num projeto de sociedade do controle sob a égide do mercado, estável e hierarquizada. Aliás, é nisso que se respalda, numa racionalidade que se apropria da escola pública e do currículo como o lugar para uma economia de conhecimentos.

De acordo com Macedo (2017, p. 26-27),

o currículo que economiza a vida opera no futuro. Ele é um plano de futuro, produzido com o passado. O conjunto de sentidos selecionados de uma cultura partilhada – de um passado, portanto – é o recheio de um projeto de futuro. Um tal currículo é dependente da reificação da cultura, de que ela seja vista como um repertório de sentidos que podem ser selecionados. Só que esta suposição não se sustenta se passado e futuro forem ligados, assim, de uma forma tão funcional.

Essa instrumentalização do passado como recurso a um futurismo compulsivo não se trata de um projeto civilizatório que tem por base uma educação humanista, mas sim de um utilitarismo à acumulação capitalista no Sul nos termos do Norte (SANTOS, 2009) (LAVAL, 2019). Essa lógica só poderá ser completamente dimensionada num enquadramento em que profundas transformações têm alterado o sentido atribuído ao papel desempenhado pelo currículo, pela escola, pelo(a) gestor(a) escolar, pelo(a) educador(a) e, sobretudo, pelo(a) educando(a) no seio da educação neoliberal.

Além disso, o fato de o programa ter sido endossado pelo coautor do golpe civil-parlamentarista-midiático de 2016 não surpreende, aliás, desnuda a horizontalidade da agenda desenvolvimentista impulsionada pelo MDB. Talvez o que possa causar “alguma estranheza” é que o mesmo governador que se mostrou tão profundamente tocado pelos problemas da educação capixaba na ocasião do evento, também foi o que editou os **Decretos Nº 3.755/15 e 3.933/16** determinando, respectivamente, a contenção dos gastos públicos e a qualificação dos gastos do executivo estadual que afetaram os investimentos nas políticas de melhoria da educação (LEAL; LIMA, 2021, p. 187).

Noticiado como a “política de terra arrasada na educação⁴⁹” (SÉCULO DIÁRIO, 2018), desde então, a SEDU fechou suas portas por tempo indeterminado para novos cursos na educação profissional, trabalhadores da educação foram demitidos, turmas e turnos extintos, vagas no EJA desaparecem e 70 escolas no estado foram fechadas (PETERLE, 2016). Em decorrência da ausência de diálogo e de participação social na política de governabilidade do governo Paulo Hartug, professores(as), pais, estudantes e integrantes de movimentos sociais como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União da Juventude Comunista (UJC) tomaram a avenida em frente à SEDU em protesto ao fechamento das unidades de ensino.

Entre aquelas, os decretos afetaram drasticamente 28 comunidades rurais que viram suas unidades de ensino ser substituídas pelo programa de educação integral (SÉCULO DIÁRIO, 2018), impactando diretamente sobre a dinâmica da vida no campo que se refere à relação trabalho/educação. Para Swami Cordeiro Bergamo, representante do movimento em defesa da educação pública em Santa Maria de Jetibá, localizada a 89 km de Vitória,

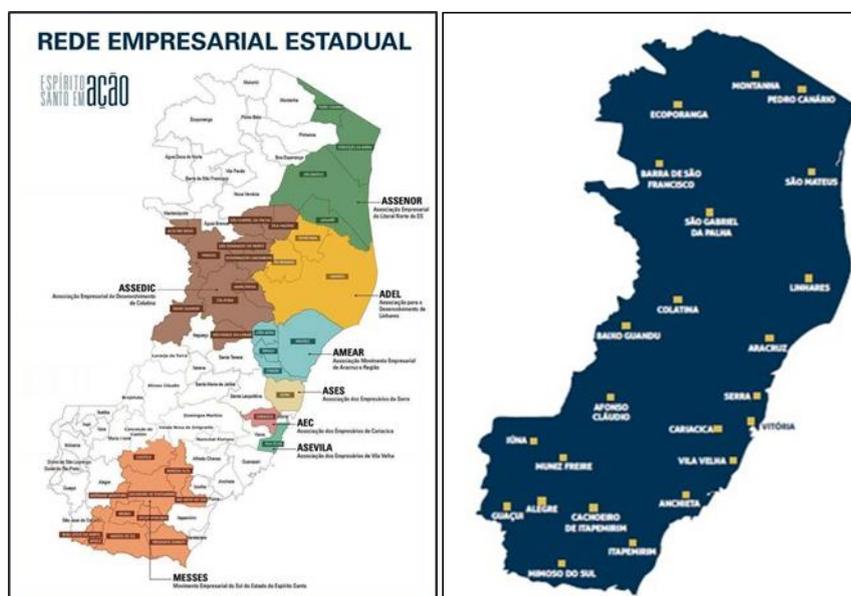
os adolescentes trabalham para ajudar a família. O que está acontecendo é que vários estudantes estão abandonando os estudos. A maioria pela dificuldade de chegar na escola ou pelo cansaço de terem que conciliar trabalho e estudo. Eles tinham o ensino médio mais perto do campo. Tudo isso foi eliminado para justificar o projeto de *marketing* do governo que é o Escola Viva (SINDIBANCÁRIOS ES, 2018).

Esses episódios nos oferecem várias chaves de leitura. Para além do fato de que a reorganização educacional empreendida pelo Estado atuou em função do novo ensino médio, essa estratégia pode ter forçado a migração de milhares de estudantes das escolas de tempo parcial para as unidades de ensino integral situadas em núcleos urbanos de parque adensamento populacional, criando uma espécie de “efeito satélite”. Quando cruzamos a distribuição das unidades de ensino integral no território capixaba com as áreas de influências das associações empresarias formentadas pela ES em Ação conseguimos desnudar *in totum* o papel utilitarista que Pedro Canário e a escola Manoel Duarte da Cunha desempenham - do ponto em que se encontram na cartografia da economia política neoliberal -, frente as perspectivas

⁴⁹ A tática foi utilizada por russos, napoleônicos e nazistas como estratégia de contenção do avanço de tropas inimigas em território nacional. “A manobra consistia basicamente em destruir tudo que pudesse ser utilizado a favor de um inimigo quando a tropa fugitiva estivesse em retirada”. Ao fim e ao cabo, tornou uma linguagem para caracterizar ou fazer referência a “contradições” na tomada de decisões sobre políticas públicas e outras ações de um governo. Ver UOL. **Terra arrasada:** quando desistir é a melhor opção. Disponível em https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/terra-arrasada-quando-desistir-e-melhor-opcao.phtml?utm_source=site&utm_medium=txt&utm_campaign=copypaste. Acesso em 03 de julho de 23.

desenvolvimentistas e civilizatórias inerente a ideiação de sociedade do amanhã.

FIGURA 06 - DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO INTEGRAL EM RELAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS (2020)



FONTE: ES em Ação e SEDU.

Outra leitura estaria ligada a redução pontual e/ou redirecionamento da intervenção/regulação do Estado em relação à contenção de despesas. Este comportamento em muito se aproxima ao que Santos (2009, p. 33-41) analisa como uma retomada do paradigma “apropriação/violência⁵⁰”, melhor dizendo, uma reação pós-colonial às novas relações de poder traçadas a partir do redesenho das linhas abissais que governam a dinâmica das sociedades capitalistas modernas. Desta feita, isso poderia indicar um “sinal verde” para o mercado e para iniciativa privada ou a tentativa do governo de evitar a redução dos investimentos do setor (*Crowding out*), visando o cumprimento dos compromissos de campanha assumidos com as forças conservativas estaduais. Ao fim e ao cabo, se a educação no Espírito Santo abriu portas e janelas de oportunidades para os (as) jovens, não foi somente para esses (as) que elas se abriram (ES EM AÇÃO, 2017, p. 03).

⁵⁰ Santos (2009) reestabelece os parâmetros de interação geopolítico e culturais do colonialismo como forma de compreensão do processo de globalização que se apresenta na contemporaneidade. Desta feita, ao paço em que as categorias regulação/emaciapação e apropriação/violência são confrontadas a partir daquele enquadramento, o autor captura o regime de (in)visibilidade e as lógicas de poder impressas nos novos dispositivos de controle restridibuídos dentro e fora das sociedades metropolitanas e coloniais moldadas da antiga demarcação Norte/Sul – Velho/Novo Mundo ao que denomina de pensamento abissal. Em sentido estrito a nossa investigação, entendemos que essa redefinição do pensamento (abissal) compreende não somente as métricas geopolíticas e econômicas, mas avança também para uma metabolização pós-moderna da modernidade em que os sujeitos, os corpos e as identidades são distinguidos, organizados e validados. Ou seja, quais vidas importam e quais não; qual conhecimento é estimado e qual não; para quem a educação deve ser “propositiva” e para quem não deve. Ou, quando o “Estado se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados” (p. 36).

Fisher (2020, p. 28) nos provoca a pensar a maneira como nos inserimos nessa utopia neoliberal, para ele “recuperar uma agência política efetiva significa, em primeiro lugar, aceitar, no *nível do desejo*, a nossa participação no impiedoso moedor de carne do capital”. Cada vez mais as engrenagens de individualização obstaculizam e entorpecem nossa percepção sobre onde e como nos situamos na relação tempo-lugar-sujeito-sociedade. Entre outros sintomas, quando não nos impulsiona à infertilidade criativa ou à sensação exaustiva e solitária de “remar contra maré”, projeta em nós - e elevando-se sobre o “nós” - o desprezo às formas de luta coletiva, o imobilismo frustrado, apático e irresponsável e um niilismo distópico.

Em seu conjunto isso pode indicar que o globalitarismo tenha de fato cumprido seu papel, ou seja, que o fetichismo hedônico pela maximização de prazer através do lucro, da exploração de uns pelos outros e da celebração da individualidade tenha forjado uma realidade onde as possibilidades existentes de luta contra-hegemônica estejam esgotadas, metabolizadas pelo capital ou tenham sido terrivelmente levadas ao ridículo, quando na verdade os dispositivos de reprodução capitalismo apenas se tornaram muito eficientes em naturalizá-los (FISHER, 2020) (SANTOS, 2011).

Via de regra podemos afirmar que, desde a instauração da Nova República em 1985, exceto pontualmente - ainda assim, mais no nível do discurso do que no âmbito da política de governabilidade -, não se viu florescer no solo da política espiritosantense nenhum projeto político de orientação plenamente progressista (PESSINE, 2013). Proporcionalmente, o território da educação estadual esteve sensível a isso. Alternadas as reformas e consolidadas as políticas neoliberais o saldo foi a ausência de autonomia dos profissionais da educação, a centralização unilateral das decisões e a precarização do trabalho em sala de aula. “A escola, que tinha como centro de gravidade não só o valor profissional, mas também o valor social, cultural e político do saber (...), hoje é orientada, pelas reformas em curso, para os propósitos de competitividade prevalentes na economia globalizada” (LAVAL, 2019, p. 18).

Impressiona que qualquer discurso que não conclame os valores de uma educação calcada no metacognitivismo, no empreendedorismo e no capital humano seja encarado como uma batalha quixotesca contra moinhos de vento. Essa era a atmosfera nas reuniões de construção pedagógica do centro de educação Manoel Duarte da Cunha. Ali, saltava nas feições dos profissionais da educação a desesperança e o aniquilamento de sua energia potencial. Em São Mateus diziam: “**sofre não! Faz seu trabalho, pega seu dinheiro e vá embora**”. Ora, como reagir as frações do “autoritarismo bizarro” (GIROUX; FIGUEIREDO,

2022) que desalentam os(as) trabalhadores(as) da educação e agem na sua “desmassificação” (BROWN, 2019); precarizam as condições do trabalho educativo; e dessublimam o processo educativo.

Frente aos constantes ataques a social-democracia, parece razoável considerar que, para o Brasil, se algum dia o modelo proveu as expectativas quanto a dias melhores, hoje, seu atavismo dá mostras de irreversível fracasso e incompatibilidade. O que está em jogo é o caminho que tomaremos a partir daqui, melhor dizendo, a reedificação de um processo civilizatório verdadeira e prioritariamente popular. Do contrário, seria ainda plausível sustentar o equacionamento conciliatório da democracia ao capitalismo? (VALENTE, 2017). Talvez precisemos reanimar a ideia segundo a qual, “o capitalismo é um sistema intrinsecamente antidemocrático” (LÖWY, 2016, p. 67). Oportunamente, a respeito do que postulou o economista Friedrich Hayek sobre o neoliberalismo e seu impacto nas democracias de bem-estar na esteira do pós-guerra, Brown (2019, p. 39) esclarece que

o ataque neoliberal ao social, (...) é fundamental para gerar uma *cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constrói e legitima *formas antidemocráticas de poder estatal desde cima*. A sinergia entre os dois aprofunda: uma sociedade cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais e mais disposta a autorizar um estado crescentemente antidemocrático. À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo (...), a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente (...), ruptura e até mesmo destruição social (...).

Em primeiro lugar, a autora deixa claro a completa aversão de Hayek aos princípios do Estado provedor em qualquer medida. Ou seja, no nível em que essas relações se estabelecem, o ponto central de sua análise orbita em torno do que ela nomeia como “desmantelamento do Estado social” e “depreciação da política”. No entanto, a questão primordial aqui, afora o perigo real que sombreia as estruturas democráticas como demonstra o trecho anterior, reside no risco que se poderia incorrer creditando ao modelo socialdemocrata qualquer forma de essencialismo ideológico. Ao criar certas condições para a justiça social o modelo não é menos nocivo ou mais democrático, absolutamente, as tecnologias do exercício da autoridade e os mecanismos de controle tomadas em outra forma não negam o sistema que as mantêm.

Em segundo lugar, embora a preocupação com a possibilidade de um caminho alternativo não seja uma questão importante para Fisher (2020), assim como não o é para Brown (2019), é notório na análise que o autor faz da conjuntura de infestação neoliberal

manuseando o conceito de realismo capitalista que as condições para sua superação encontram-se em sua própria genética. Para Fisher (2020, p. 34) “uma posição ideológica nunca é realmente bem-sucedida até ser naturalizada, e não poder ser naturalizada enquanto ainda for pensada como valor, e não como um fato”. Dessa forma, é preciso subverter os parâmetros da lógica como ela se apresenta e, acrescento, no âmbito educacional, isso não se dará sem um “programa político que fale com a agenda de prioridade do povo” (GIROUX; FIGUEIREDO, 2022) ou, melhor dizendo, uma radicalização democrática popular.

4.2. Políticas públicas de gêneros e sexualidades e a contraofensiva neoconservadora

“Nunca se teve tanto, mas o que se tem é praticamente nada”. Essa frase foi dita pelo professor e pesquisador Luiz Melo num contexto sociopolítico brasileiro em que passos importantes, porém ainda tímidos, foram dados rumo à consolidação da cidadania da população LGBTQIAPN+. A frase aparece grafada no “Manual de Comunicação LGBTI+: substitua preconceito por informação correta”; produzido em parceria com instituições de amparo à comunidade e fomento à políticas afirmativas, o manual foi publicado em 2018 pelas ONGs GayLatino e Aliança Nacional LGBTI e tinha como objetivo estabelecer um diálogo com a sociedade civil através dos meios de comunicação de massa sobre o que, à época, o movimento considerava também ser uma pedra fundamental na luta contra a discriminação e o preconceito: o acesso a informação. No entanto, para nós, essa estratégia imprime o comprometimento com um projeto mais ambicioso do que aparenta. Caro ao movimento LGBTQIAPN+ e central à discussão que buscamos tecer nesta seção, nas entrelinhas desse guia, viceja a força de um movimento social que encontrou na necessidade de se reiventarem a energia vital para ampliar sua capacidade de interlocução e reedificar os parâmetros em que se produziam as diferenças sexuais e de gênero no imaginário nacional e capixaba (FERRARI, 2003).

À medida que a história da luta pela cidadania LGBTQIAPN+ é recapitulada na expressão como um processo inconcluso, Luiz Melo reposiciona sob um novo viés o protagonismo do movimento no campo político brasileiro; marcado, como se sabe, por relações de poder desiguais e intensa disputa. Enquanto organização de forças sociais, Bragança e Maria (2020, p. 35) defende-o como “detentor de fisionomia própria, que vai se modificar em decorrência da sua localização, de seus fundadores e daqueles que serão representados por ele”. Assim, compreendemos que não há como analisar os entricheiramentos em torno das políticas afirmativas de gêneros e sexualidades no Espírito

Santo sem que antes delimitemos o enquadramento em que tais políticas vêm se estabelecendo.

Uma breve historicização da relação entre a “norma” e as “identidades transgressoras” no Espírito Santo se faz pertinente (LOURO, 2003). Tomamos esse parâmetro como um convite e/ou pretexto para escrutinarmos os recônditos das relações de poder que se (re)dimensionam nessa interação. Só assim poderemos colocar em perspectiva a tomada de fôlego do conservadorismo no estado, as batalhas pela representação em torno da ordem estabelecida e a função que determinados imaginários sobre gêneros e sexualidades vêm cumprindo em relação ao desejo das elites capixabas por um projeto civilizatório que se sublimasse não apenas em progresso material, mas também numa “nova consciência coletiva”, e nem por isso menos individualista, ancorada na educação (MISKOLCI, 2013) (LEMOS; MACEDO, 2019). E por falar em transgressão, comecemos pelo carnaval.

O verso “Ô, abre alas, que eu quero passar” entonado nas marchinhas pelas ruas e avenidas do Brasil afora traduz perfeitamente a atmosfera de euforia e apoteótica liberdade dos festejos carnavalescos. Antes de se apresentar ao mundo como a poderosa indústria que se tornou, o carnaval brasileiro já era um espaço para provisoriedade das possibilidades do ser, da TRANSgressão das fronteiras sexuais, do transbordamento dos corpos e das dissidências de gêneros tanto para *queers* quanto para cisheteronormativos (MACRAE, 2018). Os bailes, “as escolas de samba e seus ensaios foram, por muito tempo, um refúgio para gays, travestis e transformistas” (BRAGANÇA; MARIA, 2020, p. 84). Em Vitória, capital do Espírito Santo, eles se constituíram como importantes espaços de sociabilidade e empoderamento, não somente pela confratação com a plasticidade dos regimes de visibilidade que imprimiam tolerância social e aceitação (MISKOLCI, 2015), mas também por permitir a afirmação das identidades, autoestima e o fortalecimento dos laços de solidariedade.

Na verdade, segundo Bragança e Maria (2020, p. 83), os primeiros vestígios documentais sobre a “viadagem” na cena pública capixaba datam de 1920. Seja à procura de entretenimento, prostituição ou furtivas parcerias “sexoafetivas”, a homossexualidade masculina, por exemplo, ganhou notoriedade na cena urbana em Serra e na Praia de Camburiu, em Vitória. “Pelos idos dos anos 1930 um professor chamado Irênio escandalizou Vitória com suas chinelas de salto alto com pompons, seu requebrado e sua postura [efeminada]”. Aos poucos o jeito celebrativo, irreverente e carismático que transbordava dos corpos *queers* foi se materializando em mecanismos micropolíticos de tensionamento das relações sociais alí constituídas (JUNQUEIRA; *et al*, 2020). Ainda que, por vezes,

metabolizadas pela norma em dispositivos discursivos de controle, dubiamente, o “exótico” e o “EXcêntrico” foi um lugar de disputa na batalha pela representação que, ora pendia para superação de posições sociais guetizadas, ora para confirmação do regime de visibilidade que adaptava as relações de poder a novos padrões de aceitabilidade.

[No âmbito das questões dos gêneros e sexualidades], regime de visibilidade é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos [sociais] (...), enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio da vigilância moral, da coibição de sua expressão pública (...). Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável (MISKOLCI, 2015, p. 62).

A própria dinâmica dos eventos históricos no decorrer do século XX no Brasil e no mundo foi forçando de maneira excêntrica e concêntrica as fronteiras do pensável em relação à população LGBTQIAPN+ no Espírito Santo. Tanto aqui como no resto do Brasil não havia ainda uma separação marcada entre espaço por identidades de gêneros e sexualidades. Cada vez mais tranformistas, lésbicas, homossexuais e transexuais compartilhavam a cena pública nas grandes cidades capixabas e isso os (as) possibilitou edificar um imaginário social positivo de enfrentamento ao preconceito. Na boate São Sebastião, na Serra, travestis se apresentavam em shows e eventos; na boate Canoa Velha, na cidade de Vilha Velha, tranformistas faziam musicais e outras performances artísticas; faziam aniversário, casamento, eventos em empresas, feiras no interior do estado e eventos para as elites locais. Inclusive, em plena ditadura militar, tranformistas fizeram um gradioso show no laçamento do loteamento da Ilha do Boi, hoje um dos bairros mais elitizados de Vitória (BRAGANÇA; MARIA, 2020, p. 85, 86, 88).

Nesse contexto, as performances de grupos como o “Secos e Molhados” e *Dzi Croquettes*; o visual psicodélico dos integrantes do movimento Tropicália; a contracultura e o movimento *hippie* sacudiram a cultura capixaba e as percepções sociais. “A crescente visibilidade das práticas homossexuais, a descoberta desse novo público pelos setores comerciais, o surgimento de uma moderna subcultura gay” (FERRARI, 2003, p. 350) e a atuação organizada de “coletivos de reflexão” e enfrentamento, no conjunto dessas transformações, contribuíram para elaboração de “novas formas de representação do homossexual na sociedade” (MACRAE, 2018, p. 33-34).

Isso mudou drasticamente quando a epidemia do HIV/Aids chegou às terras capixabas em meados dos anos 1980. “A homossexualidade e todas as variações de gêneros não normativos passaram a ser ainda mais hostilizadas, indo encontrar espaço nos seus próprios guetos. Foi a partir daí que os espaços se tornaram legitimamente LGBT” (BRAGANÇA; MARIA, 2020, p. 91). A Imprensa gay e os coletivos arrefeceram ou foram encerrados; grupos de reflexão como o Triângulo Rosa redirecionaram o foco para uma pauta de enfrentamento e prevenção à doença; o comportamento vacilante do Estado, seja pela letargia na implementação de políticas sanitárias e preventivas, seja pelo reforço negativo em campanhas publicitárias foi um duro golpe ao movimento; e, por fim, a perseguição policial através de batidas e prisões arbitrárias intensificou a violência homofóbica no estado. Havíamos nos tornado uma “peste gay” que precisava ser erradicada (MACRAE, 2018).

Claramente, o movimento LGBTQIAPN+ estava perdendo a batalha pela enunciação de si. Essa disputa foi gradativamente sendo assaltada pelas forças conservativas através de discursos médicos, jurídicos e, sobretudo, religiosos que conclamavam a expurgação social desses indivíduos com base em representações judaico-cristãs escatológicas como o “mito de Sodoma e Gomorra⁵¹” (ROCHA, 2019).

A respeito das “interdições” sobre o sexo envolvendo a pastoral católica, Foucault (1988, p. 24, 27, 29) argumenta que

discursos específicos, diferentes tanto pela forma quanto, quanto pelo objeto - não cessaram de proliferar (...) a partir do século XVIII. (...) [Uma] multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder.

Consideremos a evolução da pastoral católica e do sacramento da confissão, depois do Concílio de Trento.

A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra. (...) Maneiras de torná-[lo] moralmente aceitável e tecnicamente útil.

(...) No final das contas, também a pastoral cristã procurava produzir efeitos específicos sobre o desejo (...): efeitos de domínio e desinteresse (...), mas também efeitos de reconversão espiritual (...). Constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo (...) susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria

⁵¹ Entre as cidades do Vale do Sidim, o destaque conferido a Sodoma e Gomorra muito se deve aos relatos de tradição judaico-cristã encontrados em seus respectivos livros sagrados. Segundo tais relatos, as cidades teriam sido destruídas em função da decadência ético-moral de sua população. Embora não seja a única “transgressão” da lei moral apontada no texto bíblico, frequentemente a homossexualidade é pinçada da narrativa pelas forças conservativas no campo político para significar certas liberdades democráticas alcançadas por LGBTQIAPN+ como nocivas a ordem social vigente. Elevado a um sentido de “afetação coletiva”, o mito se reproduz e ganha legitimidade ao se justificar na tradução da continuidade do “percurso civilizatório universal” a partir da perpetuação da cishetronormatividade compulsório e do modelo patriarcal (Rocha, 2019).

economia.

Essa técnica talvez tivesse ficado ligada ao destino da espiritualidade cristã ou à economia dos prazeres individuais, se não tivesse sido apoiada e relançada por outros mecanismos. Essencialmente, por um “interesse público”.

Por seu turno, a vontade de saber-poder erigida em torno de questões relativas ao sexo, seja em perspectiva secular ou eclesiástica, esboça uma preocupação tão cara para nós hodiernos quanto era para os contemporâneos da sociedade burguesa que se delineava nos contornos do liberalismo clássico e da industrialização: a dialética indivíduo-sociedade. Mais precisamente, referimo-nos as ansiedades provenientes da tentativa de construção de um *ethos* social em que certa ideia de civilização imiscui-se numa economia política dos corpos e numa lexicografia ético-moral das performances de gêneros e sexualidades (MISKOLCI, 2013).

Nos “séculos da razão”, o “interesse público” pelo tema fez emergir uma “multiplicação de discursos” visando admoestar os indivíduos a cultivarem hábitos e comportamentos corretos e sadios na alcova, no espaço doméstico, no mundo do trabalho e na vida pública (FOUCAULT, 1988). “Um longo trabalho coletivo de socialização do biológico” e “biologização do social” se conjugou para proteger a família e os princípios de virilidade e feminilidade que estruturavam a “divisão de trabalho sexual” e a “divisão sexual do trabalho”, e, por extensão, toda a “ordem das coisas” e sua representação (BOURDIEU, 2011, p. 9, 17, 20, 33).

Não raro, ao mesmo tempo em que as projeções civilizatórias enculcavam padrões de civilidade e cidadania assentados em perspectivas positivistas de modernidade, progresso material e desenvolvimento, também, concorriam para corrigir as “perversões” que poderiam colocá-las em risco. Assim, variadas formas de disciplinamento dos corpos e regulação das práticas sexuais e performances de gêneros se contrapunham às “práticas de lesbianismo”, bestialidade, masturbação, “afeminação” masculina, frigidez feminina, sodomia etc. Comportamentos que se creiam potencialmente nocivos ao futuro civilizatório da nação (MISKOLCI, 2013) (D’INCAO, 2011).

Em estudo recente Junqueira (*et al*, 2020) chamou a atenção para amplitude com que esses discursos têm se atualizado e dispersado; sua capacidade de coaduação e mutação; a diversidade de atores, instituições e áreas do saber que têm conseguido aglutinar; e, sobretudo, a astúcia com a qual as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s) de massa disponíveis têm sido manuseadas para consolidar aquela mentalidade numa

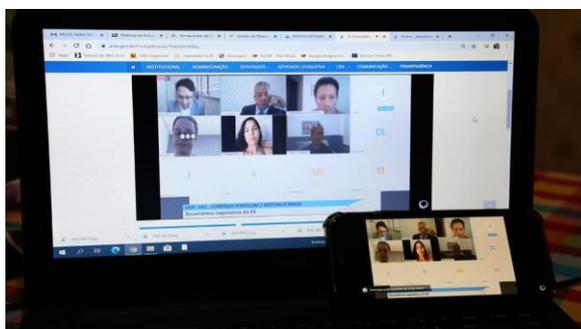
plataforma político-ideológica que, ainda segundo o autor, avança no Brasil, nutrindo-se, especialmente, em “nível micropolítico” de “pânicos morais” relacionados a estruturas democráticas sensíveis como o direito a educação. Miskolci (2013, p. 24) situa a ideia de pânico moral como uma “reação coletiva a supostas ameaças a uma imagem idealizada que uma sociedade tem de si mesma”.

No transcorrer do século XXI, sem dúvida, uma das versões atualizadas dessa reação têm sido o mito da “ideologia de gênero⁵²” elaborado nos termos da geopolítica do saber-poder do Norte e traduzidas a partir das forças conservativas capixabas. Aqui, tanto a agenda das políticas educacionais quanto o currículo passaram a ocupar uma posição utilitarista e estratégica central na retórica reacionária.

FIGURA 07 - VOTAÇÃO NA ALES DO PROJETO QUE PROIBE A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO ESTADUAL (2019)



FIGURA 08 - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) ONLINE É MONTADA PARA INVESTIGAR PROFESSOR POR DENÚNCIA DE “DOCTRINAÇÃO” (2020)



FONTE: ÁLES digital.

⁵² “É relevante salientar que o termo gênero surgiu no ambiente acadêmico estadunidense nos anos 1970 como forma de indicar a diferença entre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Logo, gênero passou a ser denunciado, no ambiente católico conservador americano, como uma ameaça e subversão dos arranjos familiares convencionais. A percepção dessa suposta ameaça se potencializou e chamou a atenção da Santa Sé, sobretudo a partir das conferências internacionais sobre população e desenvolvimento no Cairo em 1994, e sobre as mulheres, em Pequim, em 1995. Ambas as conferências apresentavam a questão da igualdade de gênero como questão preponderante a ser considerada (...). [A partir disso,] a Igreja Católica formalizou, explicitamente, o inimigo a ser combatido, o qual, no Brasil, recebeu o nome de *ideologia de gênero* (...). Não se trata de um termo que conste nos marcos legais brasileiros, ou mesmo no repertório dos movimentos LGBT e feministas, na literatura das Ciências Humanas e Sociais ou nos estudos de gênero e feministas” (SANTOS, 2021, p. 372).

Pontilhado suas linhas, por fim, contemplamos a simetria do desenho que governa parte importante da ofensiva neoconservadora. A superfície na qual se edificam algumas de suas sublimações e, no qual, também, se conecta umbilicalmente, por assim dizer, à racionalidade neoliberal: a “preocupação comunitarista” com a “liberdade individual”. Vejamos a análise que Brown (2019, p. 118-133) faz a respeito dessa concepção liberal Hayekiana:

o mercado e a moral, igualmente importantes para uma civilização próspera, estão enraizados em uma ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição.

Essa antologia apresenta compatibilidade perfeita entre (e em meio à) disciplina e liberdade, herança e inovação, evolução e estabilidade, autoridade e independência.

A liberdade, mais do que limitada pela tradição moral, é em parte constituída por ela (...). A tradição equipare-se à ontologia dos mercados (...). [Segundo Hayek,] essas qualidades do desenvolvimento espontâneo e não intencional tanto previnem a tradição de colidir com a nossa liberdade, quanto favorecem sua capacidade de desenvolvimento e adaptação ordeira às condições em mutação (...). **É o meio pelo qual a tradição e a liberdade repelem seus inimigos - o político e o social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista.**

À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e “familiarizada” de outro (...), estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão (...) [grifos nossos].

Recapitulada em senso estrito do liberalismo clássico, a ideia de liberdade é pinçada pelo projeto político reacionário capixaba como salvaguarda de uma utopia civilizatória em que padrões de sociabilidade, disciplinamento individual e princípios de mercado evoluam espontaneamente sem a intromissão estatal. Contra o furor democratizante da democracia representativa, a liberdade passa a ser um meio e um fim em si mesma. Pelas liberdades individuais - inclinadas sobre perspectivas igualitaristas, justiceiras, socializantes, pluralistas, reparacionistas e laicizantes - é lícito aferrar contra parede a política, o Estado e certo neoliberalismo multiculturalista (APPLE, 2001) (BROWN, 2019).

De outro modo, tomado o indivíduo a partir de uma dimensão orgânica de sociedade, para as forças conservativas, a permissividade e tolerância com relação aos avanços das políticas democratizantes e da agenda de gêneros e sexualidades à promoção da diversidade, significaria pactuar com a decadência moral e a engenharia social que ameaça a reprodução da ordem ampliada de matriz cisheteronormativa que sustenta o projeto civilizatório reacionário. Sob esse prisma, visões escatológicas são reanimadas no imaginário neoconservador e mobilizam sentimentos de “preconceitos, ódio, medo e outras afetações”. Enredados, “o

apelo à produção e à disseminação de notícias falsas, escandalísticas e caluniosas” lastreia o pânico moral numa guerra justa político-discursiva que tem como estandarte o sintagma “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA; *et al*, 2020, p. 04).

Dispositivos discursivos de controle como este, entendemos, exerceram (e exercem) no campo político capixaba um contraponto ideológico importante à construção de políticas afirmativas que visem à valorização da diferença e de uma sociedade plural (SANTOS, 2021).

TABELA 03 - MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO (ALES) ENTRE OS ANOS DE 2007 A 2023 REFERENTE DA 16ª A 19ª LEGISLATURA

PAULO HARTUNG (PMDB)		RENATO CASAGRANDE (PSB)		PAULO HARTUNG (MDB)		RENATO CASAGRANDE (PSB)	
PART.	16ª Legislatura/ 2007 a 2011	PART.	17ª Legislatura/ 2011 a 2015	PART.	18ª Legislatura/ 2015 a 2019	PART.	19ª Legislatura/ 2019 a 2023
PMDB	Doutor Hércules	DEM	Atayde Armani	PRB	Amaro Neto	PTB	Adilson Espindula
PR	Dr. Rafael Favatto	S/P.	Aparecida Denadai	PSB	Bruno Lamas	PL	Alexandre Xambinho ⁵³
PDT	Euclério Sampaio	PT	Claudio Vereza	PDT	Da Vitória	PSB	Bruno Lamas
PSB	Freitas	S/P.	Cacau Lorenzoni	PSB	Dary Pagung	Patriot a	Capitão Assunção ⁵⁴
PT	Givaldo Vieira	PDT	Da Vitória	MDB	Doutor Hércules	Avante	Carlos Von
PMN	Janete de Sá	Republ icanos	Dary Pagung	PEN	Dr. Rafael Favatto	PSL	Coronel Alexandre Quintino
PMDB	Luis Carlos Moreira	PMDB	Doutor Hércules	PTC	Eliana Dadalto	PSB	Dary Pagung
PSB	Paulo Foletto	DEM	Élcio Alvares	PSD	Enivaldo dos Anjos	PSL	Delegado Danilo Bahiense
PSC	Reginaldo Almeida	S/P.	Euclério Sampaio	Republ icanos	Erick Musso	MDB	Doutor Hércules
DEM	Robson Vaillant	PSB	Freitas	PSDC	Euclério Sampaio	PSDB	Dr. Emílio Mameri
DEM	Teodorico Ferraço	PT	Genivaldo Lievori	PSB	Freitas	Patriot a	Dr. Rafael Favatto
PR	Vandinho Leite	PV	Gildevan Fernandes	PTB	Gildevan Fernandes	MDB	Engenheiro José Esmeraldo
PDT	Aparecida Denadai	PR	Ginilson Lopes	PR	Gilzinho Lopes	Republ icanos	Erick Musso
DEM	Atayde Armani	PR	Glauber Coelho	Republ icanos	Hudson Leal	PSB	Freitas
PP	Cacau Lorenzoni	Republ icanos	Henrique Vargas	PMN	Janete Sá	Cidada nia	Gandini
PSDB	Cesar Colnago	S/P.	Jamir Malini	MDB	Luzia Toledo	Republ icanos	Hudson Leal
PT	Claudio Vereza	S/P.	Janete de Sá	Podem os	Marcelo Santos	PT	Iriy Lopes
PDT	Da Vitória	PTB	José Carlos Elias	REDE	Marcos Bruno	PMN	Janete de Sá
DEM	Elsio Alvares	PR	Engenheiro José Esmeraldo	PT	Nunes	PV	Luciano Machado
PEN	Freitas	PT	Lúcia Dornellas	PT	Pr. Honório	PDT	Luiz Durão
DEM	Giuliano do Anjos	DEM	Luciano Pereira	PSDB	Pr. Marcos Mansur	Podem os	Marcelo Santos
PMDB	Luzia Toledo	PPS	Luciano Resende	PSD	Raquel Lessa	PV	Marcos Garcia
PDT	Marcelo Coelho	PDT	Luiz Durão	PROS	Sandro Locutor	Patriot a	Marcos Madureira
PMDB	Marcelo Santos	PMDB	Luzia Toledo	PSDB	Sergio Majeski	PSDB	Pr. Marcos Mansur
PMDB	Sergio Borges	PDT	Marcelo Coelho	DEM	Theodorico Ferraço	Pros sistas	Raquel Lessa
PDT	Wanildo Samágli	PMDB	Marcelo Santos	DEPUTADOS TITULARES QUE NÃO ENCERRARAM O			Ranzo Vasconcelos

⁵³ Marcados em **laranja** seguem os Deputados que votaram pela continuidade da tramitação do projeto 10/2019 sobre “ideologia de gênero”.

⁵⁴ Marcados em **azul** destacam-se os deputados que endossaram a CPI contra “doutrinação” e votaram pela continuidade do projeto sobre “ideologia de gênero”.

				MANDATO			
PDT	Volmar Compostri	S/P.	Pr. Marcos Mansur	Republ icanos	Almir Vieira	PSB	Sergio Majeski
DEPUTADOS TITULARES QUE NÃO ENCERRARAM O MANDATO		PP	Nilton Baiano	PP	Cacau Lorenzoni	DEM	Teodorico Ferraço
PT	Carlos Casteglione	S/P.	Paulo Roberto	DEM	Edson Magalhães	PSL	Torino Marques
Repub licanos	Eliou Vargas	PT	Roberto Carlos	MDB	Guerino Zanon	PSDB	Vandinho Leite
PMDB	Guerino Zanon	DEM	Rodney Miranda	PDT	Rodrigo Coelho	DEPUTADOS TITULARES QUE NÃO ENCERRARAM O MANDATO	
PMN	Jardel dos Santos	PSB	Rodrigo Chamoun	DEPUTADOS SUPLENTE PARTICIPANTES DA LEGISLATURA		Republ icanos	Delegado Lorenzo
PSB	Luciano Pereira	S/P.	Rodrigo Coelho	PRB	Cláudia Lemos	PSD	Enivaldo dos Anjos
DEPUTADOS SUPLENTE PARTICIPANTES DA LEGISLATURA		PV	Sandro Locutor	MDB	Engenheiro José Esmeraldo	PSDC	Euclério Sampaio
Repub licanos	Dary Pagung	PMDB	Solange Lube	PSD	Esmael de Almeida		
PMN	Paulo Roberto	DEM	Theodorico Ferraço	PP	Jamir Malini		
PSB	Rodrigo Chamoun	PTB	Wanildo Samágli	PDT	Luiz Durão		
PSDB	Rudinho de Souza	S/P.	Vandinho leite				
PSB	Sargento Valter						

FONTE: Produzido pelo autor a partir de consulta ao portal ALES digital.

Contra as “mamadeiras de piroca” distribuídas em creches, o “kit gay” nos currículos, o uso de “linguagem neutra” nas salas de aula, a “precipitação sexual de crianças e adolescentes nos livros didáticos”⁵⁵, os “banheiros unissex” nas escolas públicas e outras tantas frações da “propaganda gay” e da “teoria de gênero” é justo guerreá-los. Desta feita, uma devassa é perpetrada em interposição à medidas que visassem fomentar práticas educativas e debates sobre orientação sexual e cuidados com o corpo, direitos humanos e reprodutivos, gravidez e paternidade na adolescência, LGBTfobia e discursos de ódio, equidade de gênero, diversidade na escola e outras questões.

Em 2019 foi colocado em votação na ALES o **Projeto de Lei (PL) 10/2019** que, entre outras providências, pretendia proibir “a ideologia de gênero no sistema educacional do Estado” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2019). Segundo o texto da matéria,

Art. 2º - não é permitido ao poder público envolver-e no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, direcionar ou desviar o natural desenvolvimento de sua personalidade, em hamonia com a respectiva identidade biológica do sexo.

⁵⁵ Ver em anexo reportagem sobre o projeto aprovado na Câmara Legislativa de Vitória que estabelece a abstinência sexual como política de controle sexual e “contracepção a gravidez na adolescência”.

§ 2º Aos alunos da rede pública estadual de ensino serão permitidos o questionamento e análise crítica, mas nunca serão sujeitos involuntários ou inconscientes da doutrinação ideológica do gênero.

Art. 3º - Não será permitido o uso de "material impróprio ou inadequado para crianças e para adolescentes" (...) (ALES DIGITAL, 2019).

A discussão foi acompanhada pela sociedade civil: de um lado “cartazes em defesa da família e contra a doutrinação”, de outro, manifestantes impunham faixas com os dizeres “não a lei da mordaza” (ASSEMBLEIA LEGISTIVA ES, 2019). Entre protestos a favor e contra o projeto, discursos inflamados, provocações e acusações entre parlamentares na galeria da ALES o parecer foi arquivado em plenário numa votação apertada de 13 a 11.

No contexto da pandemia e da educação remota adotada, um professor de Artes do centro de ensino estadual Prefeito José Maria Miguel Feu Rosa, localizado na Serra, região metropolitana do estado, foi acusado de doutrinação por ter enviado via aplicativo um material de estudo contendo uma charge no qual dizia “pro Brasil vencer o corona, primeiro vai ter que vencer outro vírus tão mortal: o bolsonaro” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ES, 2020). Uma Comissão Parlamenar de Inquérito (CPI) foi instaurada na ALES para investigar o caso com a presença de alguns parlamentares, representantes da SEDU e a denunciante, mãe de uma das estudantes “lesadas”. Assim, brandindo contra doutrinação nas escolas e reclamando para si o direito de seus (as) filhos (as) receberem uma educação restritiva aos valores tradicionais comunitários em face dos saberes seculares, o movimento neoconservador, performatiza para si mesmo o princípio da liberdade preconizado tanto na Constituição quanto na LDBEN/96 para sustentar suas pretensões fundamentalistas (SILVA; *et al*, 2020).

Deste modo, contrariando o que busca justificar, o lema “meus filhos, minhas regras”⁵⁶, no afã da defesa do “espaço sagrado/privado” sobre a esfera pública, age, na verdade, na corrosão das estruturas da educação multiculturalista e, portanto, expropriando dos estudantes e da escola pública a garantia do direito a experiências e saberes educacionais que prezem pela pluralidade de ideias, pela criticidade e pelo respeito às diferenças (JUNQUEIRA; *et al*, 2020, p. 6-8) (SANTOS, 2021). Em Ecoporanga, durante uma exposição dos trabalhos de

⁵⁶ “Na América Latina, essa tônica é registrada sob slogans (...) ‘Con mis hijos no te metas’ e ‘Mis hijos, mi decision’. Entoado pelos partidários do movimento reacionário brasileiro ‘Escola Sem Partido’, fundado em 2004, o mote ‘Meus filhos, minhas regras’ repisa o familismo e o privatismo da ofensiva, além de parodiar e inverter o lema ‘meu corpo, minhas regras’ (bandeira feminista em favor da autonomia e dos direitos individuais das mulheres) para preconizar a submissão absoluta das crianças e seus pais” (JUNQUEIRA; *et al*, 2020, p. 8).

estudantes sobre a “Consciência Negra e Diversidade”⁵⁷, fomos surpreendidos pela reação de colegas e pais que protestaram contra o evento alegando “superexposição” e “incentivo ao homossexualismo”. Em 2017, após algumas reuniões do coletivo de discussão de gêneros e sexualidades “Metaformose”, realizado na escola Manoel Duarte, a mãe de uma estudante veio questionar se a atividade era obrigatória porque não queria que a filha participasse do grupo. Por fim, no início do ano letivo de 2022, um pai condicionou a matrícula de seu filho na escola à visitação de todos os espaços educacionais para verificar se havia alguma “material impróprio” ou “inadequado”. “Com as famílias espremidas sob a pressão de um capitalismo que exige que ambos os pais trabalhem por dinheiro, os (as) professores [e as escolas, sobretudo, integrais] estão sendo cada vez mais” responsáveis pelo processo de socialização de crianças e adolescentes: assumindo posição central, por vezes, na proposição de “protocolos de conduta mais básicos” e “provendo apoio emocional e pastoral” (FISHER, 2020, p. 49).

Quando não estão hipnotizados pelas “tecnologias de controle” ou, melhor dizendo, sob a compulsão dos algoritmos “de consumo e desenvolvimento contínuo” (FISHER, 2020, p. 45), muitos (as) de nossos (as) estudantes só conseguem ter tempo-familiar-significativo em feriados e finais de semana⁵⁸.

Logo, não surpreende que a defesa da primazia da família na educação dos filhos seja baseada em ataques e tentativas de deslegitimar os currículos escolares (...) e redes de ensino em nome de um suposto “direito a uma escola não ideológica” e de uma “escola sem gênero”, “sem doutrinação” ou “sem partido” (...). O empenho para colonizar a esfera pública é uma constante dos movimentos antigênero (...), que alegam agir em “defesa das crianças”, da “inocência da infância”, do “direito das crianças a uma família com um pai e uma mãe” e do “direito [exclusivo] dos pais a educar seus filhos” (JUNQUEIRA; *et al*, 2020, p. 7-8).

O apelo a esses imaginários tem sido uma constante no campo político capixaba. A propósito, assim como outros apologéticos do movimento neoconservador capixaba, o ex-

⁵⁷ Veja na seção Anexos alguns registros da exposição.

⁵⁸ Nos idos de 2019 a 2020 algo semelhante foi verificado em minha pesquisa para especialização realizada sobre o contexto em que estava inserida a instituição de ensino Américo Silves, na comunidade Vila Nova, periferia de São Mateus - ES. As entrevistas realizadas e a análise dos registros a partir de pesquisa-ação nos apontou que havia uma compreensão segundo a qual os problemas na escola e na comunidade estavam associados, entre outras coisas, a “desestruturação familiar” e à ausência de tempo-familiar-significativo oferecido às crianças e adolescentes. Diagnosticou-se, inclusive, que essa compreensão reforçava os laços de solidariedade/dependência entre a comunidade, a escola e as Igrejas Católicas e Evangélicas em torno, assim como legitimava tais instituições como suporte pastoral, socioemocional e/ou amparo social (DIAS; SANTOS, 2020).

Deputado Estadual Magno Malta (PL) ganhou proeminência local e nacional manuseando esses discursos. Malta se candidatou à vaga no Senado pelo Espírito Santo por 04 vezes, durante sua escalada política presidiu a Comissão da Pedofilia e a CPI sobre o narcotráfico (SENADO FEDERAL, 2023). Em seu segundo mandato no Senado foi relator da **Sugestão Legislativa Nº 15/2014** que pretendia regular no Sistema Único de Saúde (SUS) a interrupção voluntária da gestação nos 03 primeiros meses de gravidez (SENADO NOTÍCIAS, 2018). Em 2007, em seu discurso contra a aprovação do **PL 122/2006** que criminalizava a homofobia, teceu comentários absurdos comparando “opção sexual” à bestialidade, necrofilia e pedofilia. Em suas palavras, “estamos instituindo uma ditadura homossexual no Brasil (...). Se aprovarmos esse texto (...), dizendo que não podemos discriminar a opção sexual, estaremos legalizando a pedofilia” (SENADO FEDERAL, 2007).

Essa, na verdade, tem sido uma das principais estratégias do movimento neoconservador e de suas lideranças congêneres para ampliar o raio social de interlocução e se infiltrar na institucionalidade do Estado: pautar de maneira sensacionalista a agenda democrática e de direitos humanos alardeando pânico morais. Apesar dessa difusão, na ALES, sobretudo nas últimas legislaturas, o movimento dessas lideranças tem se conduzido por uma dinâmica própria, aglutinando-se a partir da queda de braço entre as forças políticas locais e/ou de acordo com a relevância da pauta política para suas respectivas bases sociais.

FIGURA 09 – INTERAÇÕES ENTRE ENTIDADES RELIGIOSAS E A ARENA POLÍTICA ESTADUAL



FONTE: Assembleia Legislativa ES.

O “empreendimento de eleger pastores a cargos políticos” é uma característica da Nova República que se intensificou nas últimas décadas (SILVA *et al*, 2020, p. 105). Aliás, a análise de Carneiro (2013, p. 16-17) sobre a interação entre instituições religiosas pentecostais e a

arena política no Espírito Santo entre 2002 e 2010 mostrou que, na Assembleia de Deus, por exemplo, a montagem de quadros de liderança personalistas e carismáticos, quase sempre legitimados por “atribuição divina”, tem fornecido o capital político necessário para que a instituição ganhe visibilidade, hegemonize seus representantes no campo político e com eles suas demandas.

As racionalidades ultraliberais econômicas e hiperconservadora moral também podem operar de forma simbiótica na produção de sujeitos relativamente indiferentes à transparência governamental, às liberdades civis e à igualdade entre cidadãos. Sem que isso seja uma especificidade, defensores da família revelam-se indulgentes com aliados flagrados em escândalos de corrupção política, econômica ou sexuais. E não é incomum que “defensores da vida” se entrincheirem pelo acirramento da legislação penal e do vigilantismo (JUNQUEIRA; *et al*, 2020, p. 6-7).

Decididamente, não é incomum que “exímios cidadãos de bem” na vida pública demonstrem uma “humildade cristã seletiva” ou sejam revelados em discursos e comportamentos “pouco republicanos”. O projeto civilizatório reacionário, moral e economicamente orientado pela austeridade ontológica tradicional, tem produzido algumas combinações interessantes entre as representações legislativas do Espírito Santo no Congresso Nacional (MISKOLCI, 2013) (BROWN, 2019).

Novamente, Magno Malta é um bom exemplo nesse caso. Em 2016 votou pelo Espírito Santo a favor do golpe contra presidenta Dilma Rousseff e também pelo **PL 6787/2016** da Reforma Trabalhista. Outros como Lelo Coimbra (MDB), Paulo Foletto (PSB) e Marcus Vicente Vicente (PP) seguiram o mesmo caminho. O cruzamento de dados nos permitiu verificar outras combinações: votaram pela aprovação da **Lei 13.415/2017** que instituiu o Novo Ensino Médio e também pelo golpe os congressistas capixabas Carlos Manato (SD), Max Filho (PSDB) e Dr. Jorge Silva (PHS). Pelo Projeto de Emenda Constitucional (**PEC 6/2019**) da Reforma Previdenciária e pela reforma trabalhista votaram a favor a Senadora Rose de Freitas (MDB) e a Deputada Federal Norma Ayub (DEM). Tal comportamento político mostra um genuíno comprometimento com a mesma agenda de modernização ultraconservadora quem vem obstaculizando no Espírito Santo e no Brasil o avanço das políticas públicas em direitos humanos e para promoção da diversidade.

De maneira geral, o reavivamento na batalha pela representação da população LGBTQIAPN+ e de suas pautas para além da questão da política antiAids foi se estabelecendo de maneira mais efetiva a partir do anos 2000 (FERRARI, 2003). É certo que a

desproporcional reação das forças conservativas em todo o Brasil, como vimos anteriormente, se deve também a evolução, em contrapelo, a garantia legal desta cidadania. Com certeza isso muito diz sobre a guinada à judicialização dos direitos da população LGBTQIAPN+ no país. As decisões tomadas no Supremo Tribunal Federal (STF) pela “aprovação do casamento civil igualitário, de legislação específica para adoção de crianças por casais homoafetivos, da criminalização da Homofobia”, entre outras, são bons exemplos da contradição que envolve aquele processo. E, além disso, o surgimento de “políticas sociais como o Programa Brasil sem Homofobia” e a construção de espaços democráticos deliberativos como conselhos e “conferências municipais, territoriais e nacionais” induziram um importante debate sobre políticas para ampliação desses direitos (SILVA *et al*, 2020, p. 104).

Também no Espírito Santo a pauta sobre as questões dos gêneros, sexualidades e direitos humanos tem avançado significativamente tanto para o movimento LGBTQIAPN+ quanto para o de mulheres. Vejamos algumas medidas adotadas:

TABELA 04 – LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+ E DE MULHERES NO ESPÍRITO SANTO

DATA	POLÍTICAS E AÇÕES
2004	- LEI Nº 7762 reestrutura e moderniza o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo (CEDIMES);
2008	- Criação da I Conferência Estadual LGBT do Estado do Espírito Santo;
2011	- Criação do Pacto Estadual para o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres ES; - Realização da II Conferência Estadual LGBT do Estado do Espírito Santo; - Realização da III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres;
2013-14	- Criação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos; - Implementação do Programa Estadual de Direitos Humanos;
2015	- Criação da P (SUBPM), responsável pela gestão das políticas públicas para mulheres no âmbito estadual; - Realização da III Conferência Estadual LGBT do Estado do Espírito Santo;
2016-17	- Criação da Quizena de Combate a LGBTfobia; - Criação da Secretária de Estado de Direitos Humanos;
2019	- Oficialização do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM/ES); - Decreto Nº 4385-R/2019 cria a Gerência de Políticas de Diversidade Sexual e Gênero (GEPLGBT); - Realização da IV Conferência Estadual LGBT do Estado do Espírito Santo;
2020	- Criação da Instrução de Serviço Nº 230, 26/05/2020 do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo institui e regulamenta os parâmetros e procedimentos para o atendimento para população LGBTI+ em situação de privação ou restrição de liberdade; - Criação da Portaria Nº 128-R, 03/07/2020 da Secretária de Estado da Saúde dispõe sobre o uso de nome social da pessoa Travesti ou Transexual nos serviços públicos e contratualizados da rede de saúde do Estado do Espírito Santo;
2021	- Criação da Portaria Nº 413-R, 25/05/2021 da Secretária de estado da Justiça institui e regulamenta os parâmetros e procedimentos para o atendimento para população LGBTI+ em situação de privação ou restrição de liberdade no âmbito das Unidades Prisionais; - Criação da Portaria Nº 011-R, 21/01/2021 da Secretária de Estado da Saúde cria a Câmara Técnica da Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras identidades de gênero e Sexualidade (LGBTI+) no estado do Espírito Santo (ES) para organização da Rede de Atenção a Saúde (RAS); - Criação do Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e à Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBTI+; - Elaboração da Lei Nº 11.405, 21/09/2021 que dispõe sobre restrições, normas, requisitos e critérios para doação de sangue; - Realização do I Congresso de Diversidade de Gênero do Espírito Santo;
2022	- Criação do Núcleo de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (Núcleo Margaridas).

FONTE: Produzido pelo autor a partir de consulta a sites institucionais ligados ao governo do Estado.

Alcançamos os compromissos de campanha assumidos por Paulo Hartung e Renato Casagrande em seus respectivos programas de governo para os pleitos subsequentes de 2014 e 2018⁵⁹. Embora não tenha sido possível encontrar todos os documentos que se referem a nossa delimitação temporal, podemos dizer que, nos que tivemos acesso, verificamos algumas singularidades e complementariedades interessantes no que compete a “pauta da diversidade” no Espírito Santo. No quesito Gestão a compreensão é a mesma, “o Estado é um ente fundamental para promoção do desenvolvimento econômico e social. No entanto, o caminho a descentralização é uma tendência consolidada” (PMDB/ES, 2014, p. 14).

Essa convergência se repete no tópico Direitos Humanos, Cidadania e/ou Assistência Social. Paulo Hartung chega a qualificá-lo no texto como “uma tarefa inescapável à agenda civilizatória”. Aos menos formalmente há o reconhecimento de que as proposições feitas a esse respeito devem girar em torno da importância do Estado na prestação de serviços públicos básicos de qualidade e com eficiência, contudo, regulada à política de gestão por resultados e metas. Sem a qual, diga-se de passagem, não será possível gerar o “capital social e humano” de alta performance. Nesse contexto, a família passa a ocupar o núcleo central dos investimentos e as responsabilidades são distribuídas entre os “parceiros de políticas públicas” a partir de órgãos públicos especializados⁶⁰ (PMDB/ES, 2014, p. 23-24).

A ideia de família⁶¹ presente em ambos os documentos é bastante genérica, mas quando filtramos os debates sobre políticas públicas presentes nos textos pelo conceito de “regime de visibilidade” proposto por Miskolci (2015) e ao qual historicamente são submetidos a população LGBTQIAPN+ - sobretudo quando se trata do reconhecimento da existência desses indivíduos -, notamos que essa prática é bem mais recorrente no programa de governo de PH. Sem dar maiores esclarecimentos ou avançar no detalhamento sobre o direcionamento das políticas à esta população “a questão das minorias”, como é enunciado, aparece apenas duas

⁵⁹ Antes de mais nada é importante salientar que são momentos históricos diferentes e, desta forma, cada Programa de Governo vai buscar no seu tempo corresponder razoavelmente as demandas que se apresentam no campo político ao passo em que os candidatos reavivam a batalha por representação dos interesses em jogo. Um bom exemplo disso são os títulos escolhidos para encabeçar os documentos. Para PH a tradução desses interesses seria algo como “Conexões para o Futuro: a retomada do desenvolvimento”, já para Casagrande seria “É Hora de Voltar de Crescer”.

⁶⁰ O documento enfatiza a importância da atuação das outras instâncias do poder público na promoção e execução de políticas tal como os municípios e os centros de referência a eles conectados, destaque para o Centro de Referência a Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS).

⁶¹ “Em julgamento ao Recurso Extraordinário nº 846.102/2015, o Supremo Tribunal Federal, tendo como relatora a Ministra Cármen Lúcia, define que a união entre casais homoafetivos pode ser definida como família nos termos da Constituição Brasileira, nos seguintes termos: ‘A Constituição Federal não faz a menor diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente ao rés dos fatos. Como também não distingue entre a família que se forma por sujeitos heteroafetivos e a que se constitui por pessoas de inclinação homoafetiva’” (REIS, 2018, p. 54).

vezes no texto final.

Evidentemente, os momentos de disputa político-eleitorais são sempre cheios de tensões na tentativa de produzir “consensos públicos”, por isso presumimos que boa parte dos avanços legais e dos direitos conquistados por LGBTQIAPN+ nos governos de PH tenham sido realizados a revelia destes acordos e tecidos posteriormente: no decorrer das disputas pelos interesses em jogo em seus mandatos. Daí, portanto, a reformulação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)⁶², a convocação para a III Conferência Estadual LGBT do Estado do Espírito Santo, a criação do Conselho Estadual para Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CELGBT) e outros.

Na Educação vemos algumas singularidades e avanços mais “audazes”⁶³ sobre a pauta da diversidade. Em relação ao seu “adversário político”, o programa de governo de Renato Casagrande menciona expressamente o termo LGBT no texto e reconhece a homofobia não somente como uma questão de segurança pública, mas também de educação. Entre as propostas para pasta, novamente, ao menos no plano formal, o documento visa “criar políticas educacionais que garantam o enfrentamento da homofobia, machismo e racismo e todos os tipos de preconceitos dentro das escolas”. Notoriamente, alguns documentos têm mostrado um esforço muito grande de Casagrande para se incrustar no imaginário social como um símbolo popular “propositor do diálogo”⁶⁴ e defensor de um “Espírito Santo mais igual” (PSB/ES, 2018, p. 01, 12) (A GAZETA,). A isso e ao alinhamento de seu governo às políticas adotadas pelo PT atribuímos a aprovação da **Resolução CEE Nº 2.735/2011**, com isso a SEDU foi um dos primeiros territórios de educação do Brasil a aprovar e estabelecer os parâmetros para a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares das escolas do sistema estadual de ensino (SEDU, 2011) (BRASIL, 2018).

Em 2021 veio a público o I Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e à Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBTI+ do Espírito Santo para os anos de 2022-26. Apesar de sua importância histórica e de simbolizar um avanço na compressão do

⁶² A estrutura organizacional da SEDH foi alterada por meio do **Decreto nº 4012-R**, de 02 de setembro de 2016, e, em seguida, pelos **decretos 4195-R**, de 29 de dezembro de 2017, e **4244-R**, de 09 de maio de 2018. Pontuamos, respectivamente, a ausência de subestruturas organizacionais expressamente voltadas para as questões dos gêneros, sexualidades e promoção da diversidade; a Coordenação de políticas para Diversidade Sexual e de Gênero passa a compor a secretaria; embora ainda não apareça na representação gráfica do SEDH; e, por fim, O CELGBT passa compor o SEDH como órgão colegiado ligado diretamente a secretaria.

⁶³ Através do Governo Federal e em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), foi oferecido na modalidade de Educação a Distância (EaD) o programa de formação em Gênero e Diversidade da Escola (GDE) para profissionais da educação da rede estadual e municipal. O curso funcionou de 2011 a 2012 e, posteriormente, de 2013^a 2014. Ver a análise que Silva (2017) faz sobre o movimento das professoras da educação básica capixaba em face das políticas adotadas sobre gênero para educação.

⁶⁴ Ver na seção **Anexos**.

Estado de que:

a educação é uma área estratégica para superação da LGBTfobia e de todas as formas de violência motivadas pela intolerância à diversidade sexual e à identidade de gênero. [E de que] cabe ao poder público preocupar-se em fazer com que as políticas públicas educacionais cheguem a toda a população de forma igualitária [para que, em face] do atual contexto de crescimento dos episódios de violência cometidos contra a população LGBTI+, [haja] a ampliação dos debates sobre o respeito à diversidade (...) nas instituições educativas e na sociedade (SEDH, 2021, p. 23).

Efetivamente, em relação à seção que integra as diretrizes e ações do plano para educação, as políticas elecandas tem caminhado à passos muito curtos. No Manoel Duarte da Cunha as tentativas do projeto neoliberal multiculturalista de pautarem uma educação para diversidade e oportunizar debates formativos nesse sentido têm se dado de forma descontinuada, gerencialista e superficialmente tosca. Isso é o que se pode dizer, por exemplo, a respeito da diretriz que visa “promover a permanência de crianças e adolescentes LGBTI+ nas escolas das redes estadual e municipal através de uma cultura de paz, não discriminação e anti-bullying” (SEDH, 2021, p. 31). A bem da verdade, o currículo integral pensado doravante as noções de metacognição, habilidades socioemocionais e interdimensionalidade traduz parte das ambiguidades em que as relações entre o “diferente” e o “não-diferente” são “processadas” e dadas a ver na praxis pedagógica da escola Manuel Duarte (SILVA, 2007).

4.3. Entre o azul turquesa e o azul anil: indivíduos empreendedores(as) devem ter gênero e sexualidade?

Tanto agora como antes nada me pareceu mais simbólico. Vou descrever a cena: num dia letivo comum desci ao pátio da escola para fazer meu planejamento. Aleatoriamente sentei numa das mesas que dava para o palco onde geralmente acontecem as apresentações em alguns eventos. Ao fundo do palco ficava uma enorme placa retangular de alumínio, nela constava o brasão do estado à direita, a logomarca do modelo “Escola Viva” à esquerda e, ao centro, um garoto negro e uma garota branca⁶⁵ uniformizados. Na cena, ambos estão de

⁶⁵ Reconhecemos a necessidade da abordagem étnico-racial no debate sobre o processo de curricularização da escola Manoel Duarte da Cunha, no entanto, em observância aos limites do recorte temático e à execução dos objetivos traçados nesta investigação, optamos por não operar com esse debate. Contudo, atualmente, a Prof^a. Aperecida Dias Terras Gomes, mestranda pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), vem desenvolvendo uma pesquisa interessante que pode contribuir para preencher essa lacuna a respeito do tema. Entre os objetivos, a pesquisadora propõe o uso metodológico de Tertúlia Literária e novos arcabouços teóricos para discutir a repercussão do ensino de “literatura negro-brasileira” de Conceição Evaristo e Paulina Chiziane

mochila nas costas, porém, enquanto a garota carrega abraçada a si alguns cadernos e livros, o garoto aparece a seu lado de braços cruzados.

A cena se completa com sorrisos vibrantes de igual proporção ao tom azul turquesa que os envolvia. Esse foi o símbolo cultivado no imaginário da sociedade e de estudantes pedrocanarenses durante a vigência do programa Escola Viva na unidade de ensino CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha. Por quase 06 anos essa placa nos lembrou da “grande revolução” – diziam alguns – empreendida na educação capixaba (TC ONLINE, 2018). Enquanto planejo, vejo a certa distância dois rapazes, um deles meu ex-aluno, assentarem sobre essa imagem uma película com os símbolos do novo modelo de “Escola Integral” adotado pelo atual governo do estado. E assim, cuidadosamente, à medida que a espátula fazia seu percurso aplainando e aderindo a película à placa em todas as direções, um novo letreiro em azul anil foi encobrendo o azul turquesa vibrante. “As revoluções trazem sempre despesas⁶⁶” (ASSIS, 2011, p. 107), não é?! Agora éramos apenas “Escola Integral”. E o que isso significa? Ora, como bem escreveu Lampedusa: “tudo deve mudar para que tudo fique como está⁶⁷”.

Na primeira vez que fui a São Mateus, cidade satélite de Pedro Canário, uma das coisas que me chamou a atenção foi a existência de um totem em uma das pistas laterais da BR 101 que dá acesso à entrada da cidade. O artefato em mármore trazia talhado em alto relevo e lado a lado as figuras do nativo indígena, do europeu e a do africano. Em parte, como um indicativo do espelhamento – na conformação do projeto civilizatório mesorregional – dos princípios de pacifismo, equidade e espírito gregário da diferença contidos na narrativa epopeica de democracia racial, consideramos. Mas, também, como alusão ao desejo de atribuir sentido as relações sociais ali vigentes, mesmo que sob escombros de velhos arquetípicos discursivos. Interessante ver como certas estruturas imaginativas se alternam e são reiventadas no *devir* do tempo; sua durabilidade como dispositivos disciplinares e a força que

na construção das identidades juvenis negras, incentivando-as a pesquisar, debater, trocar ideias e argumentar acerca de suas próprias identidades.

⁶⁶ Clássica cena do Cap. “Tabuleta Nova” no romance machadiano “Esaú e Jacó” (2001). Na trama, ambientada na transição do regime monárquico para o republicano, Machado combina verossimilhança, astúcia e crítica sutil na reconstituição de algumas percepções sobre nossa cultura política brasileira.

⁶⁷ Nessa célebre frase do romance II *O gattopardo* (“O leopardo”, 2007), Giuseppe Tomasi di Lampedusa retrata a decadência da nobreza italiana no séc. XIX que, ao se ver espremida pelos ares da revolução francesa ecoando na península, busca urgentemente se adequar hibridizando velhas práticas e novos valores. A iminência da República produz uma noção de sobrevivência segunda a qual abraçar o novo regime significaria controlar seus efeitos. A certa altura o personagem Tancredi diz: “Se nós não estivermos presentes [na revolução], eles aprontam a Re-pública. Se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude. Fui claro?”. Ver <https://www.revistabula.com/552-algo-deve-mudar-para-que-tudo-continue-como-esta/>. Acesso em 27 de abril de 2022.

ainda são capazes de infligir sobre nossos corpos e subjetividades (PINSKY, 2021) (MISKOLCI, 2013).

FIGURA 10 - SUBJETIVAÇÃO DO “CURRÍCULO PARA O SÉC. XXI”



FONTE: Nuvem de conceitos organizada pelo autor com base no memorial.

Particularmente, o exercício de rememoração na escrita do primeiro capítulo colocou-me defronte a sensação de ter experimentado apenas algumas frações de uma educação genuinamente humanística, seja quando fui estudante no interior da Bahia ou agora como “educador” na escola Manoel Duarte. Tentei recuar no tempo para pensar outra realidade do sistema público de educação na minha formação que não fosse essa, mirada em resultados e numa concepção metrificada da vida, e vejo agora que ela está em mim tão profundamente que mal posso negá-la (in)conscientemente⁶⁸. Notá-la hoje agudizada no território da educação capixaba, e, portanto, no processo de curricularização do Manoel Duarte da Cunha, nos dá uma ideia de sua capacidade de infiltração e dos efeitos de verdade que mobiliza à produção de imaginários sobre “significantes vazios” como a melhoria da qualidade da educação e seu papel na construção da “sociedade do amanhã” (MENDONÇA, 2007) (DELORS, 2012).

O currículo é um conceito amplo e inclui praticamente tudo o que se faz na escola. Significa caminho, percurso, viagem, processo. **Currículo é espaço de conhecimentos e de relações.** A escola é essencialmente um conjunto de relações sociais e humanas. **Como o currículo faz referência a um certo território, ele é também espaço de conflitos, implica decisões, opções e relações de poder.** Discutir o currículo é discutir o projeto educacional, a escola que temos e a escola que queremos. Tudo o que se passa na escola tem a ver com o currículo [grifos nosso] (GADOTTI, 2008, p. 71).

⁶⁸ Os conceitos que aparecem acima seguem grafados em negrito no *Capítulo I*.

Sustentamos a hipótese segunda a qual as ansiedades geradas por essa compreensão de currículo vêm legitimando o furor hegemônico neoliberal progressista e neoconservador pela melhoria da qualidade da educação a partir da tentativa de reprogramação dos territórios de educação e do processo de ensino-aprendizagem às lógicas de metrificação e burocratização⁶⁹. Mantida a “demanada burguesa de educação para todos” e a ideia de “*curriculum* acompanhada do adjetivo *vitae*”, ou seja, o sujeito como portabilidade para habilidades e competências necessárias a execução de um projeto de vida, o que se tensiona é o entendimento de que o “portão da escola” já não pode e não deve ser um filtro para experiências antes lidas como inválidas ou inadequadas ao processo educacional. Ora, e ainda há quem proclame “aqui não é o lugar para isso”? (MACEDO, 2017, p. 18).

Sabemos que há uma divergência pontual nessa questão entre os procésseres do neoliberalismo multiculturalista e os neoconservadores, sobretudo no que tange às questões dos gêneros e sexualidades, no entanto, é flagrante na política educacional heimonizada no território da educação capixaba uma certa “indole homogenizadora” agindo para metabolizar “o quanto possível” as proposições educacionais conflitivas em que se alicerçam seus respectivos imaginários sobre o processo civilizatório estadual (MCLAREN, 1997) (MISKOLCI, 2013). Essa ramificação genealógica do neoliberalismo escolar tem se esboçado em Pedro Canário tanto como um capital institucional que movimenta a concorrência entre as escolas públicas locais e um estímulo à implementação de novas métricas gerenciais e práticas pedagógicas que ajudem as instituições a baterem sua metas, quanto como resposta às exigências globalitárias em relação ao que se espera dos estudantes egressos da rede pública de ensino estadual no horizonte do séc. XXI (MACEDO; SILVA, 2022).

As transformações da organização do trabalho, em parte reais e em parte idealizadas no discurso oficial, explicam em grande medida o tipo de mutação escolar que as forças econômicas e políticas dominantes exigem. **A referência ideal da escola passou a ser o “trabalhador flexível” (...)**. O empregador não espera mais do assalariado uma obediência passiva a instruções precisas: ele quer que o assalariado utilize as novas tecnologias, compeenda melhor o sistema de produção ou comercialização no qual sua função está inserida, deseja que ele seja capaz de enfrentar as incertezas e

⁶⁹ Recentemente foi definida uma reunião com representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (SINDIUPES), da SEDU e da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) para se discutir questões relacionadas às condições de trabalho da categoria do magistério estadual. Entre os tópicos da pauta de reivindicação divulgados consta a questão do “excesso de atividades burocráticas” (SINDIUPES, 2023).

demonstre liberdade, iniciativa e autonomia. **Em resumo, o empregador quer que, em vez de obedecer cegamente às ordens superiores, o assalariado seja capaz de discernir e analisar para impor a si mesmo uma conduta eficiente (...).** A autonomia que se espera do assalariado, **que consiste em ele se dar ordens e se autodisciplinar, não acontece sem um certo saber** [grifos nosso] (LAVAL, 2019, p. 39-40).

Saber este que não se encerra na destreza com que se manuseia as habilidades e competências derivativas do *logos*, aliás, lugar-comum para algumas teóricas liberais que associam o fracasso escolar à vigência do modelo “analítico-instrumental” (COSTA, 2008). Assim, como defendeu Delors (2011, p. 11), para se fazer cumprir o potencial da educação “à humanidade na sua construção dos ideais de paz, da liberdade e da justiça social”, as sociedades precisariam repactuar com as vicissitudes do conhecimento em que, na iminência daquelas transformações reais ou imaginadas, o **aprender a fazer**, o **aprender a conhecer**, o **aprender a conviver** e o **aprender a ser** possam assegurar as possibilidades de “desenvolvimento sustentável”. Em última análise, “para conhecer a si mesmo e o mundo natural e humano em que está imerso, o homem não pode valer-se apenas do conhecimento racional, da razão e do *logos*”, precisa recobrar às possibilidades ontológicas do ser que devem envolver o “saber-fazer” no espaço educativo na emergência do século XXI; “abrir-se a outras formas de conhecimento: ao *phatos*, ao *eros* e ao *mythos*” (p. 02).

Um dos princípios centrais da pedagogia crítica feminista é a insistência em não ativar a cisão entre mente e corpo. [Os] Estudos da Mulher [...] sempre reconheceram a legitimidade de uma pedagogia que ousa subverter a cisão entre mente e corpo e nos permite estar presentes por inteiro (...).

Para compreender o lugar de Eros e do erótico em sala de aula, temos de deixar de entender essas forças somente em termos sexuais, [...] a potência erótica não se [limita] ao poder sexual, mas [inclui] a força motriz que [impulsiona] todas as formas de vida de um estado de mera potencialidade para um estado de existência real. Visto que a pedagogia crítica procura transformar a consciência, proporcionar aos alunos modos de saber que lhes permitam conhecer-se melhor e viver mais plenamente no mundo, em certa medida ela tem de se basear na presença do erótico em sala de aula para auxiliar o processo de ensino e aprendizado (HOOKS, 2017, p. 256-257).

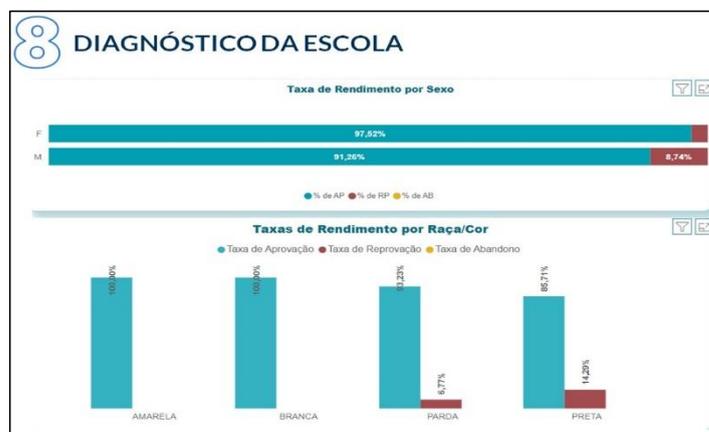
Diante disso, a questão não é se indivíduos empreendedores(as) têm gêneros e sexualidades, a questão é se devem ter, porque essas questões não eram discutidas antes, a nível comunitário. No modelo nuclear de família, a única questão que era pautada é que ele(a) era um indivíduo apto ao trabalho e que ele(a) deveria ter aptidões para que pudesse vendê-las

no mercado e desempenhar suas funções produtivas adequadamente (D'INCAO, 2011).

Paralelamente, a homossexualidade no ponto de vista médico era uma doença e a norma era a cishetronormatividade. Assim sendo, o desvio era visto como uma doença. Portanto, a correção dessa doença passa a legitimar a heterossexualidade como uma norma e os papéis dos gêneros mantidos como sempre estiveram numa ordem patriacal (MACRAE, 2018). Ela, (a norma) sustentava uma continuidade e o consumo desses(as) indivíduos, sobretudo, no mercado de trabalho. Ser homem e ser mulher, nesses interím, passa a significar as funções produtivas de acordo com seus respectivos gêneros e a exploração desses(as) indivíduos passa a ser manejada a partir das habilidades e competências referentes as seus respectivos gêneros (SOUZA-LOBO, 1991).

Para a agenda neoconservadora a questão dos gêneros e sexualidades não é algo a ser tratada na escola ou a se questionar porque isso perturbaria a ordem vigente no que se refere a manutenção da cishetronormatividade, de uma lógica existente que sustenta as normas jurídicas, sociais e políticas, e também religiosas no que se refere ao desempenho dos papéis sexuais (SCOTT, 1990) (BROWN, 2019). Desta forma, partimos do princípio de que o neoliberalismo se fundamenta e se alia aqui ao neoconservadorismo no que se refere ao indivíduo para legitimar como que o capitalismo pode se apropriar desse indivíduo e como que os gêneros e as sexualidades podem se tornar uma prejuízo a essa apropriação (MCLAREN, 1997). Então aqui a gente consegue observar a centralidade disso e como a educação pensa essa problematica em torno da seguinte questão: “Como devo lidar agora com indivíduos que têm gêneros e sexualidades? Como que devo transportar isso para educação?”

FIGURA 11 – RENDIMENTO DA ESCOLAR DA ESCOLA MANOEL DUARTE POR SEXO



FONTE: Manoel Duarte da Cunha.

Porque eu quero que esses(as) indivíduos sejam produtivos(as), que eles(as) sejam

empreendedores(as) de si, que suas habilidades e competências sejam estimuladas e impulsionadas, mas ao mesmo tempo compreendem que gênero e sexualidade são elementos que bloqueiam ou interferem no avanço desses(as) indivíduos, seu desenvolvimento cognitivo e permanência na escola.

No que se refere ao processo de aprendizagem na escola, essas indagações trouxeram questões que parte da comunidade escolar e da sociedade ainda se mantém resistente ao mesmo tempo em que se debate sobre suas consequências. A exemplo, percentuais cada vez maiores de estudantes, mediante os obstáculos de gêneros e sexualidades em seu processo de amadurecimento mental e corpório em relação ao entendimento de si e do mundo ou mediante os obstáculos impostos por uma escola que ainda está assentada numa visão de sociedade patriarcal, comunitarista e cishegemonia são expulsos dos bancos escolares. Para Butler (2010, 19-21)

o “sujeito” é uma questão crucial para política, e particularmente para política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que são “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento.

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade.

Então, como que devemos flexionar essa escola e o currículo? Sem a pretensão de dar respostas, talvez o caminho esteja no respeito, no dialogismo e na medida em que criem espaços de aprendizados, no qual as diferenças sejam reconhecidas, e que isso não crie prejuízo às pessoas que estão ali interagindo: tanto professores(as), estudantes e comunidade em geral.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

De fato, uma nova racionalidade neoliberal vem redefinindo não somente as relações sociais, mas também a relação Estado-mercado, de tal forma que os processos de mercadorização e mercantilização (LAVAL, 2019) passaram a recodificar a performance do poder em dispositivos pós-disciplinares duráveis (FISHER, 2020). Essas marcas corroem as bases do Estado democrático de direito, perturba os mecanismos de participação social e captura a função social do Estado de maneira a dissimular sua perspectiva utilitarista: transformando a oferta da educação em prestação de serviço, o conhecimento em capital e os(as) estudantes e suas famílias em consumidores.

Sugerimos que a construção discursiva de axiomas tais como “superação do atraso” alardeada em meios de comunicação, pronunciamentos políticos, discursos empresariais e em certas políticas de Estado, sobretudo, na educação, evidencia uma tentativa reiterada de superação de rasuras atávicas no imaginário e mentalidade das elites capixabas quanto ao seu processo civilizatório.

E isso se dá num enquadramento em que novas relações sociais são tecidas ou metabolizadas na medida em que a busca por modernização e desenvolvimento solidificam certas tecnologias do exercício da autoridade. Convém, no entanto, devassar com atenção os recônditos desse discurso para que possamos pensar alguns dos processos pelos quais essa aparente estabilidade consciente e/ou inconscientemente é sustentada.

Em primeiro lugar, é curioso perceber que, independentemente da posição em que se situam no campo político capixaba, tanto PH quanto Casagrande antecipam essa pauta em pelo menos 8 anos no Espírito Santo. Isso nos deixa entrever o caminho que as “forças conservativas” trilharam até conseguirem eclipsar o Estado social no Brasil. Lá, vemos já esboçadas, por exemplo, 1) a tentativa de conjugar as aspirações em jogo num “projeto de coletivo de desenvolvimento”, 2) o manuseio astuto de disposições técnicas: fórmulas, planos e metas, para persuadir sobre um “crescimento sustentado”, 3) a manipulação conveniente de aparatos jurídicos atrelado a maior cooptação do executivo sobre o legislativo estadual e, por fim, mas não somente, 4) a dissimulação de contradições históricas estruturais em “disfuncionalidades” e “crise sazonal” equacionada a soluções reformistas de caráter neoliberal.

A “atmosfera” de crise tem servido a diferentes projeções ideológicas e, na medida em que redefine o campo político estadual e as relações sociopolíticas a ele vinculadas, também

impactam drasticamente a agenda das políticas públicas de Estado sobre a educação.

No palco em que se encenou essa disputa pela hegemonização também se construiu uma alternância eternizada em torno do poder. A base dessa lógica consiste numa legitimação nas urnas, mas também e, sobretudo, numa performatização da retórica da crise, na repetição esquizofrênica de uma gramática liberal e numa redistribuição do poder através da consolidação de “redes políticas” (BALL, 2014) estranhas às entranhas do Estado de bem-estar social.

A ofensiva neoliberal/conservadora vê a educação como área estratégica e, desde os anos de 1970, põe em prática um cerco às redes de ensino e às escolas como forma de garantir o controle político e ideológico dos processos educacionais, procurando manter a formação da juventude no âmbito de suas finalidades economicistas, em um esforço para que a solução da crise em curso se dê no âmbito destas.

Obviamente a política de “nenhuma alma ficará para trás” abarca a todas as modalidades de ensino na educação pública. Da pré-escola à educação de jovens e adultos as possibilidades de negócio em educação (edu-business) são infinitamente lucrativas. No entanto, a formação da juventude, na modalidade de ensino médio e profissional, parece chamar mais a atenção dos investimentos públicos e privados. Isso porque, a princípio, os projetos desenvolvimentistas do Estado, a competitividade dos mercados e a acumulação capitalista dependem que a educação pública moderna ofereça “formação de mão de obra qualificada; mudança cultural que suplanta o que é herdado; e formação de cidadãos responsáveis” (LAVAL, 2019, p. 35-36). Por essa razão, cada vez mais os processos de curricularização vem sendo impactados pela engenharia neoliberal do “capital humano”.

Recorro às minhas memórias e através delas consigo ainda sentir a atmosfera da ameaça, da angústia e da instabilidade. Entre 2017 e 2019 as crises de ansiedade, as idas a massagista e ao psicólogo se tornaram mais frequentes. Lembro-me de não conseguir dar conta e de como essa sensação de frustração afetava minha autoestima. A cada ano uma enxurrada de portarias, leis, decretos etc. As regras do jogo surgiam e se alternavam de maneira tão rápida que não tinha tempo de metabolizá-las. Sentíamos o choque ou o soar do apito e já nos colocávamos a produzir. Não pensávamos, outras cabeças faziam esse processo na linha de montagem. A questão, porém, é que numa repartição pública existem sempre muitas cabeças, não é? Diziam-nos: “não questione”; “só faz”; “portaria tem força de lei, cuidado!”. Apenas sentíamos o choque ou o soar do apito e já nos colocávamos a produzir.

Por fim, A diferença é compreendida como mais uma habilidade que precisa ser

manipulada para ao sucesso do projeto em curso. Aos invés de abrandar os efeitos da natureza humana, elevá-la ao máximo e impulsioná-la na saturação das relações sociais, traduzidas numa mecanicidade das relações afetivas, sexuais, políticas etc, mas sobretudo no consumo, abandono e insatisfação. Essa lógica, entretanto, não desafia as compulsividades das reproduções do sistema sexo-gênero, aliás, pouco avançam em propror definitivamente um espaço de debate propositivo a essas questões.

REFERÊNCIAS

➤ Textos Literários

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. 2ª ed. São Paulo: Ediouro, 2001.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

GREENWELL, Garth. **O que te pertence**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2019.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. 22ª ed. São Paulo: Globo, 2014.

RAMOS, Lazaro. **Na minha pele**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra**. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2015.

➤ Lista de Fontes

A GAZETA. **ES tem a terceira maior nota no ensino médio do país, aponta Ideb 2021**.

Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/es-tem-a-terceira-maior-nota-no-ensino-medio-do-pais-aponta-ideb-2021-0922#:~:text=ES%20alcan%C3%A7a%204%2C5%20no,m%C3%A9dio%2C%20terceira%20melhor%20no%20pa%C3%ADs&text=Na%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ideb%20em,uma%20nota%20de%204%2C8>. Acesso em 28 de março de 23.

_____. **Casagrande: difícil e governar para os excluídos**. Disponível em chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170216_aj12173_politica_2011_2012.pdf. Acesso em 07 de agosto de 2022.

_____. **Comerciantes protestam contra fechamento do comércio em Cariacica**. Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/comerciantes-protestam-contrafechamento-do-comercio-em-cariacica-0321>. Acesso em 28 de março de 2023.

_____. **Comerciantes protestam contra fechamento do comércio em Cariacica**.

Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/comerciantes-protestam-contrafechamento-do-comercio-em-cariacica-0321>. Acesso em 28 de março de 2023.

_____. **IDEB 2021: as cidades do ES com melhor e pior desempenho nas escolas públicas**.

Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/ideb-2021-as-cidades-do-es-com-melhor-e-pior-desempenho-nas-escolas-publicas-0922#:~:text=Com%20base%20nesses%20dados%2C%20A,Norte%2C%20com%204%2C2>.

Acesso em 28 de março de 2023.

ALES DIGITAL. **Projeto de lei 10/2019**. Disponível em https://www3.al.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=71505&busca=avancada&tipo=5&ano_proposicao=2019&termo=g%u00eanero&proposicao=10. Acesso em 13 de julho de 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ES. **Arquivado PL sobre ideologia de gênero em escolas**. Disponível em <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2019/10/38044/arquivado-pl-sobre-ideologia-de-genero-em-escolas.html>. Acesso em 02 de julho de 2023.

_____. **Professor convocado por denúncia de doutrinação**. Disponível em

<https://www.al.es.gov.br/Noticia/2020/06/39425/professor-convocado-por-denuncia-de-doutrinação.html>. Acesso em 02 de julho de 2023.

ATLASBR. **Pedro Canário, ES**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/320405>. Acesso em 29 de março de 2023.

BIBLIOTECA ONLINE. **Sedu realiza pesquisa para a reforma**. A Gazeta, Vitória, ES, 11/07/1996, p. 18, c.1. Disponível em <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/320125#details>. Acesso em 28 de março de 2023.

BULA REVISTA. **A obra-prima de Tomasi Di Lampedusa**. Disponível em <https://www.revistabula.com/552-a-obra-prima-de-tomasi-di-lampedusa/>. Acesso em 27 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394**. Brasília: 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 27 de março de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica**. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN142017.pdf. Acesso em 26 de julho de 2023.

CASAGRANDE, Renato; MORAES, Jaqueline. **Programa de Governo: é hora de voltar a crescer**. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://estaticog1.globo.com/2018/11/promessas/Espirito_Santo_Casagrande.pdf. Acesso em 29 de março de 2023.

CEEFMTI MANOEL DUARTE DA CUNHA. Superintendência Regional de Educação. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. Pedro Canário, 2022, 186 p.

_____. Superintendência Regional de Educação. **Programa de Autoavaliação Institucional - PAI**. Pedro Canário, 2022, 200 p.

_____. Superintendência Regional de Educação. **Resultados 2022: relatório de jornada de planejamento pedagógico - JPP**. "PowerPoint Presentation" [apresentação de PowerPoint], 28 de março de 2023, Pedro Canário, 2023.

CEEFMTI MANOEL DUARTE. Disponível em <https://www.instagram.com/ceefmtimanoelduarte/>. Acesso em 04 de maio de 2023.

CURRÍCULO básico estadual de ciências humanas (Ensino Médio). Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Ensino%20M%C3%A9dio%20-%20Volume%2003%20-%20Ci%C3%AAs%20Humanas.pdf>. Acesso em 07 de abril de 23.

CURRÍCULO básico estadual de ciências humanas (Ensino Fundamental). Disponível

em chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curriculo_ES_Ciencias_Humanas.pdf. Acesso em 07 de abril de 23.

DENTRO DA HISTÓRIA. Geração Alpha: entenda as crianças nascidas desde 2010.

Disponível em <https://www.dentrodahistoria.com.br/blog/familia/desenvolvimento-infantil/geracao-alpha-caracteristicas/>. Acesso em 27 de março de 2023.

DOSSIÊ FEMÍNICÍDIO. Mapa do feminicídio no Brasil. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/mapa/>. Acesso em 04 de outubro de 2020.

ES HOJE. 63% dos adolescentes infratores no Espírito Santo retornam à prisão.

Disponível em <https://eshoje.com.br/2017/09/63-dos-adolescentes-infratores-no-espirito-santo-retornam-a-prisao/>. Acesso em 03 de maio de 2023.

ES EM AÇÃO. Rede empresarial do ES. <https://es-acao.org.br/redes/>. Acesso em 28 de março de 2021.

_____. **História.** Disponível <https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/>. Acesso em 14 de maio de 2023.

_____. **Educação - construindo um futuro promissor: atividades do programa escola em tempo integral 2014/2017.** Disponível em <https://docplayer.com.br/79889186-Educacao-construindo-um-futuro-promissor.html>. Acesso em 02 de julho de 2023.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Estado da educação. Portaria nº 016-R, de 20 de janeiro de 2017. Transforma a Escola Estadual de Ensino Médio Manoel Duarte da Cunha em Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Manoel Duarte da Cunha, localizado no município de Pedro Canário - ES/ CEEMTI. **Diário Oficial do Espírito Santo**, ES, 23 de jan. 2017, p. 15. Disponível em

<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3674#/p:23/e:3674?find=PORTARIA%20N%C3%82%C2%BA%20016-R>. Acesso em 27 de março de 2023.

_____. Secretaria do Estado da educação. Portaria nº 110-R, de 12 de novembro de 2019. Cria a etapa de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial do Espírito Santo**, ES, 13 de nov. 2019, p. 19. Disponível em

<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4617#/p:27/e:4617?find=PORTARIA%20N%C3%82%C2%BA%20110-R>. Acesso em 28 de março de 2023.

_____. Secretaria do Estado da educação. Resolução CEE/ES nº 3.777/2014, de 13 de maio de 2014. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, ES, 08 de mai. 2014, p. 01.

Disponível em chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://cee.es.gov.br/Media/cee/3777-2014/Res3777-2014-atualizada.pdf. Acesso em 29 de julho de 2023.

_____. Secretaria do Estado da educação. Lei nº 10.382, de 25 de Junho de 2015. Aprova o

Plano Estadual de Educação do Espírito Santo - PEE/ES, período de 2015/2025. **Diário Oficial do Espírito Santo**, ES, 25 de jun. 2015, p. 01. Disponível em <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4617#/p:27/e:4617?find=PORTARIA%20N%C3%82%C2%BA%20110-R>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

_____. **Lei complementar n.º 325, de 16 de junho de 2005**. Fica instituída a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano. **ESPÍRITO SANTO**, ES, 16 de junho de 2005. Disponível em <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec3252005.html#a7>. Acesso em 29 de março de 2023.

_____. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Decreto nº 4012-R, de 02 de setembro de 2016. Extingue a Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas - SEAE e altera a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH e sem elevação de despesas. **Diário Oficial do Espírito Santo**, ES, 05 de set. 2016, p. 04. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/DOCUMENTOS%202017/Decreto%20n%C2%BA%204012-R%2002.09.2016%20-%20SEAE%20para%20SEDH.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2023.

_____. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Decreto nº 4195-R, de 29 de dezembro de 2017. Transfere para a Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH, as Unidades Administrativas da Vice-Governadoria - VG, sem elevação de despesa, e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, ES, 02 de jan. 2018, p. 03. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/DOCUMENTOS%202018/Transferencia%20SubDrogas%20para%20a%20SEDH.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2023.

_____. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Decreto nº 4244-R, de 09 de maio de 2018. Altera a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Direitos Humanos - SEDH, sem elevação de despesa. **Diário Oficial do Espírito Santo**, ES, 09 de mai. 2018, p. 01. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/DOCUMENTOS%202018/DIO_decreto4244-R_09.05.18_1.pdf. Acesso em 26 de julho de 2023.

ESTADÃO. Senado volta a analisar redução de maioria penal de 18 para 16 anos. Disponível em <https://www.estadao.com.br/brasil/senado-volta-a-analisar-reducao-de-maioridade-penal/>. Acesso em 03 de Junho de 2023.

ESTADOS E CIDADES. Religiões e igrejas em Pedro Canário - católicos e evangélicos https://www.estadosecidades.com.br/es/pedro-canario-es_religioes.html. Acesso em 03 de junho de 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Poder: governador do ES, ameaçado de impeachment, fundou PSDB. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u23057.shtml>. Acesso em 07 de agosto de 2022.

FOLHA VITÓRIA. **Espírito santo bate recorde de feminicídios no início de 2019.**

Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/03/2019/a-violencia-espírito-santo-bate-recorde-de-feminicídios-no-início-de-2019>. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

GOVERNO ES. **ES em dados.** Disponível em <https://www.es.gov.br/es-em-dados>. Acesso em 27 de março de 2023.

G1. **PMDB aprova mudança de nome e passa a ser chamado MDB.** Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/pmdb-aprova-mudanca-de-nome-e-passa-a-ser-chamado-mdb.ghtml>. Acesso em 28 de março de 2023.

_____. **Renato Casagrande (PSB) é reeleito governador do Espírito Santo.** Disponível em <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/renato-casagrande-psb-e-reeleito-governador-do-espírito-santo.ghtml>. Acesso em 16 de julho de 2023.

IBGE. **Pedro Canário:** panorama. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pedro-canario/panorama>. Acesso em 29 de março de 2023.

_____. Cidades e estados. Disponível <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/pedro-canario.html>. Acesso em 29 de março de 2023.

INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.tjes.jus.br/PDF/materias/informacoes_penitenciarias_es.pdf. Acesso em 03 de junho de 2023.

INSTITUTO de Corresponsabilidade pela Educação. **Cadernos de formação Escola Viva:** princípios educativos. 1ª ed. Recife: ICE, 2015.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Análise do mercado de trabalho no Espírito Santo:** censo demográfico 2010. Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2012.

INSTITUTO UNIBANCO. Caderno de gestão escolar para equidade. Disponível em <https://gestaoescolarparaequidaderacial.institutounibanco.org.br/sobre.pdf>. Acesso em 07 de abril de 23.

ISTO É. **Brasil:** lambança capixaba. Disponível em https://istoe.com.br/33871_LAMBANCA+CAPIXABA/. Acesso em 07 de agosto de 2022.

LEITE, Valdinho. **Ideologia de Gênero nas escolas, Não!** Vitória. Postado em 16 de outubro de 2019. *Facebook:* Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Disponível em <https://www.facebook.com/vandinho.leite/videos/523316945125278/>. Acesso em 28 de março de 2023.

MANOEL DUARTE DA CUNHA. Disponível em <https://www.facebook.com/profile.php?id=100004814864863>. Acesso em 04 de maio de 2023.

MERIGUETTI, Joyce. **Casagrande faz apelo à Presidente**. A Tribuna, Vitória, ES, 13/11/2012, p. 33, c.1-6. Disponível em <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/330166>. Acesso em 28 de março de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ensino Médio Inovador**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13439:ensino-medio-inovador>. Acesso em 07 de abril de 2023.

NOTA OFICIAL - PRESIDENTE JAIR BOLSONARO - 09/09/2021. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2021/09/declaracao-a-nacao-bolsonaro-9-set-2021-inicial.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2023.

RYFF, Luiz Antônio. **Crise**. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21119816.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Relatório GGB 2017**. Disponível em <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/todos-dossies/grupo-gay-da-bahia/>. Acesso em 29 de março de 2023.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO PSB/ES. **Programa de governo - é hora de voltar de crescer: coligação Espírito Santo mais igual**. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://estaticog1.globo.com/2018/11/promessas/Espirito_Santo_Casagrande.pdf. Acesso em 22 de julho de 2023.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB/ES. **Conexões para o futuro: a retomado do desenvolvimento – programa para o governo do Espírito Santo 2015-2018**. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://a.storyblok.com/f/134103/d23b59a956/proposta_governo1404600007130.pdf. Acesso em 22 de julho de 2023.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.fundacaoulysses.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2016%2F11%2FUMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf&clen=400829&chunk=true>. Acesso em 17 de abril de 2022.

POSIÇÃO. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://www.ijsn.es.gov.br/custom/download/biblioteca/jornais/POSICAO38.pdf>. Acesso em 27 de março 2023.

PROJETO pedagógico programa Escola Viva. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20-%20PROGRAMA%20ESCOLA%20VIVA-.pdf>. Acesso em 07 de abril de 23.

QEDU. **CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha**. Disponível em <https://qedu.org.br/escola/32017391-ceefmti-manoel-duarte-da-cunha/>. Acesso em 29 de julho de 2023.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais.** IPEA, Rio de Janeiro, jan. 2007 (Texto de Discussão n. 1255).

REIS, Toni. **Manual de Comunicação LGBTI+:** substitua preconceito por informação correta. 2ª ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SÉCULO DIÁRIO. **Hartung faz política de terra arrasada na Educação:** 42 escolas fechadas e milhares de turmas extintas. <https://www.seculodiario.com.br/educacao/hartung-faz-politica-de-terra-arrasada-na-educacao-42-escolas-fechadas-e-milhares-de-turmas-extintas>. Acesso em 03 de julho de 23.

_____. **Renato Casagrande parte para o ataque e se posiciona contra Paulo Hartung.** Disponível em <https://www.seculodiario.com.br/politica/renato-casagrande-parte-para-o-ataque-e-se-posiciona-contr-paulo-hartung>. Acesso em 03 de julho de 2023.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO - PR. **Organização do Trabalho Pedagógico** - Pensadores da Educação - Jacques Delors. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=337>. Acesso em 08 de julho de 23.

SEDU. **RESOLUÇÃO CEE Nº 2.735/2011.** Disponível em <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://cee.es.gov.br/Media/cee/Leis/Resolucoes/res2735-1.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2023.

SEDH. **Plano estadual de enfrentamento à LGBTFobia e à promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBTI+ do espírito santo 2022-2026.** Disponível em <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/plano-estadual-lgbti-do-espírito-santo-e-publicado>. Acesso em 23 de julho de 2023.

SENADO FEDERAL. **Magno Malta:** biografia. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/631>. Acesso em 15 de julho de 2023.

_____. **Pronunciamento de Magno Malta em 18/10/2007.** Discurso durante a 189ª Sessão Deliberativa Ordinária, no Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/370913>. Acesso em 15 de julho de 2023.

SENADO NOTÍCIAS. **Magno Malta pede arquivamento de sugestão legislativa que legaliza aborto.** Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/02/05/magno-malta-pede-arquivamento-de-sugestao-legislativa-que-legaliza-aborto>. Acesso em 15 de julho de 2023.

SEP. **Plano ES 2025.** Disponível em <https://planejamento.es.gov.br/plano-de-desenvolvimento-es-2025>. Acesso em 21 de novembro de 2021.

_____. **Plano ES 2030.** Disponível em <https://planejamento.es.gov.br/plano-es-2030>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

_____. **Plano ES 2022.** Disponível em <https://planejamento.es.gov.br/planejamento-estrategico>. Acesso em 07 de agosto de 2022.

SINDIBANCÁRIOS ES. **Estudantes protestam contra fechamento de escolas no interior.** Disponível em <https://www.bancarios-es.org.br/alunos-e-professores-protestam-contra-fechamento-de-escolas-no-interior-do-estado/>. Acesso em 23 de julho de 2023.

SINDIUPES. **Pauta de reivindicações da rede estadual.** Postado em 06 de julho de 2023. *Facebook:* Sindiupes. Disponível em <https://www.facebook.com/100063679324509/posts/pfbid021sCVtprowpyC4wnQ6svQj8rvbbWKqXMFVtsnBUKWncqXCM5Lq31LepNYxBfsP5xfl/?mibextid=afzh1R>. Acesso em 15 de julho de 2023.

TC ONLINE. **A gente fez uma revolução na educação, diz Haroldo Rocha.** Disponível em <https://tconline.com.br/a-gente-fez-uma-revolucao-na-educacao-diz-haroldo-rocha/>. Acesso em 23 de julho de 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Renato Casagrande (PSB) é eleito governador do Espírito Santo em 1º turno.** Disponível em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/renato-casagrande-psb-e-eleito-governador-do-espírito-santo-em-1deg-turno>. Acesso em 16 de julho de 2023.

UOL. **Terra arrasada:** quando desistir é a melhor opção. Disponível em https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/terra-arrasada-quando-desistir-e-melhor-opcao.phtml?utm_source=site&utm_medium=txt&utm_campaign=copypaste. Acesso em 03 de julho de 23.

➤ **Documentários, vídeos, palestras, artigos, dissertações, teses e livros**

ALMEIDA, Ana Maria Galvão de Barros; ALMEIDA JUNIOR, Fernando Frederico de. **Jacques Delors e os Pilares da Educação.** Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pilares-da-educacao>. Acesso em 15 de julho de 2023.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

APPIO, E. **Controle Judicial das políticas Públicas no Brasil.** 1ª.ed. Curitiba: Juruá, 2006.

APPLE, Michael W. **Educação e poder.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora:** entrevista com Michael Apple. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmninnkcbpccjpcglclefindmkaj/https://www.curriculosemfronteiras.org/vollis1/articles/apple.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2023.

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **As políticas da política:** desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

BALL, Stephen J. **Educação global S. A.** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad. de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

_____. **Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar.** Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/3DXRWXsr9XZ4yGyLh4fcVqt/abstract/?lang=pt>. Acesso em 23 de julho de 2022.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Que horas ela volta? - economia política e política econômica de Lula e Dilma. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. (Org.). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BESSA, Liz. **Cultura do cancelamento: o que é?** Disponível em <https://www.politize.com.br/cultura-do-cancelamento/>. Acesso em 07 de abril de 23.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Campo político.** Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/?lang=pt>. Acesso em 17 de abril de 2022.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **A dominação masculina.** 10ª ed. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 2011.

BRAGANÇA, Lucas; MARIA, Carolina. **Movimento LGBT+ capixaba: fragmentos de uma história de luta por afirmação, direito e dignidade.** Vitória: Edição Independente, 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo: editora Filosófica Politeia, 2019.

CARNEIRO, Washington Phillip Spanhol. **Pentecostais na política capixaba: representação parlamentar da Igreja Assembleia de Deus nas eleições (2002, 2006, 2010).** Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1131>. Acesso em 24 de 04 de 2023.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. **Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016.** Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37772/25300>. Acesso em 14 de maio de 2023.

CÁSSIO, Fernando; AVELAR, Marina; TRAVITZKI, Rodrigo; NOVAES, Thais Andrea Furigo. **Heterarquização do estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo.** Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/kxDYrrv3sTJVFWThpTHZ7vc/?lang=pt>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Educação** - uma perspectiva para o século XXI. Editora Canção Nova: São Paulo, 2008.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 7ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanesi. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DIAS, Maurício; SANTOS, Quitilane Pinheiro dos. “**Ninguém solta a mão de ninguém**”: debates e problematizações envolvendo as questões de gênero e sexualidade no contexto da instituição de ensino E. E. F. M. Américo Silves nos idos de 2019 a 2020. Monografia (Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Teixeira de Freitas, p. 41. 2020.

DUWE, Ricardo. **As instituições estão funcionando normalmente**. Disponível em <https://diplomatie.org.br/as-instituicoes-estao-funcionando-normalmente/>. Acesso em 17 de abril de 2022.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>. Acesso em 31 de julho de 23.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo**. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9259?locale=en>. Acesso em 25 de junho de 2023.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FISCHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cuidadora de histórias** - Saidiya Hartman fala de seu método de pesquisa e escrita e de suas impressões sobre o Brasil, disponível em <https://www.quatrocincoum.com.br/br/entrevistas/historia/cuidadora-de-historias>. Acesso em 31 de julho de 2023.

FOUCAULT, Michel. Aula de 24 de janeiro de 1979. *In*: FOUCAULT, Michel. (Org.). **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Vol. 1. 22º ed. Rio de Janeiro: Edições

Graal, 1988.

FUNDAÇÃO FHC. **Como morrem as democracias?** Youtube, 10 set. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/8bX7EdK0-1M>. Acesso em 17 de abril de 2022.

GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais:** ruptura, continuidade e desafios do PDE. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.

GIROUX, Henry A.; FIGUEIREDO, Gustavo Oliveira. **A importância de lutar pela esperança mesmo em tempos de autoritarismo bizarro.** Disponível em <https://diplomatique.org.br/a-importancia-de-lutar-pela-esperanca-mesmo-em-tempos-de-autoritarismo-bizarro/>. Acesso em 03 de julho de 2023.

GOULAR, Débora; CÁSSIO, Fernando. **A farsa do ensino médio self-service.** Disponível em <https://diplomatique.org.br/a-farsa-do-ensino-medio-self-service/>. Acesso em 11 de fevereiro de 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

HARTMAN, Saidiya. **O Tempo da Escravidão.** Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/42791/24042>. Acesso em 31 de julho de 2023.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** educação coo prática da liberdade. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JUNQUEIRA, R. D.; CÁSSIO, F.; PELLANDA, A. Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil 2020: enquadramentos e enfrentamentos. *In:* FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Org). **Direitos em disputa:** LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 189-206.

LAVAL. Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1ª São Paulo: Boitempo, 2019.

LEAL, Fernando de Oliveira; LIMA, Marcelo. **Escola Viva:** implementação dos interesses do bloco no poder no estado do Espírito Santo. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/19848/28269>. Acesso em 23 de julho de 2023.

LEMONS, Guilherme Augusto Rezende; MACEDO, Elizabeth Fernandes de. **A Incalibrável competência socioemocional.** Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/24582/22265>. Aceso em 25 de junho de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LÖWY, Michael. Da tragédia a farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Currículo no portão da escola. *In*: MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. [Org.] **Currículo, sexualidade e ação docente**. 1ª ed. Petrópolis: DP et Alii, 2017.

_____. **Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666/15916>. Acesso em 23 de julho de 2022.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de; SILVA, Marlon Silveira. **A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida**. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71377/50621>. Acesso em 26 de julho de 2023.

MARINGONI, Gilberto. Ascensão e queda de uma utopia tropical. *In*: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. (Org.). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**. Cadernos PAGU, n.39, Campinas, 2012.

MENDES, Miguel Gonçalves. **José e Pilar**. *Youtube*, 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7gtRxhfcFi0>. Acesso em 29 de março de 2023.

MENDONÇA, Daniel de. **A teoria da hegemonia de Ernest Laclau e a análise política brasileira**. Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5674. Acesso em 20 de abril de 2022.

MISKOLCI, Richard. **Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais**. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6543/5073>. Acesso em 25 de 2023.

_____. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2013.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do espírito santo.** Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/3551>. Acesso em 14 de maio de 2023.

PESSINE, Karina Melo. **Organização parlamentar, processo decisório e produção legislativa no cenário político capixaba: uma análise da assembleia legislativa do estado do Espírito Santo na 16ª legislatura (2007-2010).** Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1245>. Acesso em 20 de maio de 2023.

PETERLE, T. G. S. **A política estadual de educação no Espírito Santo: o papel do projeto “Escola Viva” no direito social a educação básica e profissional.** Dissertação de mestrado. PPGE-UFES, Vitória, 2016.

PINSKY, Jaime. Nação e ensino de História no Brasil. *In*: PINSKY, Jaime. (Org.). **O ensino de História e a criação do fato.** 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2021.

RABELO, Jackeline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; BARROSO, Maria Cleide da Silva. **Os paradigmas educacionais dominantes na agenda dos organismos internacionais: uma análise à luz da crítica marxista.** Disponível em <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcgclefindmkaj/http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/jackcleide03.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2023.

RAINHA, Jamila. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o movimento empresarial espírito santo em ação e o governo do estado do Espírito Santo.** Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/4320>. Acesso em 14 de maio de 2023.

ROCHA, Arlindo Nascimento. **A homossexualidade e o cristianismo conservador: a face cristã da intolerância religiosa espelhada na Bíblia.** Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencia-da-religiao/homossexualidade-e-o-cristianismo>. Acesso em 25 de 2019.

SALES, Shirlei Resende. **Etnografia+netnografia+análise do discurso: articulações metodológicas para a pesquisa em educação.** *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marluce Alves. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

SALETTI, Nara. **Sobre política capixaba na primeira república.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

SAMPAIO, J; ARAÚJO JR, J.L. **Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids.** Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, vol. 6, nº3, 2006, p. 335-346.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: CES, 2009.

SANTOS, Flávio reis. **Modernização conservadora: fundamentação (neo)liberal para o campo educacional.** Disponível em

https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/download/445/pdf_60. Acesso em 28 de março de 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, João Paulo Lopes dos. **Vidas nas fronteiras do presente: tentativas de controle curricular à diferença**. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/16528/8884>. Acesso em 03 de julho de 23.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Erineusa Maria da. **Os movimentos das professoras da educação básica do espírito santo em face às políticas públicas de gênero para a educação**. Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8532>. Acesso em 05 de junho de 2023.

SILVA, Aristóteles de Almeida. **O capitalismo tardio e sua crise: estudo das interpretações de Ernest Mandel e a de Jürgen Habermas**. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcgclefindmkaj/https://marxismo21.org/wpcontent/uploads/2012/08/Capitalismo-tardio-Habermas-AristotelesdeAlmeida.pdf>. Acesso em 04 de março de 2023.

SILVA, Paulo Tássio Borges da; TEIXEIRA, Alessandra Souza; SANTOS, João Paulo Lopes dos Santos. **Articulações neoconservadoras em torno dos gêneros e das sexualidades no Plano Municipal de Educação (PME) de Teixeira de Freitas – BA**. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/7789/5313>., 2020. Acesso em 15 de julho de 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Erineulsa Maria da. **Os movimentos das professoras da educação básica do espírito santo em face às políticas públicas de gênero para a educação**. Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8532>. Acesso em 26 de 07 de 2017.

SOBRINHO, João Rocha. **O grito das ruas e o exercício para uma cidadania ativa**. 1ª ed. Feira de Santana: Curviana, 2013.

SOUZA, Bruno Quintão de. **Interações entre o movimento LGBTI e o governo estadual do Espírito Santo**. <https://repositorio.ufes.br/handle/10/11025>. Acesso em 29 de março de 2023.

SOUZA, Fernanda Silva e. **Eu não sou uma nota de rodapé para o pensamento de grandes homens brancos: uma entrevista com Saidiya Hartman**, Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/12538/7469>. Acesso em 31 de julho de 2023.

SOUZA NETO, Antônio Lopes de; MEIRELLES, Ariane Celestino. Sexualidade e Orientação Sexual: Notas sobre o Estado do Espírito Santo. *In*: SOUZA NETO, Antônio Lopes de; ALVARENGA, Elda. **Gênero e Diversidade na escola**: formação de professoras/res em gênero, sexualidade, orientação sexual, e relações étnico-raciais: a diversidade no contexto Espírito Santo. Vitória, UFES, 2012.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

_____. **Brasil**: uma biografia. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 07 de agosto de 2022.

THIESEN, Juarez da Silva. Territórios da educação integral: identificando limites, interfaces e desafios teórico-metodológicos. *In*: THIESEN, Juarez da Silva. (Org.) **Educação integral**: conceitos, sujeitos e projetos. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2020.

VALENTE, Ivan. O colapso da conciliação de classes. *In*: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. (Org.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

APÊNDICE I

PESQUISA-IMERSÃO - relato de experiência de campo sobre gêneros, sexualidades e educação no CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha

Os últimos 07 anos como educador no território da educação Norte-capixaba me renderam experiências educacionais importantes em relação ao manuseio das categorias dos Gêneros e Sexualidades. A sala de aula tem sido mais propícia a essas discussões e a comunidade escolar menos resistente, contudo, nem por isso, desestabilizá-las se tornou menos desafiador. Com o tempo ficou mais claro para mim que o campo em que pretendia disputar tratava-se não somente de uma seara em que a ordem estruturante e estruturada do discurso patriarcal e do sistema sexo/gênero/desejo se reproduzia, mas também em que afetações como ódio, repulsa, insegurança, medo e outras ansiedades eram respostas às identidades normativas num dinâmica identitária que teria que lidar paciente e cuidadosamente (HOOKS, 2017) (BUTLER, 2010). Assim foi que busquei me comportar nas práticas que desenvolvi tanto em Ecoporanga, São Mateus e, mais recentemente, Pedro Canário. Por isso, compreendo-os como fragmentos que equalizam cada um a seu modo, como partes de um todo: a curricularização implantada na educação espiritosantense face à sua configuração sócio-histórica cisheteronormativa.

A proposta do Estágio/residência⁷⁰ me permitiu revisitar essas práticas e recapitular pontos de contato entre os espaços de educação que versavam sobre o processo de curricularização na educação capixaba. Ainda que o *locus* de estudo seja a CEEFMTI Manoel Duarte da Cunha, vi nessa abordagem um caminho complementar de análise ao problema de pesquisa tanto no que concerne a abordagem das questões dos gêneros e sexualidades quanto ao movimento de integralização. Frente a essas demandas, convidei a Prof^a. Esp. Aparecida Dias Terras Gomes⁷¹ para que juntos pensássemos numa proposta de intervenção na realidade da instituição. Oportunamente, a escola havia aberto edital para novas proposições de

⁷⁰ A disciplina foi oferecida como componente curricular do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais PPGER da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e ministrado pelos docentes Prof. Dr. Gean Paulo Gonçalves Santana e Prof. Dr. Gessé Almeida Araújo.

⁷¹ A Prof^a. Aparecida ministra a disciplina de Língua Portuguesa e já há algum tempo vem desenvolvendo algumas propostas de pesquisa interessantes a respeito das questões étnico-raciais na escola Manoel Duarte da Cunha. Sua pesquisa mais recente analisa processo de identificação e identidade a partir de obras literárias afro-brasileira na sala de aula. Reitero que nossa proposta não abarca as questões de raça-etnia, no entanto, a intersecção na proposta de Eletiva foi produtiva para as discussões sobre a realidade escolar como um todo.

Eletivas⁷², vimos nessa possibilidade a chance de construir uma ação mais sólida: com encontros subtematizados, atividades práticas e diversificação metodológica, e com isso alcançar maior envolvimento dos estudantes.

Assim surgiu o “Cineflix: desconstruindo preconceitos”. Entre outras questões, norteados com o objetivo de pensar a relação diferença/diversidade no contexto da escola Manoel Duarte da Cunha através da linguagem fílmica, nos encontrávamos semanalmente com um coletivo de estudantes multisseriados de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental II. Ao todo tivemos 11 encontros dentre os quais alternávamos na condução das discussões e das abordagens. Selecionamos previamente 03 longas e 01 curta-metragem: “Cores da Justiça”, “Escritores da Liberdade”, “Hoje eu Não Quero Voltar Sozinho” e “Afrobapho”.

FIGURA 12 – BANNER DE DIVULGAÇÃO DA ELETIVA NA ESCOLA MANOEL DUARTE DA CUNHA (2022)



FONTE: Arquivo pessoal.

Com o decorrer dos encontros e a partir dos depoimentos dos discentes percebi que o que estava se manifestando em sala de aula se tratava de conflitos ontológicos muito semelhantes aos que diagnostiquei noutros espaços educacionais por onde passei no Norte-capixaba: a insegurança com o próprio corpo, o *bullying*, as piadas homofóbicas e outros, perpetradas não somente por colegas em sala de aula, mas também por outros membros da comunidade escolar. E tudo isso vinha se materializando em exclusão, traumas psicológicos, automutilação, baixa autoestima etc. Por isso, a interseccionalidade potencializou as discussões com os filmes propostos. Conseguimos construir um ambiente de fruição adequado à faixa etária do coletivo e, à medida que avançávamos na abordagem das linguagens fílmicas

⁷² A Eletiva é um itinerário formativo que integra a chamada parte diversificada do currículo da escola em tempo integral. Tem como objetivo transversalizar conhecimentos disciplinares e consolidar competências e habilidades e está diretamente conectada a outro itinerário formativo básico: o projeto de vida.

utilizadas, fomos pinçando a diferença nos corpos dos sujeitos representados e os próprios discentes conseguiram contrapô-las às experiências por eles vivenciada.

Para Akotirene (2019, p.14)

a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (...) A interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (...).

Portanto, fundamentalmente importantes para tessitura do debate sobre os efeitos de verdade que tais “aparatos coloniais” imprimem nos corpos e que mecanismos vem mobilizando para historicamente se reproduzirem na objetificação dos mesmos. Essa epistemologia feminista nos foi útil à construção da análise coletiva das produções “Cores da Justiça” e “Afrobapho”.

FIGURA 13 – COLETIVO URBANO “AFROBAPHO”, SALVADOR – BA



FONTE: Facebook.

Os documentários mexeram com as opiniões e provocaram os (as) estudantes. O mais surpreendente foi que os mesmos corpos que haviam expressado várias situações de opressão em função de suas identidades de gênero, raça e sexualidade na sala também, ali, diante dos filmes, sobretudo em relação ao coletivo AfroBapho se mantiveram bem resistentes. Notavelmente, vimos a oportunidade para problematizar a seletividade com que a sociedade cisheteropatriarcal impõe padrões de aceitabilidade e negocia regimes de visibilidade, refazendo os limites entre “Eu” versus o “Outro”. Segundo Louro (2003, p. 03) o grande desafio na proposição de um currículo que transgrida as noções correntes que refazem os

percursos identitários na perspectiva do Centro e do Excêntrico “talvez seja admitir que todas as posições podem se mover, que nenhuma é natural ou estável e que mesmo as fronteiras entre elas estão se desvanecendo”.

Se a nossa crise identitária se desdobra na luta alternada de projetos “do ser” tendo por base um mal-estar com nosso passado colonial, essa crise “do ser” não poder deixar de ser sentida em corpos dissidentes como o da bicha preta, pois essa alternância implica em acessar calendoscopicamente memórias que não a permitem existir nem fora nem dentro do espectro da branquitude e da heteronormatividade imposta como norma (HALL, 2006). Por isso as falas que vieram à tona como “é muito exagerado”, “querem às vezes se amostra” ou “eu concordo, assim, cada um tem o direito de viver sua vida, sabe (...)” e outras, não podem ser lidas no ambiente educacional, cremos, sem que se coloque em pauta uma perspectiva crítica para além do multiculturalismo liberal. Ainda que ele esteja dado como “molde autorizado” para o fomento de espaços educativos como este e que, nestes moldes, da tolerância e da permissividade, possamos tensionar aqueles aparatos coloniais, pactuar com a racionalidade que pressupõe a escola como apaziguadora dos conflitos de raça/classe/gênero/sexualidade resultaria tão somente em mais reificação dos corpos e das identidades neles manifestas (BUTLER, 1999).

Segundo o documento das diretrizes operacionais oferecido pela SEDU às escolas integrais em tempo estendido da rede estadual, a Eletiva, como um dos componentes curriculares da grade da parte diversificada, deve possibilitar aos estudantes

- Exercitar suas escolhas e aprimorar sua autonomia e o seu protagonismo;
- Realizar atividades relacionadas aos projetos de vida;
- Ampliar, diversificar e aprofundar os conteúdos e habilidades de um ou mais componentes curriculares da BNCC;
- Desenvolver competências específica para continuidade dos estudos (SEDU, 2021, p. 33).

Aqui vemos traçadas definitivamente as linhas da forma em que aquelas discussões devem ser fomentas no âmbito da educação da educação capixaba. Em sentido estrito, de alguma forma (e sabemos bem qual), no modelo de educação multiculturalista a diferença passou a ser um bem simbólico precioso; um bem no mercado simbólico que pode ser pesado, avaliado e mercantilizado (LAVAL, 2019). Assim sendo, quando presumida a partir do neoliberalismo escolar, da educação para resultados e da racionalidade da produção de capital de alta performance, a preocupação em refletir sobre as regras e leis convencionadas na ordem

patriarcal e/ou juridicamente pactuadas, quando há, arranham a superfície, mas não agem substancialmente para desafiar a cisheteronormatividade compulsória e desestabilizar as hierarquias ontologizadas de sexo/gênero/desejo.

Em suma, a educação neoliberal fez da diferença/diversidade um elefante branco na sala de aula, “objeto de desejo e atração”, mas sem compromisso político com o enfrentamento das lógicas de que se alimenta para reproduzir as desigualdades históricas, seja material ou discursiva. Assim sendo, repactuar com uma educação transgressora e a contrapelo numa realidade tal como a do Manoel Duarte, talvez exija também uma reprogramação a contrapelo e micropolítica das estruturas hegemônicas no neoliberalismo escolar e, porque não dizer, dos sentidos e estratégias atribuídas as práticas educativas que visam ser desestabilizadoras.

ÁLBUM DE REGISTROS



Registro de um dos encontros da Eletiva “Cineflix: desconstruindo preconceitos”.



Em resumo, o preconceito e a discriminação geralmente se baseiam em que elemento?

Pular

1

▲ Na intolerância a diferença;

◆ No nível de escolaridade;

● Na desigualdade econômica;

■ Na identidade de gênero.

PLANO DIRIGIDO PEDAGÓGICO EM GÊNEROS, SEXUALIDADES E RAÇA

Apresentação

O Plano Dirigido Pedagógico em Gêneros, Sexualidades e Raça faz parte das atividades de intervenção da pesquisa “Novas Roupas, Velhos Fios” - Neoliberalismo e Neoconservadorismo frente às questões dos Gêneros e Sexualidades no movimento de integralização da escola Manoel Duarte da Cunha (2007 a 2021), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, IHAC – Campus Paulo Freire. O plano é oriundo de diálogos e análises desenvolvidos ao longo da pesquisa, estando direcionado aos professores e professoras do Ensino Médio, que buscam um material de apoio para o trabalho com os gêneros, as sexualidades e raça.

Público:

- ✓ Professores (as) do Ensino Médio.

Objetivos:

- ✓ Promover debates sobre os estudos de gêneros, sexualidade e raça, numa perspectiva de desconstrução dos discursos e práticas sexistas, LGBTfóbicos e racistas;
- ✓ Debater sobre as interseccionalidades de gêneros, sexualidades e raça na escola;
- ✓ Potencializar a construção de pedagogias não-sexistas e LGBTfóbicas

Temas de Estudo:

- Gêneros e Sexualidades na Escola;
- O Racismo Estrutural;
- Por uma abordagem pedagógica interseccional em Gênero, Sexualidades e Raça na Escola.

- **Vídeos:**

Sexualidade: sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero

<https://www.youtube.com/watch?v=XsJTCKzL-Gg>

A diferença entre sexo, gênero e orientação sexual

<https://www.youtube.com/watch?v=gnbGyX3IHJI>

- **Texto base:**

Discutindo gênero e sexualidades na escola: um guia didático-pedagógico para professores

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/561404/2/MPECM_Produto%20Educativo%20E-book_Guilherme%20Augusto%20Maciel%20Ribeiro_Turma%202015-DS_%20V%20final_21.10.2019.pdf

SUGESTÃO DE OFICINA 3 – CONHECENDO PERSONALIDADES NEGRAS NO/DO BRASIL

Objetivo: Trazer a discussão sobre raça e racismo estrutural.

Recurso a ser utilizado: Vídeos, textos e cartolinas para construção de cartazes.

Metodologia: Exibir os vídeos abaixo e depois selecionar casos de racismos na internet, apresentar os casos para debate. Separar a turma em dois grupos e apresentar um caso de racismo para um júri simulado. Onde organizarão texto de acusação e defesa.

- **Vídeos:**

Raça e Racismo Estrutural

<https://www.youtube.com/watch?v=eqIxMBwWMuc>

Entendendo o que é Racismo Estrutural

<https://www.youtube.com/watch?v=lryL8ZAMq-E>

- **Texto Base:**

<https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha-de-Combate-ao-Racismo-2020.pdf>

SUGESTÃO DE OFICINA 4 – CONHECENDO PERSONALIDADES NEGRAS NO/DO BRASIL

Objetivo: Trazer a história e a contribuição de personalidades negras no Brasil.

Recurso a ser utilizado: Vídeos, computador ou celular com internet para pesquisas e cartolinas para construção de cartazes.

Metodologia: Exibir os vídeos abaixo e depois solicitar que em pequenos grupos se faça uma pesquisa na internet sobre as personalidades negras apresentadas. Após a pesquisa realizada, solicitar que cada grupo faça um cartaz e apresente à turma as personalidades apresentadas. Após a apresentação os cartazes poderão ser fixados no mural da escola.

- **Vídeos:**

Quem foi Lélia Gonzalez? | Feminismo negro brasileiro

<https://www.youtube.com/watch?v=d3EVdDz4yM>

Trajetória de Maria Beatriz do Nascimento

<https://www.youtube.com/watch?v=0FKxokbBRk0>

Abdias Nascimento e um projeto antirracista de educação

https://www.youtube.com/watch?v=9_7nRLyReX4

Mãe Stella de Oxóssi

<https://www.youtube.com/watch?v=1ppbTi1QuNI>

Mercedes Baptista

<https://www.youtube.com/watch?v=Wt4gwkpVN0A>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA INTERVENÇÃO

ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e Sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

FACEBOOK. **Afrobapho**. Disponível em https://www.facebook.com/AFROBAPHO/?locale=pt_BR. Acesso em 07 de agosto de 23.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. et al. **Gênero e Diversidade na Escola: práticas transversais, polifônicas, compartilhadas, inquietas**. Rio de Janeiro /UFRJ, 2014.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade Sexual na Escola**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pró- Reitoria de Extensão /UFRJ, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In:* LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Um Corpo Estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004, 92 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.

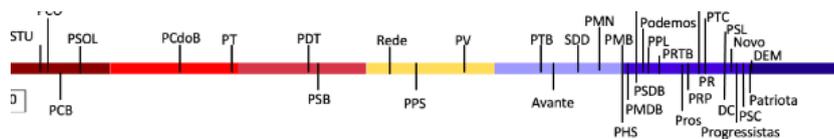
HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: educação coo prática da liberdade**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LAVAL. Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1ª São Paulo: Boitempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In:* LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SEDU. **Diretrizes operacionais: assessoria especial de educação em tempo integral**. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://educacao.sedu.es.gov.br/Media/Educacao/Sedu/Arquivos/TempoIntegral/Diretrizes%20Operacionais%20Tempo%20Integral%202023_-1.pdf. Acesso em 07 de agosto de 23.

ANEXOS



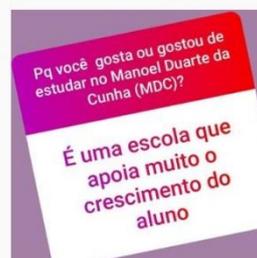
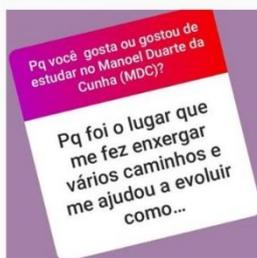
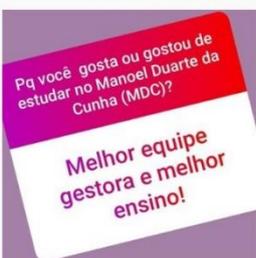
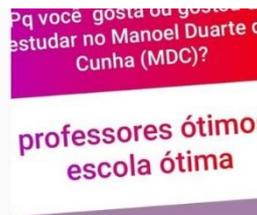
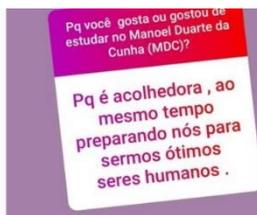
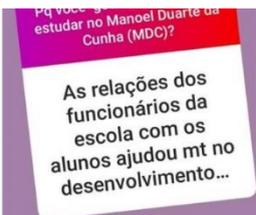
Posição ideológica dos partidos políticos brasileiros

- Legenda**
- extrema esquerda
 - esquerda
 - centro esquerda
 - centro
 - centro direita
 - direita

Mapa da posição ideológica dos partidos políticos brasileiros.



Registros da exposição “Consciência Negra e Diversidade” realizada na escola Ecoporanga – ES.

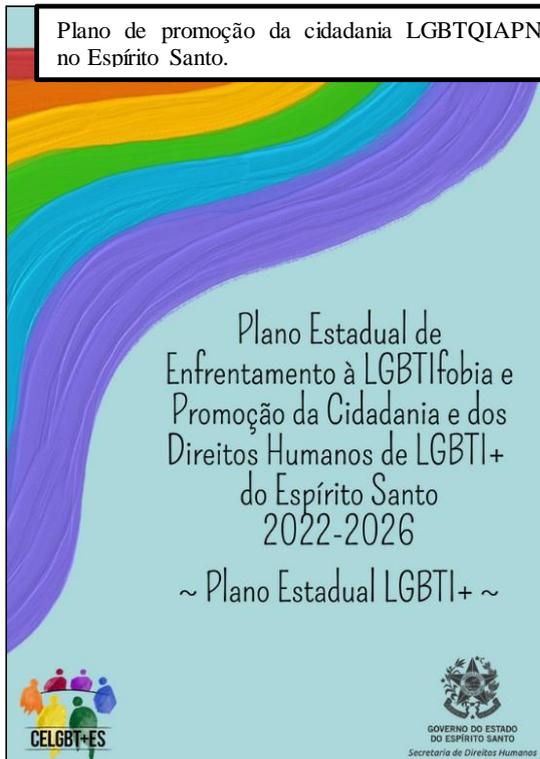


Algumas observações dos (as) estudantes da escola Manoel Duarte da Cunha no postados no perfil do Instagram institucional.

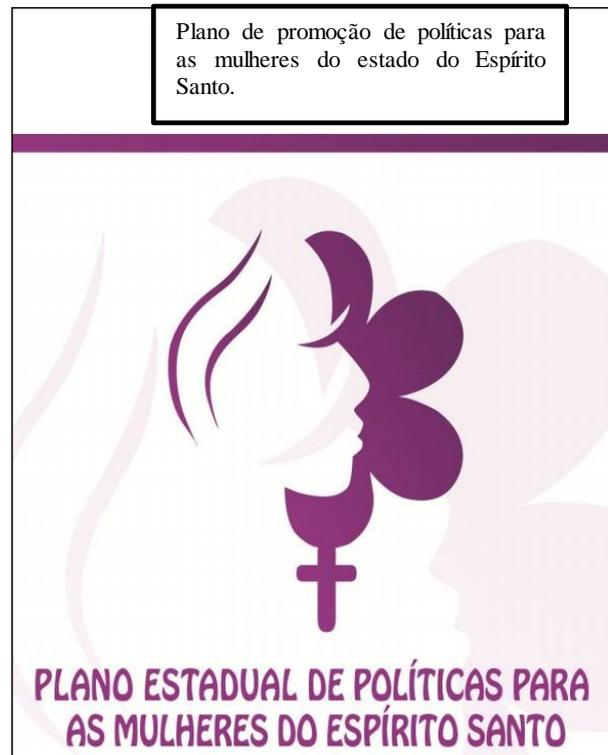
Votação do projeto que visava proibir a “Ideologia de Gênero” no sistema estadual de ensino.



Plano de promoção da cidadania LGBTQIAPN+ no Espírito Santo.



Plano de promoção de políticas para as mulheres do estado do Espírito Santo.



Coletivo de estudos de Gênero e Sexualidade realizado na escola Manoel Duarte da Cunha.



	Governo Casagrande	Governo Paulo Hartung
Eugênio Ricas	Secretário de Justiça	Secretário de Justiça
Rodrigo Judice	Procurador-geral do Estado	Secretário de Meio Ambiente
André Garcia	Secretário de Segurança	Secretário de Segurança
Angela Silves (cunhada de Hartung)	Secretária de Controle e Transparência	Secretária de Governo
Paulo Ruy Carnelli	Diretor da Cesan	Secretário de Transportes
Neivaldo Bragato	Também esteve à frente da Cesan.	Secretário Chefe de Estado
Robinho Leite	Secretário de Economia e Planejamento	Subsecretário de Estado do Governo
Guerino Balestrassi	Presidente do Bandes	Secretário de Ciência e Tecnologia
Sandra Bellon	Subsecretária de Gestão e Recursos Humanos	Secretária de Gestão e Recursos Humanos

Personalidades políticas que exerceram cargos de poder e confiança nos governos de Paulo Hartung e Renato Casagrande.

“Parcerias privadas ligadas a ES em Ação que apoiam a promoção das políticas educacionais” no estado.



Algumas enunciações públicas sobre Renato Casagrande – PSB.

Dilma presidente
Emoção na posse da primeira mulher no Planalto
A vez dela. Dilma Rousseff chorou e assumiu o compromisso de erradicar a miséria. Lula, em seguida, calou nos braços do povo. FOTO GUSTAVO MIRANDA/GLOBO

Edição de Domingo

Vitória, domingo,
2 de janeiro de 2011

R\$ 2,00

Fundada em 11 de setembro de 1928
por Thiers Velhoes
R\$ 28.000 (Ano 82.000)

EDIÇÃO ENCERRADA: 21h40

A GAZETA

www.agazeta.com.br

POSSE. NOVA ADMINISTRAÇÃO MANTÉM COMPROMISSO COM EQUILÍBRIO FISCAL

Casagrande: difícil é governar para excluídos

Novo governador defende um salto de desenvolvimento econômico, com diálogo, transparência e oportunidade para toda a população

Novo governador defende um salto de desenvolvimento econômico, com diálogo, transparência e oportunidade para toda a população



Festa. Paulo Hartung e Renato Casagrande acenam para a população, em frente ao Palácio Anchieta, logo depois da transmissão da faixa. Cerca de 3,5 mil pessoas acompanharam a solenidade. Hartung não fez discurso e viajou em seguida. O novo governador defendeu uma administração com participação da sociedade / FOTO: EDSON CHAGAS

04 A GAZETA Vitória (ES), domingo, 2 de janeiro de 2011

Fala com a editora:
Andréia Lopes - Tel.: 3321-8332

POLÍTICA
www.agazeta.com.br/politica

Precursor. Novo governador ainda elogiou iniciativas de Hartung

Compromisso em reduzir desigualdades

Casagrande destacou a necessidade de apoio da população, em seu discurso de posse na Assembleia

MARIANA MONTEZEMOLO

Com o plenário na Assembleia Legislativa lotada, às 10h21 do dia 2, Renato Casagrande (PSB) foi declarado propostor como governador do Estado. E em seu primeiro pronunciamento como chefe do Executivo, ele colocou a inclusão social como seu principal objetivo.

"É esse objetivo, que vai arborizar e orientar todos os setores e instâncias da administração, e a redução das desigualdades sociais e regionais em nosso Estado, com oportunidades para o crescimento pessoal e profissional dos capixabas", disse Casagrande.

Destacando a necessidade de apoio da população e a busca do entendimento pelo diálogo - palavra repetida cinco vezes nos 20 minutos de discurso -, o governador ainda lembrou que foram superados os "desmandos" que ameaçavam a própria sobrevivência das nossas instituições públicas" num esforço liderado por seu antecessor, Paulo Hartung (PMDB).

A concorrida cerimônia da posse na Assembleia seguiu o rito protocolar. Com o tempo

valdo Vieira (PT) acompanhado pela mulher, Andressa.

Todos foram encaminhados ao Salão Nobre até o início da sessão solene. De lá seguiram para o plenário acompanhados pelos parlamentares Sérgio Borges (PMDB), Rodrigo Chaves (PSB) e Theodorico Ferraz (DEM) - outros propostores como candidatos à futura Mesa Diretora. (com colaboração de Romualdo Pinheiro, Edson Andrade, Vitor Hugo e Ricardo Fuchetti)

“Vamos fazer um governo transparente e aberto à participação ativa de toda a sociedade”

RENATO CASAGRANDE (PSB) GOVERNADOR DO ESTADO

Em pauta, a formação da Mesa Diretora

Com a tática de discurso na Assembleia em cinco do diálogo e lembrando os "desmandos" do passado, Casagrande tomou posse após dar início às conversas em torno da formação da

EDSON CHAGAS

DIZ A EMBAIXADORA

FÁBIO VICENTINI

“O melhor momento da história do Espírito Santo”

“Renato é um capixaba sonhador, uma figura exemplar. Está chegando ao governo numa boa hora”. Foi assim que a atriz e poetisa Elisa Lucinda - agora também embaixadora da Cultura do Espírito Santo - se referiu ao novo governador,

Renato Casagrande (PSB). Na solenidade de posse, ela declamou uma poesia enaltecendo o Estado e disse estar confiante com os rumos do governo. “Estamos no melhor momento da história do Espírito Santo”, elogiou.

Algumas enunciações públicas sobre Paulo Hartung – PMDB.

PARTE DE MARCELO Wobie (ES), quarta-feira, 31 de janeiro de 2008 A GAZETA

Sindicon **credita** desenvolvimento do ES ao Governo Paulo Hartung

POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO É ELOGIADA PELO PRESIDENTE DO SINDICATO



A GAZETA Vitória (ES), quarta-feira, 31 de janeiro de 2008 PROJETO DE MARCELO 1 ANOS DO GOVERNO PAULO HARTUNG 09

Sedurb cria Fundo que vai reduzir **déficit habitacional** no Estado

Educação, Segurança e Saúde como metas

Paulo Hartung, em 2007, fez a sua primeira visita ao Estado do Espírito Santo para conhecer a realidade social e econômica do Estado. Foi a primeira viagem de trabalho e política de Paulo Hartung ao Estado do Espírito Santo. Paulo Hartung, governador do Estado do Espírito Santo, fez a sua primeira visita ao Estado do Espírito Santo em 2007, para conhecer a realidade social e econômica do Estado. Paulo Hartung, governador do Estado do Espírito Santo, fez a sua primeira visita ao Estado do Espírito Santo em 2007, para conhecer a realidade social e econômica do Estado.



José Eduardo de Aguiar participou de reuniões do programa

Pró-Gestão identifica projetos

O Programa Pró-Gestão, lançado em 2007, tem como objetivo identificar e apoiar projetos de desenvolvimento econômico, social e ambiental em municípios do Espírito Santo. O programa é coordenado pelo governador Paulo Hartung e pelo secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, José Eduardo de Aguiar.

Comitê quer **implantar** lei geral de micro e pequenas empresas

Um comitê formado por representantes do setor empresarial, do setor acadêmico e do setor governamental está trabalhando para a criação de uma lei geral de micro e pequenas empresas no Espírito Santo. O comitê é formado por representantes do setor empresarial, do setor acadêmico e do setor governamental.



Carvalho se reuniu com representantes do setor empresarial

Foto da entrada da escola Manoel Duarte da Cunha no modelo de “Escola Integral”.



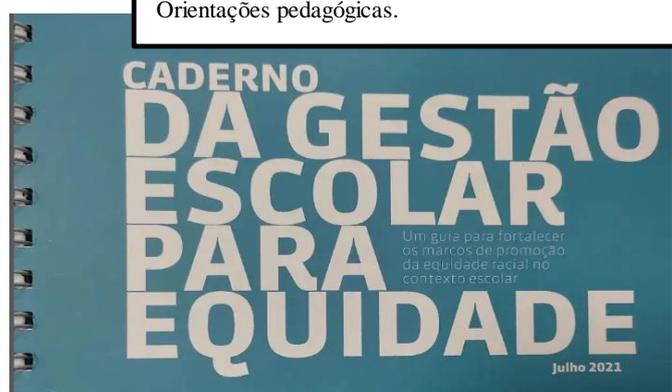
Foto lateral da escola Manoel Duarte da Cunha no modelo de “Escola Viva”.

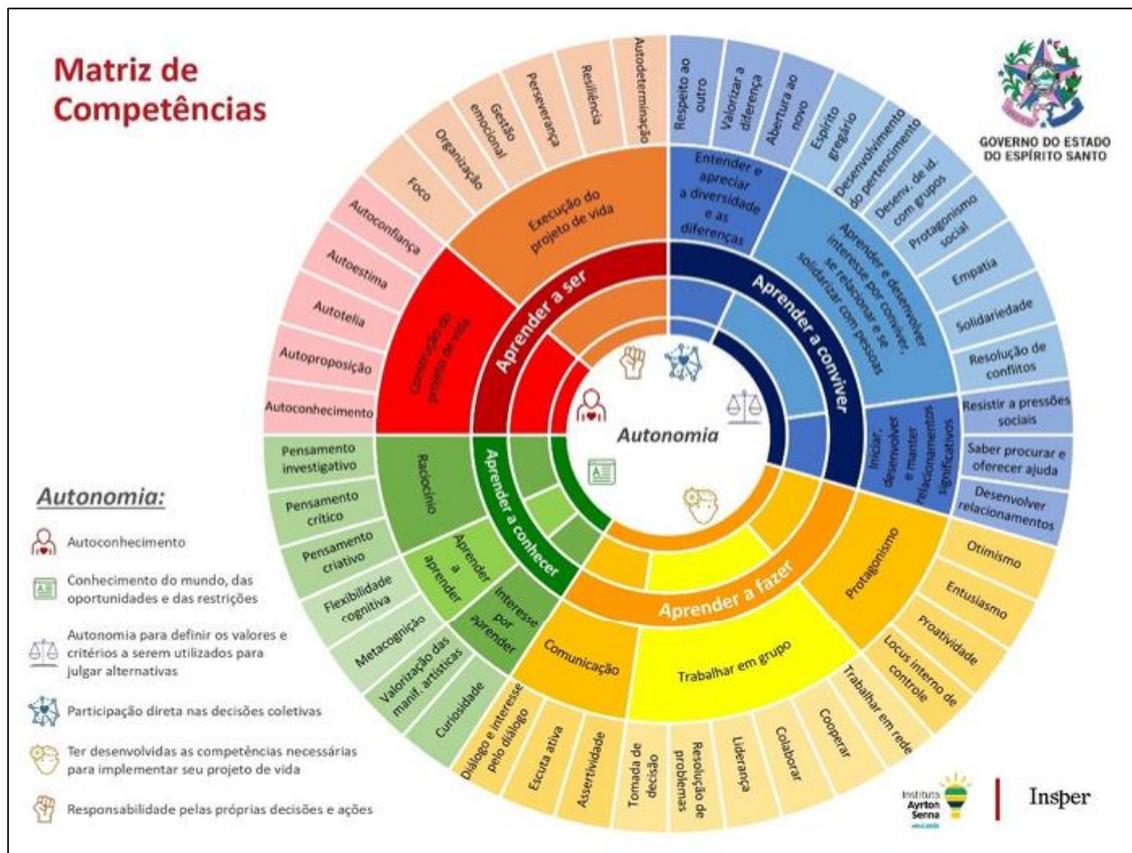


Evento de entrega dos certificados de honra ao mérito.



Orientações pedagógicas.





Mandala das habilidades socioemocionais do currículo da educação capixaba.

"Eu escolhi esperar"

Câmara de Vitória aprova projeto que prevê abstinência sexual contra gravidez precoce; especialistas criticam

Projeto "Eu Escolhi Esperar" tem objetivo de prevenir a gravidez precoce na Capital, mas texto não explica quais medidas efetivas devem ser tomadas. Abstinência sexual é considerada uma medida ineficaz por especialistas da área de Saúde

Aprovação do projeto sobre "Abstinência Sexual" na Câmara Legislativa de Vitória.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
INTRODUÇÃO	05
JUSTIFICATIVA	07
MARCOS LEGAIS	10
META	12
EDUCAÇÃO INTEGRAL, EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E ESCOLAS DE TURNO ÚNICO	12
PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	18
MODELO PEDAGÓGICO	20
Os Quatro Pilares da Educação	22
A Pedagogia da Presença	23
A Educação Interdimensional	23
A Concepção de Currículo	23
O jovem e o seu Projeto de Vida: o traçado entre o “ser” e o “querer ser”	31
Práticas e Vivências em Protagonismo	33
Estudo Orientado	33
Disciplinas Eletivas	34
MODELO DE GESTÃO	35
Princípios e Conceitos da TGE	37
Ciclo PDCA (<i>Plan, Do, Check, Act</i>)	39
Plano de Ação	39
REFERÊNCIAS	41

Organização de um dos Projetos Político
Pedagógicos do modelo integral analisado.